

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO ARTHUR DA SILVA REIS

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DA GUERRA:
PERFIL DE FORÇA, GESTÃO DO ESTADO E MUDANÇA NO REGIME DE
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL (1850–1950)**

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Reis, João Arthur da Silva

A Industrialização da Guerra: Perfil de Força,
Gestão do Estado e Mudança no Regime de Acumulação de
Capital / João Arthur da Silva Reis. -- 2015.
113 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Industrialização da Guerra. 2. Perfil de Força.
3. Gestão do Estado. 4. Regime de Acumulação de
Capital. 5. Fordismo. I. Martins, José Miguel Quedi,
orient. II. Título.

JOÃO ARTHUR DA SILVA REIS

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DA GUERRA:
PERFIL DE FORÇA, GESTÃO DO ESTADO E MUDANÇA NO REGIME DE
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL (1850–1950)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2015

JOÃO ARTHUR DA SILVA REIS

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DA GUERRA:
PERFIL DE FORÇA, GESTÃO DO ESTADO E MUDANÇA NO REGIME DE
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL (1850–1950)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de dezembro de 2015.

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins (orientador) — UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini — UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan — UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, evidentemente, não teria sido possível sem o apoio e o estímulo de várias pessoas. Aproveito este espaço para agradecer a todos que, de alguma maneira, foram responsáveis pela minha formação.

Em primeiro lugar, agradeço ao Povo Brasileiro, que, através das instituições da República Federativa do Brasil, possibilitou meu estudo em uma universidade pública e de qualidade. Espero, em breve, poder contribuir de modo a pagar esta grande dívida.

De modo especial, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, às suas diversas instâncias de fomento a pesquisa e extensão, e a seus corpos docente, discente, de servidores e de funcionários terceirizados, por proporcionarem, mais do que um ambiente acadêmico de qualidade, um espaço de formação pessoal que se tornou uma segunda casa para mim.

Agradeço a meus pais, Jorge Renato dos Reis e Suzéte da Silva Reis, por terem possibilitado minha formação ao longo da vida, além de serem dois grandes exemplos para minha formação acadêmica. Mais do que isso, pelo exemplo de caráter que foram e são. Ao meu irmão, Matheus da Silva Reis, agradeço pela amizade, parceria e momentos de zoeira conjunta. Acima de tudo, agradeço à minha família pelo amor e apoio em todos os momentos da minha vida.

Agradeço também aos professores e mestres que desempenharam um papel fundamental na minha formação. De modo especial, agradeço ao Professor José Miguel Quedi Martins pela orientação, pelo grande aprendizado ao longo de anos e, acima de tudo, por me ensinar o sentido de transcendência. Também agradeço ao Professor Marco Aurélio Chaves Cepik, pelo vasto aprendizado no curto período em que fui seu bolsista e orientando. Também agradeço ao Professor Paulo Fagundes Visentini e ao Professor Marcelo Milan, que aceitaram participar da banca e contribuíram na revisão do trabalho.

Agradeço também a algumas instituições que marcaram minha trajetória na UFRGS. Ao Chá Oceania, por ter sido um espaço de construção coletiva de conhecimento entre os estudantes. Ao Centro Estudantil de Relações Internacionais, pelo período de aprendizado acerca de trabalho em equipe e gestão que tive lá. E ao UFRGSMUN, pelos anos de engajamento, de diversão, muito aprendizado e trabalho. Espero que este trabalho demonstre a necessidade de se “questionar velha estruturas e forjar o futuro”. Agradeço também ao BIS e ao UFRGSMUNDI, por proporcionarem espaços genuínos de extensão, onde aprendi o verdadeiro significado desta palavra.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial aos amigos que contribuíram diretamente na elaboração deste trabalho, seja me ouvindo falar de maneira interminável sobre o assunto, seja através de rigorosas revisões e mesmo auxílio com as regras da ABNT. Assim, faço um agradecimento específico ao Thiago Silveira, ao Bruno Gomes Guimarães, à Marcela Ávila, à Patrícia Machry e a todos, que, em maior ou menor grau, ajudaram neste processo. Em especial, agradeço a imensa paciência e boa vontade do Bruno Guimarães em todo o processo, e também pelo fato de ter sido uma espécie de irmão mais velho para mim na faculdade. Evidentemente, qualquer erro, omissão, ou descuido presente no trabalho são inteiramente de minha responsabilidade.

Alguns colegas, tanto mais velhos como mais novos no curso, também devem ser lembrados pelo papel que desempenharam na minha formação, seja através de longas conversas ou trabalhos conjuntos. Apesar de achar que inevitavelmente possa estar esquecendo algum nome, gostaria de destacar o Marcelo Kanter, a Júlia Rosa, o Athos Munhoz, o Bruno Magno, o Gustavo Feddersen, o Pedro Brittes e o Bruno Gomes Guimarães.

Faço um agradecimento também a meus amigos que fiz ao longo da graduação, responsáveis por transformarem este período da minha vida em uma aventura fantástica. Em agradecimento especial aos meus colegas de toda a Turma 8, e, especificamente, àqueles que se tornaram uma segunda família para mim, a “diretoria”: Willian Moraes Roberto, Marília Closs, Giovana Zucatto, Renata Noronha, Ana Paula Calich, Bruna Jaeger, Julia Tocchetto, Henrique Acosta, Guilherme Simionato, Mirko Pose, João Gabriel Burmann e Giordano Ronconi. Eu não faço ideia de como teriam sido meus anos de graduação sem vocês. Fica um Forte Abraço.

Por fim, agradeço à Patrícia Machry, minha melhor amiga, minha companheira e minha namorada. Obrigado pelo apoio e pela compreensão ao longo deste período complicado de final de curso, e também por ter me lembrado de ver as coisas com outros olhos e de ouvir com outros ouvidos. Obrigado por ser tudo o que tu és para mim.

*Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e algodão.
Viste as diferentes cores dos homens,
as diferentes dores dos homens,
sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso
num só peito de homem... sem que ele estale.*

(...)

*Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
meu coração cresce dez metros e explode.
- Ó vida futura! Nós te criaremos.*

Carlos Drummond de Andrade, Mundo Grande

RESUMO

Este trabalho trata do conjunto de transformações no perfil das Forças Armadas dos Estados componentes do núcleo do Sistema Interestatal, especificamente através de seus impactos na gestão do Estado e na mudança do Regime de Acumulação de capital de 1850 até 1950. Objetiva-se observar de que maneira a evolução no perfil das forças armadas, a partir da industrialização da guerra, impactou na ascensão do industrialismo e na consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano. Para tanto, são analisadas as origens da industrialização da guerra, a partir de 1850, até sua consolidação ao final da Segunda Guerra Mundial. Parte-se das hipóteses de que a ascensão de um novo perfil de forças modifica a gestão do Estado e da guerra, além de provocar a repactuação de direitos econômicos e sociais para tornar o processo sustentável; o perfil de forças serve como meio de transmissão de modificações na gestão do Estado e da guerra para o nível sistêmico, mudando o próprio regime de acumulação de capital; e o conjunto de modificações de perfil de força causadas pela industrialização da guerra foi essencial para a consolidação do regime de acumulação de capital fordista/keynesiano. O primeiro capítulo mostra o surgimento dos Exércitos Revolucionários da França e dos Estados Unidos e a disseminação do Exército Nacional de Massas a partir da Guerra Civil dos Estados Unidos e da Guerra Franco-Prussiana. O segundo capítulo trata do papel da Primeira Guerra Mundial no rompimento das práticas institucionais do regime de acumulação flexível. Por fim, o terceiro capítulo se detém sobre as inovações na gestão do Estado e da Guerra elaboradas após o colapso final do regime de acumulação flexível, quando da Crise de 1929, e o prevalectimento do modelo fordista/keynesiano ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Industrialização da Guerra. Perfil de Força. Gestão do Estado e da Guerra. Regime de Acumulação fordista/keynesiano.

ABSTRACT

This work deals with the set of transformations in the Militaries' Force Profile of the States central to the inter-state system, specifically through its impact in the management of State and in the change of capital accumulation regime from 1850 to 1950. It aims to analyze how the evolution of Force Profiles, starting with the industrialization of warfare, affected the rise of industrialism and the consolidation of the Fordist/Keynesian regime of accumulation. For that, the origins of industrial warfare in 1850 and its consolidation by the end of World War II are considered. The hypotheses are that the rise of new force profile modifies the management of State and War, besides inciting a renegotiation of civil and economic rights to make the process sustainable; the force profile works as a means to transmit modifications in the management of State and War to the systemic level, changing the capital accumulation regime itself. And the set of transformations in the force profile caused by the industrialization of warfare was essential for the consolidation of the Fordist/Keynesian regime of capital accumulation. The first chapter shows the emergence of Revolutionary Armies in France and in the United States and the dissemination of National Mass Armies starting with the US Civil War and the Franco-Prussian War. The second delves into the role of World War I for breaking with institutional practices associated with the flexible regime of accumulation. Lastly, the third chapter points to the innovations in the management of State and War which originated from the collapse of the flexible regime of accumulation, in the 1929 economic crisis, and the triumph of the Fordist/Keynesian model by the end of World War II.

Keywords: Industrialization of war. Force Profile. State Management. Fordist/ Keynesian regime of accumulation.

RESUMEN

Este trabajo trata acerca del conjunto de transformaciones en el perfil de las Fuerzas Armadas de los Estados del núcleo del Sistema Interestatal, específicamente a través de sus impactos en la gestión del Estado y en el cambio de Régimen de Acumulación capitalista de 1850 hasta 1950. Se objetiva observar como la evolución en el perfil de las Fuerzas Armadas, a partir de la industrialización de la guerra, impactó en la ascensión del industrialismo y en la consolidación del régimen de acumulación de los modelos fordista y keynesiano. Para ello, son analizados los orígenes de la industrialización de la guerra, a partir de 1850, hasta su consolidación al final de la Segunda Guerra Mundial. Las hipótesis de este trabajo son que la ascensión de un nuevo perfil de fuerzas cambia la gestión del Estado y de la guerra y provoca un nuevo pacto de derechos económicos y sociales para tornar el proceso sustentable; el perfil de fuerzas sirve como medio de transmisión de modificaciones en la gestión del Estado y de la guerra para el nivel sistémico, cambiando el propio régimen de acumulación de capital; y el conjunto de cambios de perfil de fuerzas causados por la industrialización de la guerra fue esencial para la consolidación del régimen de acumulación de capital en el modelo fordista/keynesiano. El primero capítulo muestra el surgimiento de los Ejércitos Revolucionarios de Francia y de los Estados Unidos y la diseminación del Ejército Nacional de Masas a partir de la Guerra Civil de los Estados Unidos y de la Guerra Franco-Prusiana. El segundo capítulo trata acerca del rol de la Primera Guerra Mundial en el rompimiento de las prácticas institucionales del régimen de acumulación flexible. Finalmente, el tercer capítulo trata acerca de las innovaciones en la gestión del Estado y de la Guerra, elaboradas después del colapso final del régimen de acumulación flexible, en la Crisis de 1929, y la victoria del modelo fordista/keynesiano en el fin de la Segunda Guerra Mundial.

Palabras clave: Industrialización de la Guerra. Perfil de Fuerzas. Gestión Del Estado. Régimen de acumulación fordista y keynesiano.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CTMA	—	Conselho de Transporte Marítimo Aliado
EUA	—	Estados Unidos da América
IED	—	Investimento Estrangeiro Direto
NEP	—	Nova Política Econômica
PIB	—	Produto Interno Bruto
PNB	—	Produto Nacional Bruto
URSS	—	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A INDUSTRIALIZAÇÃO INICIAL DA GUERRA E SEUS EFEITOS SOBRE A GESTÃO DO ESTADO E DA GUERRA ENTRE 1850 E 1900	22
2.1 O impulso da Guerra à Revolução Industrial	23
2.1.1 A Revolução Francesa e a Revolução Industrial Inglesa	25
2.1.2 A herança da Revolução Americana e o Sistema Americano de Manufaturas	27
2.2 Características do Capitalismo Concorrencial e o desafio da Guerra da Crimeia	30
2.2.1 O capitalismo sob a hegemonia britânica: o regime de acumulação concorrencial	30
2.2.2 As consequências da Guerra da Crimeia	32
2.3 O Modo Prussiano de Fazer a Guerra: Transformações na Gestão do Estado e da Guerra	35
2.4 A crise de 1873 e o acirramento da competição interestatal	40
2.5 O Modo Americano de Fazer a Guerra e a Ascensão dos Estados Unidos	43
2.5.1 A Guerra da Secessão dos Estados Unidos (1861–1865) e a Mudança na Gestão do Estado e da Guerra	43
2.6 Conclusões parciais	47
3 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL DE FORÇA E CONSEQUÊNCIAS INSTITUCIONAIS E NO REGIME DE ACUMULAÇÃO	49
3.1 O estranho paradoxo do final do século XIX	50
3.1.1 A disseminação do capitalismo estadunidense e a ascensão do fordismo	51
3.1.2 A ingenuidade mecânica do século XIX e a ascensão de doutrinas ofensivas	53
3.2 A Primeira Guerra Mundial e as modificações no perfil de força	56
3.3 A Revolução Gerencial na Primeira Guerra Mundial	63
3.3.1 A metamorfose gerencial na Primeira Guerra Mundial: o embrião das economias de Comando	64
3.3.2 O corporativismo e a institucionalização das lutas de classe	67
3.4 A Revolução Russa e a conclusão da Primeira Guerra Mundial	69
3.5 Conclusões preliminares	72
4 DA DÉCADA DE 20 À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: COLAPSO DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO FORDISMO COMO REGIME DE ACUMULAÇÃO	74
4.1 O colapso do regime de acumulação britânico e a crise de 1929	75
4.1.1 O retorno do padrão-ouro, a ascensão do fordismo e a crise de 1929	79
4.2 A “revolução mundial” e a diversificação institucional e de perfis de força	83
4.2.1 A ascensão do nazismo e o rearmamento da Alemanha	87
4.2.2 O fascismo militar japonês e o expansionismo na Ásia	90

<i>4.2.3 Os planos quinquenais soviéticos e a economia de guerra socialista</i>	92
<i>4.2.4 O papel do New Deal na construção do Pacto Social e do rearmamento nos Estados Unidos</i>	93
4.3 A Segunda Guerra Mundial e as modificações no Perfil de Forças	96
<i>4.3.1 Visão geral estratégica do conflito.....</i>	97
<i>4.3.2 Consequências da Segunda Guerra Mundial no âmbito da Gestão do Estado</i>	98
4.4 A reconstrução do pós-guerra e a consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano	101
4.5 Conclusões parciais.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A guerra e, mais importante, o engajamento em um esforço contínuo para estar preparado para ela, foi, ao longo da História, um dos motores fundamentais da mudança social. A gama de atividades envolvidas no esforço coletivo de captar os recursos humanos e materiais, administrá-los e aplicá-los de maneira eficiente com o fim de empreender atividades bélicas, muitas vezes para garantir a sobrevivência de determinado corpo social, tem uma relação central com a construção estatal interna, com a promoção de desenvolvimentos tecnológicos e com o próprio surgimento do Sistema Interestatal (NISBET, 1982; TILLY, 1990; GIDDENS, 2001). Este próprio se disseminou do continente europeu para o resto do mundo em função de sua maior capacidade daquilo que Huntington (2010, p. 74) chamou de “capacidade de aplicar a violência organizada”.

Como demonstrado por Charles Tilly (1990), para travar a guerra, ou estar em condições de lutá-la, é preciso extrair de sua população os recursos para tal. Essa mobilização exigiu historicamente o desenvolvimento de meios administrativos, que estão na base da própria criação do aparato estatal. As formas específicas que as Forças Armadas assumiram ao longo da história, por meio de inovações promovidas por determinados Estados, tiveram, portanto, impactos diferentes sobre a sociedade e a forma do Estado (TILLY, 1990; FINER, 1975). Ou seja, o *Perfil das Forças Armadas*, definido a partir de elementos como o sistema de recrutamento, a composição social do oficialato e dos praças, a correlação entre diferentes forças (ênfase maior dada à Marinha ou ao Exército, por exemplo) e o grau de tecnologia empregado pelas forças (FINER, 1975; MEARSHEIMER, 1981) possui influência considerável sobre os processos de mudança social e de transformação do Estado (GIDDENS, 2001).

Uma grande mudança no Perfil de Força foi efetuada, contudo, a partir da Revolução Americana (1775-1783) e da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas (1789-1815). Em ambos, a guerra revolucionária se tornou um processo das massas, em contraste com as conflagrações dinásticas de caráter limitado dos Estados absolutistas, circunscrito a pequenos exércitos de profissionais (LUKÁCS, 2011; MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Assim, pode-se argumentar que esse conjunto de revoluções e guerras causou uma “elevação quantitativa ao patamar qualitativo” (LUKÁCS, 2011, p. 10), provocando um salto (i) na massificação¹ das Forças Armadas, ou seja, de incorporação de

¹ O uso do conceito de massificação da guerra busca tanto demonstrar o fato de que há uma elevação no nível quantitativo, no sentido de aumentar o tamanho dos Exércitos envolvidos, a dimensão geográfica

grandes quantidades de indivíduos para lutar e morrer e de meios materiais necessários para tanto e; (ii) no crescimento de atividades e bens que passam a servir como insumos da *gestão do Estado e da guerra*² (ARRIGHI, 1994; FINER, 1975; TILLY, 1990).

Esse conjunto de insumos, que até então se restringia aos tributos e aos empréstimos financeiros, passou a incluir a população nacional e, mais tarde, a própria indústria (ARRIGHI, 1994). Embora a Revolução Industrial em si tenha sido um fenômeno britânico, em muito incentivado pelo esforço de guerra contra a França Napoleônica, a disseminação de suas técnicas industriais fez com que, se desenvolvessem capacidades industriais e mercados internos em outros países europeus e nos Estados Unidos (LANDES, 2005; MCNEILL, 1982a; POLANY, 2012; OLIVEIRA, 2002). A gestão das economias nacionais, portanto, passou a se caracterizar como um insumo central para a gestão do Estado e da guerra (ARRIGHI, 1994).

Em torno da metade do século XIX, essa gestão foi transformada pela aplicação mais sistemática de técnicas, insumos e recursos industriais na guerra, a qual passou a exigir uma modificação no aparato estatal e na maneira como ele incidia sobre o sistema econômico. Este é considerado o início do processo de *industrialização da guerra*, entendido como um conjunto de progressivas modificações no Perfil de Forças, que tem nas duas Guerras Mundiais seus pontos culminantes (ARRIGHI, 1994; FIORI, 1999; GIDDENS, 2001; MCNEILL, 1982a; MCNEILL, 1982b; SILVER; SLATER, 2001).

Algumas das principais transformações que gradativamente se verificaram nas Forças Armadas foram: (i) aplicação de técnicas industriais de produção em massa de armamentos (GIDDENS, 2001; MCNEILL, 1982a); (ii) utilização de novos meios de transporte e comunicação; (iii) adoção da conscrição, ou seja, o recrutamento militar obrigatório (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; HUNTINGTON, 1996); (iv) reorganização e profissionalização do corpo de oficiais (HUNTINGTON, 1996); (vi) a integração de campos de batalha e de campanhas militares em diversos domínios (terra mar e ar) em grandes planejamentos estratégicos (GIDDENS, 2001).

Sendo assim, o **objeto de pesquisa** deste trabalho é o conjunto de transformações no perfil das Forças Armadas dos Estados componentes do núcleo do Sistema Interestatal, especificamente através de seus impactos na gestão do Estado e na mudança do regime de

dos teatros de guerra e a maior quantidade de recursos materiais, tanto em dinheiro como em provisões, despendidas no conflito, quanto abarcar a dimensão política, uma vez que a guerra passa a ser parte da esfera pública, uma atividade cuja condução diz respeito à sociedade como um todo.

² O conceito de insumos da gestão do Estado e da guerra pode ser entendido como toda a gama de processos econômicos e políticos, bens materiais e recursos humanos necessários para o esforço de guerra (ARRIGHI, 1994).

acumulação de capital de 1850 até 1950, aproximadamente. A despeito da aparente abrangência cronológica e temática expressa no objetivo, a delimitação do objeto de pesquisa obedece a uma decomposição do tema em unidades mais manejáveis de análise.

Desse modo, o **objetivo principal** desta pesquisa é observar de que maneira a evolução no perfil das forças armadas impactou na ascensão do industrialismo e na consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano. Para tanto, analisar-se-ão as origens da industrialização da guerra, a partir de 1850, até sua consolidação ao final da Segunda Guerra Mundial. Com isso, pode-se afirmar que este trabalho descreve dois macroprocessos inter-relacionados e simultâneos: a ascensão da industrialização da guerra e dos Exércitos de cidadãos conscritos e a transição do regime de acumulação concorrencial do século XIX para o *regime de acumulação de capital fordista/keynesiano*.³ O fenômeno que os une e explica sua interligação é a transformação nos modos de gestão do Estado e da guerra.

Os **problemas de pesquisa** que se seguem, portanto, são: **(P1)** como se relaciona o Perfil de Forças com a gestão do Estado e da guerra? **(P2)** De que maneira esta inter-relação impacta o Regime de Acumulação de Capital? **(P3)** Como a industrialização da guerra está conectada com a ascensão do Regime fordista/keynesiano de acumulação de capital?

As **hipóteses de trabalho** que buscam responder a esses problemas são três. A primeira **(H1)** é que a ascensão de um novo perfil de forças modifica a gestão do Estado e da guerra, uma vez que exige novos meios administrativos para ser implementado, além de repactuações de direitos econômicos e sociais que tornem a socialização dos custos desse processo sustentável. A segunda hipótese **(H2)** é que o perfil de forças, portanto, serve como uma cadeia de transmissão de modificações na gestão do Estado e da guerra que, quando disseminados no nível sistêmico, mudam o próprio regime de acumulação de capital. Por fim, a terceira hipótese **(H3)** é que, o conjunto de modificações de perfil de força, aqui reunidas sob a alcunha de industrialização da guerra, foi essencial para a consolidação do fordismo como regime de acumulação de capital por ter incentivado a aplicação de métodos de produção em massa, consolidando o *industrialismo*.

³ O regime de acumulação de capital fordista/keynesiano é definido por Giovanni Arrighi como “uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizada por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realize, são necessárias uma política e uma ação governamental adequadas, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o ‘modo de regulação’). O ‘keynesianismo’ é descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo seu potencial.” (ARRIGHI, 1994, p. 2).

Este é caracterizado não apenas pelo predomínio da produção industrial com métodos mecanizados movidos por fontes de poder inanimado sobre o resto do sistema econômico, mas fundamentalmente pela existência de uma *organização social* que a torne reprodutível e sustentável (GIDDENS, 2001). O que se pretende demonstrar, portanto, é que a industrialização da guerra causou mudanças na gestão do Estado e da guerra que garantiram a existência dessa organização social compatível com o industrialismo em duas esferas. No campo *técnico-administrativo*, ela incentiva a adoção de métodos fordistas de gestão e organização do trabalho. No campo *político-institucional*, a disseminação da conscrição em massa, componente essencial para a industrialização da guerra, exige como contrapartida uma repactuação de direitos civis e econômicos, demandando a distribuição do produto social necessária para que o fordismo se tornasse um regime de acumulação de capital (SILVER; SLATER, 2001).

O **desenho da pesquisa** parte da metodologia proposta por Van Evera (2002), com algumas diferenciações, para demonstrar as relações de causalidade expostas nas hipóteses. Como pode ser visto no Quadro 1, levam-se em conta três variáveis: uma independente, uma dependente e uma interveniente, respectivamente a industrialização da guerra, a consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano e a mudança na gestão do Estado e da guerra.

Quadro 1 — Desenho de pesquisa

Variáveis	Definição	No trabalho
Variável Independente	Causa de determinado fenômeno	Industrialização da guerra (conjunto de modificações sucessivas no Perfil de Forças)
Variável Dependente	Objeto de estudo: consequência do fenômeno	Consolidação do Regime de Acumulação Fordista/Keynesiano
Variável Interveniente	Influencia no impacto da variável independente na dependente	Mudança na Gestão do Estado e da Guerra

Fonte: elaboração própria com base em Van Evera (2002), Bueno (2009) e Müller (2009).

De acordo com o desenho de pesquisa proposto, a consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano é a *variável dependente*. Por sua vez, a industrialização da guerra, isto é, o conjunto de modificações sucessivas no perfil de forças, assume o papel de *variável independente*, a causadora do processo analisado por este trabalho. No entanto, não há uma relação de causalidade direta entre esta e aquela. Entre as duas está a mudança na gestão do Estado e da guerra, uma *variável interveniente*, acarretada pela

industrialização da guerra e, por sua vez, causadora da consolidação do regime de acumulação. Essa relação causal do desenho de pesquisa está representada graficamente na Figura 1, logo abaixo. É importante destacar que não se tem a pretensão de assumir que este processo causal proposto na pesquisa seja monocausal. Tal proposição obscureceria a relevância de outras variáveis que impactam o objeto estudado. Pretende-se apenas reconhecer a existência dessa relação de interveniência.

Figura 1 — Correlação causal de interveniência



Fonte: elaboração própria com base em Van Evera (2002).

Uma vez apresentado o percurso geral da pesquisa, cabe aprofundar e explicitar o sentido de alguns dos conceitos apresentados até agora, bem como o arcabouço teórico dos qual estes provém. O conceito de Perfil de Força será usado ao longo do trabalho com o mesmo sentido de Estrutura de Força (MEARSHEIMER, 1981) ou de Formato das Forças Armadas, para o qual usaremos a definição básica apresentada por Finer (1975):

Na sua mais estreita e explícita definição, formato meramente significa a base de serviço das forças; i.e.: se são nativas ou estrangeiras, pagas ou não, ad hoc ou permanentes. Em sua definição mais extensa, eu incluo dentro do conceito, o tamanho das forças armadas, a composição variante de suas armas principais (marinha em relação às forças terrestres ou componentes de artilharia em relação à infantaria ou cavalaria ou o equivalente), e eu igualmente incluo a estratificação social da força (FINER, 1975, p. 90, tradução própria).

Desse modo, deve-se ressaltar que o Perfil de Força sempre obedece a critérios nacionais particulares ao Estado em questão, como as condições socioeconômicas, o grau de desenvolvimento tecnológico, a posição geopolítica e, tão importante quanto, os objetivos de Grande Estratégia e de Política Externa. Contudo, em determinado período histórico, há sempre um certo grau de convergência internacional de Perfis de Força entre Estados bastante diferentes entre si. Isso se deve ao fenômeno da emulação militar, que pode ser entendido como o processo pelo qual Estados copiam e imitam práticas próprias dos sistemas militares dos outros (RESENDE-SANTOS, 2007). Desse modo, embora existam particularidades específicas a cada Estado, a depender dos critérios nacionais expostos acima, pode-se observar a existência de modelos de perfil de força que predominam em determinados períodos (HUNTINGTON, 1996).

O processo de emulação se dá quando determinado Estado inova em suas práticas de estruturação das Forças Armadas, estabelecendo um novo horizonte para o qual os demais Estados buscam se adaptar de modo a responder à pressão competitiva. Derrotas militares ou processos de aprendizagem a partir da observação de conflitos entre terceiros costumam ser os mais eficazes mecanismos de transformação e inovação nesse sentido. A partir dessa nova demanda tática/operacional, o Estado tende a reestruturar o perfil de força de acordo com seus objetivos estratégicos (HUNTINGTON, 1996). No Quadro 2, traça-se uma breve tipologia da evolução das modificações no perfil de força que fornece uma espécie de sumarização do processo apresentado ao longo do trabalho. Como toda classificação, esta incorre em simplificações.

Quadro 2 — Tipologia dos modelos de perfis de força

Modelo de Perfil de Força	Guerras em que se desenvolveu	Características principais	Quem inaugurou	Inovação técnico-produtiva	Sistema de armas inovador
Exército Revolucionário	Revolução Americana e Revolução Francesa	Conscrição e milícias <i>ah hoc</i>	Exército das Treze Colônias; Exército Revolucionário e Imperial da França	Manufaturas	Rifle de alma raiada
Exército Nacional	Guerra Civil dos EUA e Guerras de Unificação Alemão	Profissionalização do corpo de oficiais, conscrição em uma base mais sólida.	Exército Prussiano; Exército da União (EUA)	Sistema Americano de Manufaturas; Produção de aço; Energia a vapor e telégrafo.	Fuzil de retrocarga, artilharia de retrocarga, couraçados.
Exército Primeira Guerra	Primeira Guerra Mundial	Universalização da conscrição, inclusive para trabalhadores no front doméstico (indústria).	Alemanha, Reino Unido, França.	Produção fordista; ascensão do motor à explosão	Tanques, submarinos, caminhões e aeronaves
Exército Mecanizado da Segunda Guerra	Segunda Guerra Mundial	Universalização da conscrição, inclusive para trabalhadores no front doméstico (indústria).	Alemanha, EUA, URSS, Reino Unido, Japão.	Alto grau de mecanização. Uso incipiente de guerra eletrônica (rádio, radar).	Porta-aviões, bombardeiros, bomba atômica

Fonte: elaboração própria.

Todos os modelos listados no Quadro 2 se caracterizam como *Exércitos de massas*. Estas progressivas transformações do modo de travar a guerra produziram, como se

afirmou anteriormente, uma transformação da gestão do Estado⁴. Quando tratarmos especificamente de mudanças na gestão do Estado, será feita uma distinção específica entre as duas esferas que o compõem: as de caráter técnico-administrativo se referem às modificações na ossatura do Estado, no seu aparato estatal, na sua burocracia em sentido Weberiano. As modificações de caráter político dizem respeito às modificações no corpo social, nas relações de classe e no aparato de governo. Ambas esferas evoluíram, ao longo do período de industrialização da guerra, no sentido de, respectivamente, ampliar o espectro da intervenção estatal na economia e na sociedade, e de produzir uma repactuação dos direitos sociais e políticos das classes não-proprietárias, em especial do proletariado (SILVER; SLATER, 2001; ARRIGHI, 1994). Deve-se ressaltar, contudo, que esse é um esquema simplificado, e que tal processo não ocorreu de maneira não linear.

Para se compreender a maneira pela qual estas modificações foram efetivadas, é necessário apresentar as abordagens complementares que serão utilizadas. A abordagem de Charles Tilly acerca do papel da repactuação e construção interna dos Estados a partir da guerra continua sendo uma das mais originais sobre o tema. Para o autor, o aumento da *extração* de recursos por parte do Estado incorre em um aumento da *resistência* colocada pela sociedade como um todo, e esta passa a exigir repactuações de direitos econômicos e sociais. Como resumido por Cepik (2003),

Para todos os governantes, a guerra e a preparação para a guerra dependiam da extração de recursos essenciais (dinheiro, soldados, provisões, armas etc.) que suas populações não estavam dispostas a entregar sem compensações ou, no mínimo, o fariam a um elevado custo político. [...] Na medida em que os custos da guerra aumentaram e os conflitos sociais intensificaram-se com a industrialização, os construtores de Estados (*state-builders*) foram compelidos a barganhar direitos políticos e favores econômicos por recursos, que variaram de impostos à **prestação de serviço militar**. Essa barganha foi em grande medida tornada irreversível por sua fixação legal e transformação em costume quase-legal e esteve na gênese do que hoje se chama cidadania (CEPIK, 2003, p. 77, grifo nosso).

No que se refere ao período abarcado por este trabalho, como resultado do processo de industrialização da guerra, ou seja, a incorporação de produtos mecânicos produzidos em massa somada ao uso mais amplo da conscrição, o proletariado industrial passou a ser um componente central na gestão do Estado e da guerra. Destarte, o poder social de barganha dos trabalhadores tem um aumento intenso após a introdução da produção em massa, do uso dos novos meios de transporte e da consequente capacidade de aumentar a

⁴ O conceito de Estado, de maneira geral, deve ser entendido, para os fins deste trabalho, como uma unidade política soberana e territorialmente definida, composta por um aparato burocrático de poder e um sistema social subordinado a ele (GIDDENS, 2001).

escala da guerra para os milhões. Assim sendo, a transição do “exército de cidadãos” para um “exército de trabalhadores e máquinas” exigiu uma repactuação dos direitos e deveres sociais⁵. Uma vez que a extração de insumos por parte do Estado aumentou, aqueles que contribuíaam passaram a exigir uma maior distribuição de direitos e de renda (ARRIGHI, 1994; GIDDENS, 1987).

Esta redistribuição do produto social permitiu a sustentabilidade da reprodução do regime de acumulação fordista/keynesiano, ao mesmo tempo que a mudança do papel do Estado na intervenção no processo econômico e social solapava os fundamentos do regime de acumulação concorrencial. Nesse sentido, cabe delimitar que o conceito de fordismo é utilizado tal qual na Teoria Francesa da Regulação, segundo a qual ele corresponde tanto a uma técnica de gestão, de organização do trabalho, quanto a um regime de acumulação e modo de regulação correspondente (LIMONCIC, 2009; CONCEIÇÃO, 2007). A evolução dos métodos de produção em massa, como será examinada no trabalho, portanto, corresponde à evolução do fordismo a partir de seus quatro níveis, vide o Quadro 3.

Quadro 3 — Os quatro níveis do fordismo

Modo de organização do trabalho	Configuração particular da divisão técnica e social do trabalho envolvida na produção de bens padronizados. A produção em massa é baseada numa divisão do trabalho organizada em linhas Tayloristas, executada por trabalhadores semiespecializados cujo ritmo é dado mecanicamente pelas linhas de montagem. Exige economias de escala e integração vertical do processo produtivo pela corporação.
Regime de Acumulação	Regime macroeconômico de reprodução sustentada, cujo ciclo de crescimento é baseado na produção e no consumo de massa. O processo de produção se torna dominante no sistema capitalista, embora não seja o único.
Modo de Regulação	Conjunto de normas, regras e instituições a nível estatal e privado que garantem a reprodução do regime de acumulação. A relação salarial, como garantidora da manutenção do consumo de massa, se torna central. O Estado keynesiano de bem-estar social é o Estado fordista em sua versão final, ao garantir demanda agregada e organizar a negociação coletiva do salário.
Modo de organização social	Padrão de integração e coesão social, em torno primordialmente da relação salarial. Provê a organização social mais adequada ao industrialismo em sua fase plena.

Fonte: elaboração própria, com base em Jessop (1992). De modo complementar, foram utilizados Harvey (1996), Jessop (2003) e Peck & Tickel (2003).

⁵ Para se entender a mudança na correlação de forças dentro dos Estados que permite esta repactuação, se utilizará, de maneira complementar, a chamada “abordagem estratégica” acerca do papel do Estado de Jessop, de acordo com a interpretação de Tapia e Araújo (1991). Esta percebe a ação estatal como determinada tanto por sua matriz institucional quanto pela cristalização dos programas e estratégias adotados por grupos sociais conflitantes dentro do Estado. Esta abordagem difere tanto da visão marxista clássica, que percebe o Estado como representante da classe dominante quanto da visão mais estática do poder estatal (TAPIA; ARAÚJO, 1991).

A interpretação mais ampla acerca da instauração dos regimes de acumulação de capital, de maneira concomitante à utilização da Teoria da Regulação, é dada pela teoria dos ciclos longos de acumulação de capital, hegemonia e dominação, proposta por Giovanni Arrighi em sua obra *O Longo Século XX* (1994), bem como de publicações subsequentes da agenda de pesquisa inaugurada por este, como as contribuições de Silver e Slater (2001) acerca das origens sociais das hegemônias e das consequentes transformações no Sistema Internacional proporcionadas por modificações no capitalismo histórico. Deve-se ressaltar que resulta deste enfoque um viés mais ligado ao campo da Economia Política Internacional, embora não se abra mão de aspectos provenientes da matriz teórica neorrealista⁶.

A estrutura dos capítulos deste trabalho corresponde às três fases principais do macroprocesso que analisaremos, e, por isso, possui três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O **primeiro capítulo** demonstra como surge e se dissemina o Exército Nacional de Massas a partir da Guerra Civil dos Estados Unidos e da Guerra Franco-Prussiana, examinando o papel prefigurador da Revolução Francesa e da Revolução Americana, bem como seu estímulo à Revolução Industrial. A disseminação dos Exércitos Nacionais e do modo monopolista de Gestão do Estado e da Guerra cria uma contradição com o prevalecente regime de acumulação flexível e liberal, que é abandonado quando eclode a Primeira Guerra Mundial, processo examinado no **segundo capítulo**. Por sua vez, o **terceiro capítulo** se detém sobre as inovações na gestão do Estado e da Guerra elaboradas após o colapso final do regime de acumulação flexível, quando da Crise de 1929. Na Segunda Guerra Mundial o modelo fordista/keynesiano, que prevalece com a vitória dos Estados Unidos, consolida-se. Por fim, alguns apontamentos finais são traçados na **conclusão**.

⁶ As premissas básicas do neorrealismo, ou realismo estrutural se baseiam no entendimento do Sistema Internacional como caracterizado fundamentalmente por (i) ter Estados como os principais atores; (ii) ser anárquico, uma vez que não há um Estado ou instituição capaz de impor verticalmente uma organização sobre as demais unidades; (iii) a preponderância de uma lógica de balança de poder, já que as Grandes Potências tendem a maximizar sua fatia de poder no Sistema em um contexto de incerteza sobre as intenções das demais unidades (WALTZ, 1979). Esses pressupostos não negam a possibilidade de cooperação entre as unidades, ou do estabelecimento de organizações ou regimes internacionais, mas apenas assume que estas estão sujeitas às características sistêmicas listadas acima.

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO INICIAL DA GUERRA E SEUS EFEITOS SOBRE A GESTÃO DO ESTADO E DA GUERRA ENTRE 1850 E 1900

Este capítulo possui, como objetivo geral, analisar as transformações no perfil de força advindas da adoção do recrutamento militar obrigatório, a conscrição, em duas fases, e as consequências deste processo para os arranjos institucionais dos Estados. As duas fases da implementação da conscrição consistem, primeiramente, (i) na Revolução Francesa e a Revolução Americana, que inauguraram o uso de soldados-cidadãos e da guerra de massas, e, posteriormente, (ii) na Guerra Civil dos Estados Unidos e nas Reformas Prussianas, que resultaram em sucessivas vitórias nas Guerras de Unificação Alemã, especialmente na Guerra Franco-Prussiana. A Prússia serve como um elemento de transição, uma vez que implementou a conscrição após a derrota para as forças napoleônicas, mas desenvolveu ao longo da primeira metade do século XIX um novo modelo de perfil de força que foi emulado pelo resto da Europa após 1871.

Compreender a transição entre as duas fases requer analisar como a industrialização da guerra, em meados do século XIX, permitiu a retomada e a ampliação do serviço militar obrigatório, inaugurados de maneira mais incipiente nas Revoluções do fim do século XVIII. Três inovações fundamentais foram centrais: (i) a produção em massa, com o sistema de peças intercambiáveis desenvolvido no Vale do Connecticut; (ii) o desenvolvimento de processos de produção de aço em escala massiva e (iii) o uso das ferrovias e barcos a vapor para transportar unidades militares e suprimentos. Essas transformações tornaram a capacidade de produzir armamentos muito mais elástica, e os novos meios de transportes permitiram deslocar soldados e, ainda mais importante, os suprimentos consumidos por eles, em quantidades até então inimagináveis (MCNEILL, 1982b). Estas três inovações aplicadas à guerra geraram demandas de ordem logística e produtiva que tiveram como efeito uma transformação na esfera de gestão do Estado e da guerra (MCNEILL, 1982b; MCNEILL, 1982a).

Esta transformação afetou as bases do regime de acumulação sob hegemonia britânica (ARRIGHI, 1994), consolidou-se a partir do fim das Guerras Napoleônicas e da conclusão da Revolução Industrial Inglesa. A partir desse momento, as ondas sucessivas de investimentos e transferências tecnológicas da parte da Inglaterra se disseminaram para o restante do mundo, integrando-o a um todo articulado capitalista ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 2002; KENNEDY, 1989; MCNEILL, 1982a; ARRIGHI, 1994).

A Guerra da Crimeia (1853–1856) impôs desafios iniciais ao modo de regulação britânico e provocou a importação de métodos de produção em massa no continente europeu (MCNEILL, 1982a). Já a Guerra Franco-Prussiana (1871) e a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861–1865) deram um passo adiante ao inaugurarem a inserção dos novos métodos produtivos e de gestão aplicados à condução da guerra, e o aprendizado a partir da observação desta última provocou a emulação dos Exércitos de conscritos com uso de insumos industriais pelo resto da Europa. Em seguida, será analisada a maneira pela qual os Estados Unidos e a Prússia (posteriormente Alemanha) conduziram seus processos de industrialização, com a participação ativa do Estado através de bancos de investimento, tarifas protecionistas e incentivos fiscais, o que engendrou novas técnicas de gestão e aplicação da ciência ao sistema produtivo (OLIVEIRA, 2002).

Além desta introdução e da conclusão, este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira descreve as experiências da Revolução Francesa e da Revolução Americana, bem como seus impactos sobre, respectivamente, a Revolução Industrial Inglesa e a elaboração do Sistema Americano de Manufaturas. A segunda se detém sobre os desafios colocados pela Guerra da Crimeia aos elementos de gestão do Estado e da guerra característicos da hegemonia britânica e do capitalismo concorrencial da primeira metade do século XIX, bem como a resposta imediata do Reino Unido. Na sequência, a próxima seção debate a inovação institucional colocada pelo modo prussiano de fazer a guerra e como ele impactou o continente europeu. Uma quarta seção analisa brevemente algumas particularidades do desenvolvimento dos Estados Unidos e seu papel na gestação de um novo regime de acumulação e na industrialização da guerra. Por fim, algumas considerações finais são postas a título de conclusão.

2.1 O impulso da Guerra à Revolução Industrial

No final do século XVIII, as Revoluções Americana (1775–1777) e Francesa (1789) inauguraram os Exércitos compostos por cidadãos, capazes de produzir sucessivas vitórias militares sobre as forças armadas do Antigo Regime, os Exércitos absolutistas. Estes se caracterizavam por formações compostas por soldados voluntários recrutados em uma base de serviço de longo prazo, normalmente recrutados entre estratos do lumpesinato, como criminosos e marginais de toda ordem, e cujo oficialato era formado por nobres apontados pelo rei ou que compravam postos (HUNTINGTON, 1996). Estas formações se tornaram predominantes na Europa no século XVIII, após uma longa

transição das forças predominantemente mercenárias que haviam se desenvolvido nos Exércitos das Cidades-Estados Italianas no século XVI. A ruptura que deu início à transição foi a recuperação de conceitos estratégicos e organizacionais das Legiões Romanas operada por Maurício de Nassau, que permitiram a um Estado pequeno como as Províncias Unidas neutralizar as vantagens de escala desfrutadas pelo Império Espanhol na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), da qual a república holandesa saiu independente (ARRIGHI, 1994).

A equiparação de poder militar entre as distintas unidades políticas da Europa, a partir da disseminação do modelo básico de perfil de forças holandês foi o substrato material que garantiu a igualdade básica entre os Estados europeus, premissa do Sistema de Westfália (ARRIGHI, 1994). Este tratado também buscou limitar explicitamente as dimensões da guerra, estabelecendo que civis não seriam envolvidos em conflitos entre os soberanos e que a propriedade privada e o comércio dos não-combatentes deveria ser preservada em tempos de conflagração (SILVER; SLATER, 2001). As guerras que predominaram no continente no restante do século XVII e ao longo do século XVIII foram caracterizadas, portanto, por conflitos dinásticos e deliberadamente limitados, de modo a impedir uma nova crise ampla de sublevações populares como se verificou durante a Guerra dos Trinta Anos (LUKÁCS, 2011; SILVER; SLATER, 2001).

Embora ao longo dos séculos XVII e XVIII tenham se desenvolvido embrionariamente formações armadas mais populares na Noruega e na Suécia, foram casos isolados e que apenas prefiguraram um padrão que foi explorado em sua magnitude a partir da Revolução Francesa e dos Exércitos Napoleônicos (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). O sucesso de ambas as revoluções dependeu da “mobilização das classes populares previamente excluídas na política nacional durante uma guerra em que o futuro do Estado e a independência do seu povo estavam em jogo” (KESTNEMBAUM, 2002), de modo que o resultado desse processo foi o conceito de soldado-cidadão (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

Para os efeitos desta pesquisa, todavia, o foco do exame das consequências de ambas as revoluções será colocado sobre as transformações na Indústria. Embora, ao longo da história, a produção manufatureira tenha sempre estado conectada de maneira significativa à guerra, houve um crescimento substancial da ligação entre as esferas produtiva e militar com a ascensão da Revolução Industrial. Tendo se iniciado na década de 1780, esta disseminação e multiplicação das atividades fabris foi muito impulsionada pelas Guerras da Revolução Francesa e pelas Guerras Napoleônicas (MCNEILL, 1982b).

Já a Revolução Americana será observada com base no seu legado para a formação das Forças Armadas dos EUA e para o surgimento dos primeiros métodos de produção em massa, já na primeira metade do século XIX.

2.1.1 A Revolução Francesa e a Revolução Industrial Inglesa

Os eventos revolucionários que assolaram a França a partir de 1789 causaram não só a derrubada da monarquia, como de todo o sistema social do Antigo Regime. De modo a vencer as ameaças contrarrevolucionárias domésticas, bem como a repelir as invasões externas, foram deslanchadas modificações na maneira de organizar a guerra que foram fundamentais na reorganização revolucionária da sociedade. As transformações no âmbito militar que produziram uma mudança na relação do Estado com a sociedade e o aparato produtivo durante a Revolução Francesa podem ser classificadas em três fases.

A primeira fase (1789–1792) foi a que precedeu o conflito aberto com as potências externas, de modo que a reorganização das Forças Armadas serviu principalmente para fins domésticos. O antigo Exército de linha foi reorganizado e foram armados cidadãos em uma proporção “segura”, uma vez que ainda se temia um armamento amplo da população. Desse modo, foi criada a Guarda Nacional, de caráter burguês. A partir de 1792, foi aprofundada a necessidade de se transformar o Exército, com a invasão da França pela Áustria e pela Prússia. Mesmo após a rápida vitória dos revolucionários em Valmy, com uma quantidade crescente de ameaças internas e externas foi necessário se utilizar de oficiais não comissionados e veteranos do Exército Real⁷ para treinar as indisciplinadas e novas tropas revolucionárias (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

O ano de 1793, devido à rebelião no Departamento da Vendéia e à aliança das Províncias Unidas e do Reino Unido à Prússia e à Áustria para derrotar a França, assistiu ao surgimento do *levée en masse*, o recrutamento universal obrigatório masculino. Embora em tese se convocasse a população inteira para a guerra, o que ocorreu foi que todos os homens solteiros com idade entre 18 e 25 anos foram recrutados (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). O resultado foi que, durante as guerras de 1793–1794, foi possível

⁷ O Exército Francês Real teve um papel essencial no próprio deslancar da Revolução Francesa, já que os soldados aderiram às revoltas populares, privando assim o Antigo Regime de quem os defendesse. Isso se devia muito ao fato de que os soldados franceses viviam no meio da cidade, juntamente com o resto da população, e não em casernas isoladas, como era de praxe em Exércitos europeus do período. Ademais, os oficiais não comissionados, como os sargentos, eram em vasta medida responsáveis pelo treinamento dos soldados. Tendiam a ser alfabetizados e, assim, mais expostos à propaganda revolucionária, bem como ressentidos de uma aristocracia que ocupava o oficialato, bloqueando sua ascensão profissional (MCNEILL, 1982b).

mobilizar 650 mil homens, mais do que o dobro que o Exército monárquico jamais havia alcançado. Foram estabelecidas oficinas e manufaturas improvisadas em Paris para prover os Exércitos revolucionários com mosquetes e outros armamentos (MCNEILL, 1982b). A mobilização de recursos humanos e materiais para o esforço de guerra foi tão amplo e tão intenso que se mostrou insustentável a longo prazo sem causar uma contrapartida de desestabilização no plano doméstico (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; MCNEILL, 1982a).

Em 1799, portanto, a conscrição foi institucionalizada de modo mais organizado e combinado com rotinas administrativas implementadas pelos Diretorados. Em vez de um chamado às armas da população como um todo, foi estabelecido como uma espécie de “tributo de sangue”, não diferente de outros tributos que se pagavam ao Estado. Napoleão refinou essa reorganização, criando procedimentos meritocráticos de progressão profissional dentro do Exército, substituindo a “*mobilização social* pela *mobilidade social*” (MJØSET; VAN HOLDE, 2002, grifo dos autores).

A política de recrutamento obrigatório da Revolução Francesa resultou na mobilização de aproximadamente 1,3 milhão de homens entre 1799 e 1815. Na França as principais transformações provocadas por este novo perfil de força se centraram no âmbito político e de gestão do Estado (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; MCNEILL, 1982b). Já no Reino Unido, que liderou a coalizão que veio a derrotar Napoleão, o consequente aumento nos contingentes do Exército e da Marinha exigidos para o esforço de guerra provocou mudanças de ordem econômica, primordialmente, uma vez que, a despeito da maior quantidade de homens e recursos empregados, manteve-se a base de recrutamento voluntária (MCNEILL, 1982b).

Essa elevação de escala de soldados e material bélico gerou, simultaneamente, demanda para a produção de ferro no País de Gales e na Escócia, e o emprego da quase totalidade da mão de obra britânica — boa parte até então desempregada — além de garantirem um poder de compra empregando seções desta na Marinha e no Exército. Ademais, os subsídios para países aliados, especialmente Prússia, Rússia e Áustria, garantiram um mercado para as exportações britânicas (MCNEILL, 1982b, p. 210–211).

Desse modo, os conflitos que se estenderam de 1789 a 1815 tiveram um papel importante na expansão industrial do Reino Unido, uma vez que os gastos do governo em aquisições de bens relacionados à atividade militar, especialmente no setor siderúrgico, consolidaram a indústria de bens de capital como um departamento autônomo da economia doméstica inglesa (ARRIGHI, 1994, p. 267). Assim, a necessidade de produção de munição, armamentos e diversos tipos de suprimentos criaram demanda para determinados

setores da indústria, tornando o Estado uma espécie de garantidor do investimento privado ou mesmo o produtor, aumentando o a geração bruta de capital fixo e a capacidade produtiva instalada (TREBILCOCK, 1969, p. 475; MCNEILL, 1982a).

2.1.2 A herança da Revolução Americana e o Sistema Americano de Manufaturas

A Revolução Americana foi a primeira experiência de aplicação da conscrição de cidadãos, embora os efeitos deste novo perfil de força tenham tido consequências menos diretas para a Europa que os 24 anos de guerra em escala maciça provocados pela Revolução Francesa. A Guerra de Independência que resultou no surgimento da República Americana foi vencida através da condução de uma guerra revolucionária, possibilitada pela “mobilização das massas em atos de guerrilha, terror e em combinação com uma pequena força combatente profissional” (DUARTE, 2013, p. 20).

Esta combinação é reveladora do caráter duplo das forças revolucionárias que definiu o desenvolvimento institucional das Forças Armadas nos EUA. Embora a Revolução tenha se iniciado com os regimentos milicianos, derivados da tradição de recrutamento de unidades militares a partir das comunidades locais⁸, foi criado durante a Revolução o Exército Continental, montado como uma réplica dos Exércitos europeus (DUARTE, 2013). George Washington defendia a utilização estrita de táticas de guerra convencional, tanto pelas milícias quanto pelas forças convencionais, e replicava o modelo europeu de elaboração de um Exército profissional. Já outros comandantes, como o Major-General Nathaneal Greene, utilizaram-se amplamente de ações de guerrilha e guerra irregular, com as quais os colonos estavam acostumados em suas guerras contra os indígenas, e que atentavam abertamente contra o direito internacional da guerra e a maneira europeia de se conduzir guerras limitadas⁹ (WEIGLEY, 2001).

O fato é que a vitória resultou em uma soma das duas estratégias, e ambas contaram com participação ativa da população. Tanto as milícias quanto o Exército Continental utilizaram-se de um recrutamento em bases populares que deram origem a soldados-cidadãos. Como parte do processo de reformas administrativas e militares que Washington

⁸ As milícias locais tradicionais se somaram a outras duas formações mais regulares. Os *minutemen* e as companhias de província (patrulheiros). Os primeiros advinham das comunidades de Massachusetts que tinham caráter mais regular, por serem recrutados com maior periodicidade, possuírem mais treinamento e preparo, além de terem um equipamento em melhores condições de uso. Os segundos eram uma espécie de milícia mais regular que atuava em regiões de fronteira em guerras Imperiais pela coroa britânica ou contra os índios (DUARTE, 2013).

⁹ Russel Weigley chegou a comparar Greene com Vo Nguyen Giap e com Mao Zedong por sua habilidade de combinar operações de guerra convencional com não convencional (WEIGLEY, 2001, p. 547).

implementou ao longo da guerra, o Congresso aprovou a conscrição no âmbito federal entre 1778 e 1781¹⁰ (KESTNBAUM, 2002). Enquanto Washington mantinha a existência do Exército Continental evitando grandes combates diretos com os Exércitos britânicos e executando uma estratégia de atrito, campanhas decisivas como a de Saratoga foram vencidas usando-se amplamente de forças irregulares. A Guerra Revolucionária Americana, portanto, assim como a Francesa, representou um rompimento com a maneira dinástica europeia de se conduzir a guerra (WEIGLEY, 2001).

Esse rompimento com a tradição europeia foi possível tanto pelo virtual isolamento dos Estados Unidos devido a seu caráter insular, quanto pela tradição comunitária de formação de milícias e guerras contra os povos indígenas, e marcou profundamente a posterior formação do Exército Americano (WEIGLEY, 2001). Contudo, com um discurso acerca dos potenciais efeitos antidemocráticos da existência de um Exército permanente (que era associado aos exércitos absolutistas europeus), o Congresso Americano, ao final da guerra, em 1784, reduziu o efetivo do Exército Americano a 700 homens, somados a uma requisição de 700 milícias nas regiões de fronteira (HUNTINGTON, 1996). Com a redução do contingente do Exército Regular, foi aprovada a Lei de Milícias, de 1792, que garantiu a base legal para o recrutamento obrigatório de cidadãos para servir nos regimentos milicianos em caso de guerra (WEIGLEY, 2001).

Para nossos propósitos, cabe analisar aqui uma consequência específica dessa estrutura das Forças Armadas que sucedeu a Guerra de Independência. Durante o governo do antimilitarista (porém pró-milícias) Thomas Jefferson, foi criada a Academia Militar de West Point, que deveria se encarregar do treinamento do oficialato. O currículo básico, bem como os manuais militares da Academia, contaram com ajuda de oficiais do Exército da França, cuja aliança fora central para a vitória na Revolução, resultando em grande ênfase em uma formação de engenharia. Com efeito, o exército americano foi literalmente composto por “construtores da nação” que desempenharam papel importante no mapeamento de novas regiões, construção de estradas, ferrovias, canais e prédios públicos (entre eles o Capitólio) (WEIGLEY, 2001). O projeto social subjacente a esta ênfase na engenharia residia na ideia de que o Exército de uma república democrática, ao invés de

¹⁰ Deve-se ressaltar, contudo, que houve o cuidado de não armar contingentes significativos de escravos, bem como de se abster de adicionar o elemento abolicionista no republicanismo revolucionário. Nas revoluções posteriores no restante das Américas, em especial no caso do Haiti, a ausência destes cuidados levaria a uma revolução mais ampla, liderada pelas numerosas populações de escravos, que lograram estabelecer uma República independente em 1804 e repelir uma invasão da antiga metrópole (SILVER; SLATER, 2001).

composto por profissionais da guerra, deveria ser formado por cidadãos postos a serviço do interesse geral da nação, mesmo em tempos de paz (HUNTINGTON, 1996).

Uma consequência significativa dessa herança, no âmbito mais geral do sistema produtivo, é oferecido pelo desenvolvimento do Sistema Americano de Manufaturas. Desenvolvido no Vale do Connecticut na primeira metade do século XIX, este conjunto de práticas de manufatura mecanizada de precisão foi a base para o surgimento de toda a produção em massa, uma vez que se fundamentava no princípio da “intercambiabilidade de peças” (KLEIN, 2007). Este havia sido transmitido pela Academia de West Point e herdado do *systeme Gribeauval*. Assim era conhecida a abordagem francesa de construção de armamentos desenvolvida por Jean-Baptiste Gribeauval no século XVIII, fundamentada na simplicidade e na mecanicidade (MORRIS, 2013).

O desenvolvimento desse sistema foi fruto de uma série de contratos militares firmados pelos arsenais de Springfield e Harper’s Ferry, que financiou pesquisas e concessões de patentes para inventores privados e pequenos empresários — dos quais se destacam Thomas Blanchard e John Hall. Essas pesquisas objetivavam atingir a uniformidade perfeita entre as peças de armas, de modo que estas pudessem ser livremente trocadas uma pela outra. Visava-se assim a dirimir problemas técnicos com armamentos em campanhas, longe da presença dos artesãos que os fabricavam (MORRIS, 2013).

Esse problema foi resolvido em duas fases: o desenvolvimento de máquinas capazes de produzir peças de formatos irregulares — como coronhas de rifles —, prerrogativa até então restrita a seres humanos com habilidades artesanais, e com a uniformização e a mecanização de cada aspecto da produção. Tal processo, que pode ser considerado a primeira política industrial deliberada dos Estados Unidos, transformou o Vale do Connecticut no “centro nervoso do impulso militar americano na direção de produção de armas de alta tecnologia” (MORRIS, 2013, p. 59). Mais do que isso, também em uma região de alta atividade empresarial e de pesquisa, incentivando a transmissão das técnicas e procedimentos desenvolvidos na busca pela intercambiabilidade de peças para outros setores manufatureiros (MORRIS, 2013).

Clive Trebilcock (1969) define como *spin-off* o fenômeno de transferência de inovação do âmbito da produção militar para a indústria civil. Ele ocorre quando determinadas técnicas produtivas, mão de obra especializada e procedimentos inovadores elaborados no curso de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias militares são disseminados para outros ramos da indústria. Assim, tecnologias desenvolvidas em âmbito militar se tornam tecnologias capacitadoras, produzindo uma espécie de efeito

multiplicador de procedimentos e técnicas, permitindo o desenvolvimento de uma frente ampla de outras tecnologias. O autor ainda propõe que esse tipo de efeito qualitativo da indústria militar para a civil tende a acontecer mesmo que a guerra não venha a ocorrer, inclusive tendo efeitos melhores se as guerras não ocorrerem, uma vez que os gastos de custeio de operações militares desviam recursos que poderiam ser direcionados para pesquisa, desenvolvimento e aquisição de sistemas de armas (TREBILCOCK, 1969, p. 475). Portanto, foram os efeitos de *spin-off* do Sistema Americano de Manufaturas, especialmente a produção mecanizada e a crescente automação, que permitiram a posterior elaboração de métodos de produção em massa (MORRIS, 2013).

2.2 Características do Capitalismo Concorrencial e o desafio da Guerra da Crimeia

2.2.1 O capitalismo sob a hegemonia britânica: o regime de acumulação concorrencial

Encerradas as Guerras Napoleônicas, o Reino Unido contava com uma capacidade técnica e industrial virtualmente monopolística. Não só as suas capacidades industriais haviam sido expandidas, como demonstrado na seção anterior, como o progresso tecnológico nos países continentais fora interrompido pela devastação de recursos humanos e naturais nas áreas mais afetadas pelo conflito, além da instabilidade política e econômica por um período prolongado. Desse fato resultou que, ainda em meados do século XIX, dois terços da produção mundial de carvão e mais da metade da produção mundial de ferro e algodão se concentrassem nas ilhas britânicas (LANDES, 2005).

Estas capacidades industriais forneceram o substrato material do regime de acumulação sob a hegemonia britânica, que estabeleceria a governança da fase do capitalismo concorrencial (ARRIGHI, 1994; OLIVEIRA, 2002). A capacidade produtiva excedente, possibilitada pelos gastos do governo britânico nas guerras, teve o efeito de exigir maior garantia de importação de insumos básicos, e de garantia de mercados para suas exportações (ARRIGHI, 1994). Já que a demanda quantitativa direcionada à produção militar fora interrompida, a recentemente expandida capacidade instalada teve que achar mercados civis de consumo, incentivando os investimentos em bens de capital em outros países, principalmente através da construção ferroviária, mas também da indústria naval (MCNEILL, 1982b).

Como não havia outro país capaz de concorrer no mercado de produtos industriais, barreiras protecionistas no continente passaram a ser sucessivamente derrubadas em prol

da abertura dos mercados externos (OLIVEIRA, 2002). Essa faceta do livre-cambismo resultava igualmente em uma defesa da liberação dos fluxos de capitais e de mão de obra e na imposição do padrão-ouro¹¹ (ARRIGHI, 1994, p. 55; OLIVEIRA, 2002, p. 182–183; POLANYI, 2012).

Desse modo, foi funcional a promoção do livre-comércio, centrado na ideia básica de que cada nação estava sujeita, tanto interna quanto externamente, ao domínio de um mercado mundial, regido por leis próprias. O aspecto político de hierarquia da ordem internacional foi referendada no Congresso de Viena, em 1815, estabelecendo o equilíbrio de poder como princípio-chave da governança do sistema, e como força restauradora dos governos do Antigo Regime (KISSINGER, 1994; 2014). Dessa maneira, o intervalo de tempo entre 1830 e 1870, aproximadamente, assistiu à construção inédita de um sistema econômico mundial, centrado no Reino Unido e fundamentado na crença nos mercados autorregulados (KENNEDY, 1989; ARRIGHI, 1994; POLANYI, 2012).

Desse modo, a ascensão do industrialismo, entendido enquanto ampliação e complexificação do sistema fabril, passou a exigir o fornecimento assegurado e contínuo de um fluxo de insumos, como é o caso do algodão cru para a indústria têxtil, por exemplo. A dependência desse fornecimento de bens vindos de fontes externas se tornou fundamental para o próprio funcionamento da economia doméstica britânica:

O livre comércio internacional [...] significou que a oferta de alimentos na Inglaterra dependeria de fontes ultramarinas; que o país sacrificaria sua agricultura, se necessário, e ingressaria numa nova forma de vida, na qual seria parte integrante de uma futura união mundial vagamente concebida; que essa comunidade planetária teria que ser pacífica, ou, caso contrário, **tornada segura para a Grã-Bretanha pelo poder da marinha**, e que a nação inglesa enfrentaria a perspectiva de contínuas transformações industriais, confiando firmemente em sua criatividade superior e sua capacidade produtiva. Entretanto, acreditava-se que, se pelo menos os grãos do mundo inteiro pudessem fluir livremente para a Grã-Bretanha, suas fábricas conseguiriam vender a preços mais baixos do que o mundo inteiro (POLANYI, 2012, p. 138, grifo nosso).

A promoção do livre comércio, portanto, não só atendia aos interesses do capital industrial e comercial inglês, mas também a demandas de segurança e da própria estabilidade econômica e social no plano doméstico (ARRIGHI, 1994, p. 269). Foi esse o fundamento material que subsidiava a crença na ideologia dos mercados não regulados.

¹¹ O padrão-ouro era um sistema monetário no qual cada país fixava o preço de sua moeda nacional em termos de ouro, isto é, a unidade padrão de medida de valor é uma quantidade (fixa) do metal, e estava pronto a trocar ouro por moeda e vice-versa segundo a paridade estabelecida (BLANCHARD, 2007, p. 418). O sistema implica que as taxas (nominais) de câmbio entre os países são fixas. Ele vigorou internacionalmente de 1870 até Primeira Guerra Mundial e tentou-se retornar a ele no Entre Guerras. A estabilidade monetária e fácil convertibilidade entre as moedas facilita os fluxos de capitais internacionais; porém, resulta domesticamente em altos níveis de desemprego e de baixos níveis salariais (GILPIN, 2001, p. 246, 249–250).

Internamente, foram adotadas medidas legais¹² para a garantia desse processo, que foi na seqüência disseminado para o resto do mundo.

Se em meados da década de 1770 e durante as guerras contra Napoleão se faziam tentativas de introduzir medidas para restringir as exportações de tecnologias e capitais sensíveis, ao longo do século XIX (ARRIGHI, 1994, p. 268), foram essas exportações que permitiram a disseminação e reprodução do aparato produtivo britânico para o continente, em especial para França e Alemanha, e para os Estados Unidos, de modo funcional ao regime de acumulação britânico (KENNEDY, 1989, p. 153; OLIVEIRA, 2002).

No longo prazo, contudo, a hegemonia britânica foi solapada pela disseminação de tecnologias e horizontalização de capacidades produtivas resultantes da própria difusão do industrialismo para outros Estados. Como a tecnologia destes setores produtivos de ponta da época era relativamente simples, podia ser reproduzida a partir de homens práticos e trabalhadores experientes. Isso tornava as barreiras de entrada baixas, o que permitia que novas empresas surgissem e concorressem com as empresas inovadoras de determinado setor, de modo que a dinâmica de inovação, antes de impedir o surgimento de concorrentes, facilitava a propagação e horizontalização da tecnologia (OLIVEIRA, 2002).

Uma última característica marcante do período foi a ausência de grandes conflitos militares. Embora tenham sim ocorrido algumas conflagrações, dos quais se destaca a Guerra da Crimeia (1853–1856) e a Franco-Prussiana (1870–1871), ambos foram de caráter limitado, tanto em escopo geográfico quanto de quantidade de meios empregados (KENNEDY, 1989; POLANYI, 2012). Todavia, estas guerras limitadas foram capazes de alterar a polaridade e a polarização do sistema, além de terem gestado o processo de industrialização da guerra (MCNEILL, 1982a, p. 249; MARTINS, 2013, p. 181–182).

2.2.2 As consequências da Guerra da Crimeia

A Guerra da Crimeia foi o primeiro conflito a oferecer oportunidades de inovação na produção e transporte de material bélico e a demonstrar gargalos importantes no sistema artesanal de provimento de armamentos, de modo especial para o Exército Britânico. Ao

¹² Nas décadas de 1830 e 1840, foram estabelecidas três medidas legais no Reino Unido, que, surgindo para se contrapor às regulamentações restritivas ao livre-mercado, tornaram-se a base do sistema autorregulado do mercado mundial: (i) a emenda à Lei dos Pobres de 1834, que colocava a oferta da mão de obra sujeita a mecanismos de mercado; (ii) a Lei Bancária de Peel, de 1844, que estabelecia princípios mais rigorosos ao funcionamento do padrão-ouro, colocando a moeda sob uma auto regulação e; (iii) o *Anti-Corn Law Bill* (Lei do Milho) de 1846, que abriu o mercado britânico para os grãos do resto do mundo (ARRIGHI, 1994, p. 265).

fim, a guerra foi vencida pela aliança anglo-francesa contra a Rússia fundamentalmente em função da maior capacidade de entregar munição e suprimentos de maneira mais eficaz (KENNEDY, 1989). A França e o Reino Unido se utilizaram de suas marinhas para isso, o que as deixou em evidente vantagem em relação à Rússia, que ainda se utilizava de carroças puxadas por cavalos (MCNEILL, 1982a, p. 230).

Apesar da vitória, o desempenho das forças expedicionárias britânicas foi amplamente comprometido pela incapacidade do sistema artesanal de fabricação de armas e munições em Birmingham e Londres de expandir sua capacidade de produção em tempos de necessidade. Pelo contrário, ao aumentar o número de peças produzidas diariamente, houve uma queda na qualidade, levando a uma diminuição no montante total em condições de ser utilizado (MCNEILL, 1982a). Ademais, a carência de recrutas (o recrutamento era voluntário) somada às dificuldades logísticas inerentes à duração e à localização da guerra levaram a um número elevado de baixas e a um resultado político não tão favorável quanto poderia ter sido.

A resposta imediata foi o aumento do gasto com a guerra, que, contudo, não foi capaz de se traduzir em muitos resultados práticos (KENNEDY, 1989, p. 176–177). Ao contrário das forças francesas, provavelmente os melhores soldados profissionais da Europa, o Exército britânico ainda se estruturava de maneira semelhante ao modelo que utilizara nas guerras napoleônicas. Por seu número inferior, foi relegado a uma condição de parceiro menor do Exército francês em terra, ao mesmo tempo em que sua Marinha não foi capaz de conduzir nenhuma grande batalha contra a frota russa (KENNEDY, 1989).

O que ocorre é que o conflito na Crimeia demonstrou a baixa convertibilidade do potencial econômico e financeiro britânico em capacidade militar. A política de *laissez-faire* assumida pelo governo havia mantido os gastos em defesa em torno de modestos 2–3% do Produto Interno Bruto nos 50 anos que se seguiram ao fim das Guerras Napoleônicas (KENNEDY, 1989). Todavia, a ampla dependência da estabilidade dos fluxos de comércio internacional gerou peculiaridades no perfil das forças armadas britânicas que requerem certa atenção.

O Exército era relativamente pequeno e composto unicamente por voluntários, ao passo que Marinha mantinha de longe uma liderança em relação a qualquer outra Armada do mundo (estima-se que era tão poderosa quanto as três ou quatro maiores forças navais depois dela). Esse foco no poder naval se explicava pela necessidade de garantir a segurança das rotas, portos, entrepostos utilizados por sua frota comercial e garantir a disciplina das colônias e domínios associados ao Reino Unido. A expansão dos territórios

coloniais ocorreu de maneira quase ininterrupta ao longo dos “cem anos de paz”, com a utilização de tropas britânicas ou, mais frequentemente, do Exército de nativos recrutados na Índia (KENNEDY, 1989, p. 155; ARRIGHI, 1994, p. 270–272). Configurava-se, portanto, como uma estrutura de força voltada para o uso em curtas expedições punitivas e de conquista contra tropas mal treinadas e de tecnologia muito inferior, e não para travar embates mais prolongados como o que foi travado nas trincheiras em torno de Sebastopol, na península da Crimeia.

A percepção de que era necessário reformar imediatamente o modo de se travar a guerra se traduziu inicialmente no envio de uma missão para os Estados Unidos, ainda em 1853, onde uma delegação estudou os métodos de produção e trouxe uma série de recomendações para o governo britânico (MORRIS, 2013). O resultado foi a importação dos métodos de manufatura dos EUA: foi criado um arsenal estatal em Enfield com uma planta produtiva montada totalmente sob os princípios do Sistema Americano de Manufaturas. Instalada em 1859, em 1863 o arsenal já era capaz de produzir 100 mil rifles por ano. Logo, o rifle Enfield passou a ser usado nas inúmeras guerras coloniais travadas pelo Reino Unido na construção de seu Império territorial. Adicionalmente, surgiram outros dois arsenais privados, a *Birmingham Small Arms Company* e a *London Small Arms Company*, que além de fabricarem para indivíduos, adquiriam contratos governamentais quando o governo demandava (MORRIS, 2013; MCNEILL, 1982b; MCNEILL, 1982a).

A adoção desses métodos produtivos logo foi emulada por outros países dentro e fora do continente. Até 1870, Rússia, Espanha, Turquia, Suécia, Bélgica, Dinamarca e Egito haviam importado os métodos de produção do sistema americano de manufaturas, na maior parte das vezes em arsenais estatais. Isso levou a um declínio do comércio de caráter artesanal de armas pequenas que havia predominado nos últimos séculos, concentrando a produção em arsenais estatais (MCNEILL, 1982b).

Se a produção de armas pequenas ficou sob o controle dos Estados, com as novas técnicas e maquinário em arsenais do governo, a ascensão do uso do aço na construção de peças de artilharia fez com que os custos de produção fossem elevados demais para os orçamentos públicos comprometidos com um o equilíbrio fiscal exigido pelo sistema do padrão-ouro. Assim, foi a iniciativa privada que tomou a frente nessa área. O patenteamento do Processo Bessemer em 1857, e posteriormente, do Processo Siemens-Martin, datado de 1865, lançaram uma nova maneira de se produzir aço, muito mais eficaz e em larga escala (MORRIS, 2013; LANDES, 2005). Desse modo, recriou-se um novo comércio internacional de peças de artilharia a partir de empresas privadas, como a

Armstrong ou a Krupp (MCNEILL, 1982a). Pela necessidade cada vez mais intensa de capital investido para produzir grandes peças de artilharia e navios de guerra, esses arsenais e estaleiros privados iriam em breve assumir importância enorme no cenário econômico, social e político da Europa (MARTINS FILHO, 2010).

A adoção de estratégias protecionistas, como mecanismo de defesa ao imperialismo do livre-comércio, somada à absorção das tecnologias e capitais investidos pela Inglaterra, possibilitou que alguns países lograssem industrializar-se neste período (OLIVEIRA, 2002; KENNEDY, 1989). Como colocado por Fiori (1999), esse protecionismo foi reorientado como parte de uma estratégia de industrialização da guerra, transformando a ordem internacional a partir das décadas de 1860 e 1870 (FIORI, 1999, p. 67). A relação entre a indústria civil e a militar, portanto, mais do que outros fatores, foi responsável pela modificação da balança de poder que se desenvolveu a partir do século XIX (KENNEDY, 1989, p. 144). Mais do que isso, as relações entre governos e grandes empresas privadas que se desenvolveram a partir dos contratos governamentais de aquisição e desenvolvimento de material bélico são em boa medida responsáveis pela gestação de um novo modo de regulação do capitalismo, embora estivessem se desenvolvendo no auge do liberalismo econômico (MCNEILL, 1982a).

2.3 O Modo Prussiano de Fazer a Guerra: Transformações na Gestão do Estado e da Guerra

As mudanças ocorridas a partir da década de 1850 no campo da indústria, com o surgimento dos primeiros métodos de produção em massa, trouxeram novas possibilidades de estruturação das Forças Armadas. O fato de poder se produzir armas em quantidades massivas em curtos períodos de tempo implicaram o fato de que era possível alterar o armamento de Exércitos inteiros na velocidade em que fosse possível ensinar as novas táticas e procedimentos correspondentes para os soldados. Somadas à ascensão de novas tecnologias de transporte e comunicação, nominalmente o telégrafo, as ferrovias e os barcos a vapor, essas transformações causaram mudanças nas estruturas organizacionais dos Exércitos. O país que mais soube capitalizar essa situação foi a Prússia, que criou não apenas o Exército mais eficiente, moderno e bem treinado da Europa, mas sim todo um modo novo de fazer a guerra, que na sequência foi emulado pelo restante do continente (MCNEILL, 1982a).

A derrota para as forças napoleônicas incentivou um movimento de reforma no Exército prussiano já em 1814, quando os generais Scharnhorst e Gneisenau buscaram emular o Exército napoleônico, tendo compreendido que havia uma nova natureza na maneira de se travar a guerra, uma vez utilizados Exércitos de cidadãos lutando não por uma causa dinástica, mas sim pela sua nação como um todo. Três reformas importantes foram adotadas que se tornaram posteriormente as bases do modo prussiano de fazer a guerra: a criação do Estado Maior do Exército, a profissionalização do corpo de oficiais e a adoção da conscrição (HOLBORN, 2001; HUNTINGTON, 1996). O primeiro foi criado por Scharnhorst em 1809, quando este assumiu o Ministério da Guerra, e consistiu em um órgão responsável pela organização, mobilização, planejamento e educação do Exército em tempos de paz. Esta divisão foi assumindo importância crescente até se tornar a mais alta instância de assessoramento direto do rei em assuntos militares (HOLBORN, 2001; FINER, 1975; MCNEILL, 1982a).

A profissionalização do corpo de oficiais teve início em 1808, quando um decreto sobre a nomeação de oficiais foi emitido, extinguindo distinções de classe existentes anteriormente e estabelecendo a educação e conhecimentos profissionais como chave de acesso ao oficialato (HUNTINGTON, 1996). Foram estabelecidas instituições de ensino militar e exames de admissão, fazendo com que a carreira militar fosse restrita a indivíduos treinados, e não a qualquer nobre capaz de comprar um cargo ou ser indicado, como em outros Estados europeus. Esta transformação foi fundamental para o funcionamento do próprio Estado Maior, uma vez que forneceu os quadros que o comporiam, com uma ética profissional específica, e um respeito absoluto pela autoridade do rei.

Para Huntington (1996), este último elemento foi decisivo, uma vez que fez da carreira militar uma parte do serviço público, sujeita à autoridade do Estado e não a determinados interesses de classe. Contudo, o caráter das reformas não deve ser exagerado: as condições sociais tenham permanecido as mesmas de anteriormente, fazendo com que o corpo de oficiais ainda fosse constituído em sua maioria por membros da nobreza (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Indivíduos provenientes das classes burguesas ocupavam frequentemente os postos de oficiais não-comissionados, responsáveis pelo treinamento extensivo dos recrutas (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

O amplo sistema de conscrição adotado na Prússia requer um exame mais demorado, uma vez que foi a principal mudança de paradigma em termos de perfil de força e que teve as consequências sociais mais profundas. Foi implementado um sistema de recrutamento obrigatório de fato, em que homens de todos os estratos da população

efetivamente serviam, e não só os mais pobres, uma vez que não havia mecanismos de pagamento de substituição ou de contribuição financeira ao Exército para evitar o serviço militar obrigatório — instrumentos usados para eximir as classes mais abastadas de servir. Após um período de serviço de três anos, ingressava-se na reserva, podendo ser convocado quando havia necessidade. Esse sistema garantiu que o Exército prussiano se tornasse maior relativamente ao tamanho de sua população total do que os demais Estados europeus (KENNEDY, 1989, p. 184; MCNEILL, 1982a).

A experiência prussiana de modificação do perfil de forças representa, portanto, uma espécie de transição entre as duas fases da adoção da conscrição nos Exércitos europeus: seu exército de cidadãos foi construído como mecanismo de defesa após a derrota para os exércitos revolucionários de Napoleão e o conjunto de transformações no sentido de ampliar a conscrição e profissionalizar o oficialato forneceram o modelo básico a ser emulado para o restante da Europa após seu sucesso nas guerras de unificação alemã (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; HUNTINGTON, 1996). Foi, portanto, na Prússia que persistiu o conceito de soldado-cidadão, mesmo depois de ter sido abolido na França pós-napoleônica e nos Estados Unidos, onde o Exército de cidadãos em armas tinha nascido como fruto das suas respectivas revoluções (FINER, 1975). Contudo, em vez de o serviço nacional ter gerado uma república democrática, como na França e nos EUA, ele se tornou um instrumento para o fortalecimento do governo autoritário prussiano (HOLBORN, 2001).

Enquanto as classes trabalhadoras e camponesas formaram a base dos soldados, o oficialato era composto pela pequena nobreza Junker, a classe latifundiária e aristocrata proveniente da região do Trans-Elba (MCNEILL, 1982b). Desse modo, o Exército prussiano reproduzia, através da sua estrutura de força, as hierarquias da vida rural do país, criando uma espécie de microcosmo da vida do Antigo Regime para a aristocracia tradicional. Este arranjo se tornou um instrumento importante de simbiose ativa¹³, tornando as classes tradicionais, detentoras do poder rural, mais aptas a cooperarem com a burguesia industrial nascente e modernizadora que passou a exercer papel cada vez maior nas cidades (MCNEILL, 1982b).

A despeito desse componente conservador das Forças Armadas, o serviço militar obrigatório também foi base para a repactuação de direitos e deveres entre o Estado

¹³ Conceito elaborado por Joseph Schumpeter para designar o processo de cooptação da nobreza pela burguesia, em que uma nascente burguesia industrial precisou se aliar às aristocracias que ainda detinham a maior fatia do poder político na Europa (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

prussiano e suas classes não proprietárias. Com a demonstrada importância da participação dos trabalhadores e camponeses no Exército após as sucessivas vitórias nas guerras que levaram à unificação alemã, foi concedido o sufrágio universal masculino e um amplo sistema de bem-estar social. O acesso à educação de alta qualidade no nível básico pelas classes camponesas e trabalhadoras, por exemplo, era visto como uma condição básica para o bom funcionamento das unidades militares (KENNEDY, 1989, p. 184). Assim, o serviço nacional obrigatório e a crescente imprescindibilidade do proletariado urbano como mão de obra militar e industrial serviam como estímulos ao governo prussiano de garantir a coesão social necessária ao projeto nacional, ainda mais após os eventos revolucionários de 1848. De fato, o que se alcançou na Prússia de Bismarck foi uma mistura de reação com revolução dentro das Forças Armadas, uma vez que se internalizou, dentro do âmbito de um Estado conservador, todo o potencial humano até então só liberado quando de situações revolucionárias (GIDDENS, 2001; MCNEILL, 1982b).

A ascensão de Otto von Bismarck ao posto de Chanceler da Alemanha e de Helmut Von Moltke ao comando do Estado-Maior liberou as potencialidades das reformas prussianas, aprofundando-as e utilizando-as com maestria para promover a unificação da Alemanha. O resultado atingido foi a criação de uma nova grande potência que, progressivamente, solapou as bases do equilíbrio de poder que perdurava desde 1815 (KISSINGER, 1994; HOLBORN, 2001).

O aumento progressivo no número de soldados conscritos e todo o conseqüente conjunto de mudanças sociais, a começar pela liderança no processo de unificação da Alemanha, foi possível pela aplicação de uma capacidade organizacional superior e a utilização ampla da indústria. Com efeito, foi o uso das ferrovias para transportar e concentrar as unidades prussianas em maior escala e velocidade do que seus oponentes, somado ao uso do telégrafo para coordenar e executar as ordens vindas do Estado-Maior, que permitiu as vitórias da Prússia na guerra do Schleswig-Holstein (1864) contra a Dinamarca, na guerra Austro-prussiana (1866) e na Franco-Prussiana (1871) (HOLBORN, 2001; MCNEILL, 1982a).

Essas três conflagrações foram vencidas pela Prússia por conta de sua maior capacidade de planejamento prévio, pela mais ampla e mais rápida mobilização de suas reservas e sua alocação mais efetiva no teatro de operações. A cada nova campanha, os eventuais erros anteriores eram corrigidos através de um exame minucioso das operações. Destacava-se no Exército Prussiano não só sua capacidade de aprender com o passado e utilizar a racionalidade na aplicação da violência organizada (isso não era algo inédito),

mas sim ter tornado isso uma prática aplicada sistematicamente através da composição do Estado Maior como órgão responsável pelo planejamento de campanha e com a autoridade necessária para implementar processos de reforma tática e estratégica (HOLBORN, 2001; MCNEILL, 1982b). Uma demonstração dessa capacidade de transformar inovações em rotina foi dada pela adoção de rifles de retrocarga (recarregados pela culatra), que, possibilitando que os soldados recarregassem abaixados ou deitados, permitiu uma maior taxa de fogo através do fogo combinado de diferentes linhas (MCNEILL, 1982b, p. 244).

Essas reformas eram tornadas exequíveis pela existência de um sistema de Educação Militar superior a qualquer outro na Europa, que treinava oficiais de todos os níveis e não comissionados¹⁴, que eram encarregados de repassar para suas unidades as novas táticas e procedimentos (HUNTINGTON, 1991). Embora a composição social do oficialato não tenha mudado muito, sem dúvida a existência de Academias Militares tornou-o mais meritocrático, distinguindo-o de outros Exércitos europeus em que a nobreza se utilizava da profissão militar como passatempo, algo possível pelas práticas de compra de cargos, por exemplo (HUNTINGTON, 1996).

Em 1871, essa conjunção consciente e planejada de fatores fez com que os soldados-cidadãos da Prússia derrotassem o melhor Exército profissional da Europa¹⁵, na guerra Franco-Prussiana, unificassem a Alemanha e coroassem o Kaiser dentro do Palácio de Versalhes. A derrota militar levou à queda do Segundo Império, de Napoleão III, à deflagração da Comuna de Paris e à declaração da Terceira República. O impacto da guerra fez com que a conscrição se tornasse o modelo de perfil de força emulado por toda a Europa continental (HUNTINGTON, 1996).

De fato, a disseminação da conscrição e da profissionalização do corpo de oficiais (com novos métodos de educação militar e adoção de processos mais meritocráticos de promoção na carreira militar) evidenciam o funcionamento do conceito já referido de emulação militar (RESENDE-SANTOS, 2007). Os outros Estados adotaram estes dois elementos do sistema prussiano “na medida em que seus méritos eram evidenciados, fosse

¹⁴ Oficiais não comissionados, como sargentos, são os principais agentes de treinamento de pessoal nas Forças Armadas (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Por serem soldados profissionais em um exército de conscritos, ter um elevado número de não comissionados disponíveis em tempos de paz possibilita uma rápida ampliação do Exército quando as reservas são convocadas.

¹⁵ O exército francês de Napoleão III era formado por profissionais veteranos de campanhas na Argélia e na Indochina. Receberam ainda mais destaque por sua vitória na guerra Franco-Austríaca, de 1859, no qual táticas napoleônicas conduzidas pelos franceses predominaram sobre os austríacos. Desse modo, o modelo francês de soldados profissionais (embora houvesse certo número de conscritos, era possível pagar um substituto para servir no seu lugar) foi fortalecido e tido como o Estado da arte na Europa (MCNEILL, 1982a).

por observação ou por experiência direta e desastrosa” (HUNTINGTON, 1996, p. 56). Uma série de Estados, de modo a responder a essa pressão competitiva dada por um novo padrão de organização militar, buscaram também emular práticas administrativas e as capacidades industriais e econômicas necessárias para sustentar Exércitos nacionais de massa (RESENDE-SANTOS, 2007). Uma vez que os métodos de produção em massa de armamentos estivessem se disseminando, a malha ferroviária do continente ficando cada vez mais densa e o soldo pago aos conscritos não fosse muito elevado, outros países puderam reproduzir esta prática (MCNEILL, 1982a).

O fato de outros Estados terem emulado ambos os elementos do Exército Prussiano também demonstra que a profissionalização do corpo de oficiais, bem como a composição de um corpo sólido de oficiais não comissionados, era central para o funcionamento do recrutamento militar obrigatório. Era necessário que houvesse um estamento militar que se encarregasse do treinamento e aprimoramento da técnica militar de modo a se repassar isso ao fluxo constante de novos recrutas inexperientes (HUNTINGTON, 1996). De maneira semelhante, os Exércitos passaram a reproduzir em alguma medida a composição social verificada no caso prussiano: conservavam em seu oficialato a hierarquia tradicional do Antigo Regime em um momento de rápida mudança social e urbanização, ao mesmo tempo em que se dependia cada vez mais das modernas técnicas de produção industrial (GIDDENS, 1987; MCNEILL, 1982b).

Somente o Reino Unido e os Estados Unidos permaneceram sem abrir mão do voluntariado. Todavia, mesmo no caso inglês, as reformas de Cardwell (1870–1881) foram aplicadas após a constatação de uma necessidade de ampliar o efetivo do Exército, permitiram alistamentos voluntários de mais curto prazo e eliminaram punições como açoite. Nos Estados Unidos, isso se devia ao seu caráter insular e bastante afastado das disputas europeias de poder, o que motivou uma desmobilização do vasto exército da União criado na Guerra Civil (MCNEILL, 1982b).

2.4 A crise de 1873 e o acirramento da competição interestatal

Os processos de industrialização e modernização das Forças Armadas na Europa levaram a uma ascensão de novas práticas protecionistas e de relações próximas entre as estruturas burocráticas estatais — tanto civis quanto militares — e as da grande indústria. Uma alteração no padrão de industrialização da guerra através de demandas quantitativas e qualitativas foi verificada: se na fase do capitalismo concorrencial as modificações

tecnológicas no campo militar provinham fundamentalmente da iniciativa privada, através de indivíduos que patenteavam invenções e as apresentavam às Forças Armadas, a partir da década de 1880 o Estado passou a financiar ativamente pesquisa e desenvolvimento, tornando a engenharia militar mais avançada que a civil.

Além do mais, as inversões de capital necessárias para produzir naves de guerra ou peças de artilharia se tornaram tão grandes — exigentes de plantas produtivas tão vastas — que a indústria de armamentos se tornou a locomotiva de ações de intervenção estatal na economia (FIORI, 1999). Mesmo no Reino Unido, onde predominava o pensamento de austeridade com os gastos públicos, a construção naval se tornou não só um assunto de defesa nacional — em função de uma corrida naval com a França — mas também uma questão econômica e social: construir grandes vasos de guerra gerava empregos e agia como uma medida contracíclica de incentivo à economia em meio à crise (MCNEILL, 1982a).

O processo de industrialização da guerra, simultaneamente uma demanda econômica, militar e social, acabou por exigir novas maneiras de gerir o Estado e a guerra. Essas foram centradas na ideia de que o Estado, mais do que os ditames do mercado, deveria implementar mecanismos de planejamento da economia para submetê-la a fins políticos, como o bem-estar e a segurança. Devido ao pensamento liberal predominante e aos constrangimentos impostos pela ordem internacional de livre mercado e o padrão-ouro, ou seja, ao modo de regulação concorrencial em vigência, tais mecanismos de intervenção estatal esbarraram em limites. Longe de constituir uma abstração, as amarras do sistema financeiro internacional se manifestavam concretamente através do “dogma fiscal”, que cerceava as possibilidades de gasto público, por exemplo (FIORI, 1999). Desse modo, um capitalismo monopolista de Estado, gestado embrionariamente pela Alemanha, surgiu como uma alternativa de regulação para o capitalismo, uma vez que a regulação concorrencial, própria do regime britânico de acumulação, demonstrava suas limitações.

A crise agrária e a Grande Depressão de 1873–1896 agiram como um ponto de inflexão. Elas demonstraram a inadequação dos mecanismos de mercado não só para promover os interesses nacionais de qualquer Estado que não fosse o hegemona (no caso, o Reino Unido), mas também para proteger a sociedade das flutuações da economia. No decorrer da crise deflacionária que perdurou por mais de duas décadas, as agitações trabalhistas, o desemprego e a crise tributária enfrentada pelos Estados levaram a uma ampliação da oposição ao livre comércio e às instituições dos mercados autorregulados, não muito tempo após sua consolidação e universalização (ARRIGHI, 1994; POLANYI,

2012). Essa contestação do modo de regulação concorrencial foi efetuada tanto pelas classes empresariais, que sofriam os efeitos de um aumento da competição intercapitalista, quanto pelo proletariado, uma vez que se verificou um crescimento substancial do movimento sindicalista e de partidos operários na Europa e nos Estados Unidos (SILVER; SLATER, 2001). Como colocado por Fiori:

Sublinhe-se, entretanto, que o sistema-ouro não era apenas incompatível com a expansão das pressões democráticas, também era irreconciliável com qualquer projeto nacional de expansão da capacidade militar que implicasse aumento dos gastos públicos, o que significava um veto implícito à mudança da hierarquia geopolítica (FIORI, 1999, p. 59).

E o epicentro deste contramovimento protecionista, no dizer de Polanyi, foi a Alemanha Imperial, recém-unificada. Bismarck, como os demais membros da classe dirigente do país — bem como as de toda a Europa — acreditavam nos mercados autorregulados quando da irrupção da crise. Esta, contudo, levou a uma mudança no seu posicionamento, colocando em cheque a crença de que os mecanismos de mercado solucionariam as crises econômicas de modo espontâneo. Assim, adotaram-se políticas para proteger a sociedade alemã e propulsionar suas capacidades industriais e militares. A convergência dos interesses industriais e agrários na Alemanha permitiu a conversão para uma política protecionista e intervencionista (ARRIGHI, 1994, p. 273).

Desenvolveu-se, na sequência, uma relação orgânica entre o empresariado alemão envolvido na industrialização da guerra e um conjunto de grandes bancos nacionais com o Estado alemão (FIORI, 1999). Esses bancos, tendo se consolidado através do financiamento das ferrovias e dos setores associados de bens de capital, agiram na reorganização de toda a indústria alemã a partir de 1870. Ensejou-se um processo de cartelização que pode ser caracterizado como uma integração horizontal da economia alemã. Embora também se mantivesse uma estrutura familiar nas empresas, típicas da primeira fase da Revolução Industrial, o que ocorria agora era um planejamento centralizado a partir da cartelização e integração horizontal, diferentemente do capitalismo concorrencial vigente na Grã-Bretanha (ARRIGHI, 1994).

Esse novo desenho institucional foi também emulado por outros países europeus. O nacionalismo econômico, sob a forma do protecionismo tarifário, e militar, sob a forma da construção de complexos militares-industriais, fez com que os Estados passassem a se fechar cada vez mais (ARRIGHI, 1994; POLANYI, 2012; FIORI, 1999). Uma vez que as novas barreiras tarifárias e políticas domésticas industriais fechavam os mercados europeus, foram abertos novos mercados à força no Oriente Médio, na Ásia e na África

onde o livre-comércio poderia ser imposto. O impacto econômico e social nos países centrais produziu consensos de classe em torno da expansão ultramarina como solução para os problemas advindos da depressão (SILVER; SLATER, 2001). A soma entre a imensa superioridade tecnológica e organizacional dos Exércitos europeus com essa busca por novos mercado fez com que num espaço restrito de tempo quase todo o resto do mundo extraeuropeu se encontrasse sob o domínio de um império colonial, à exceção das Américas (ARRIGHI, 1994; POLANYI, 2012; KENNEDY, 1989; ARENDT, 1989).

Contingentes muito reduzidos eram suficientes para travar as guerras na periferia, permitindo que os custos dessas campanhas fossem pequenos. Ademais, os novos meios de transporte baratearam o deslocamento de unidades e suprimentos pelo globo, além do fato de que navios de guerra e armas custavam paradas quase o mesmo que custavam em campanha. Se os Exércitos de conscritos eram o modelo mais acabado de perfil de força, para travar guerras na periferia do sistema era necessário unidades que fossem recrutadas para períodos mais longos de serviço. Não faria sentido, por exemplo, mandar recrutas que serviriam por um período de três anos, para uma colônia distante do outro lado do mundo. Por essa razão, países como França e Rússia, mesmo após a adoção do recrutamento obrigatório, ainda mantinham unidades expedicionárias compostas de voluntários profissionais, que travavam as guerras na periferia do império (MCNEILL, 1982b).

2.5 O Modo Americano de Fazer a Guerra e a Ascensão dos Estados Unidos

2.5.1 A Guerra da Secessão dos Estados Unidos (1861–1865) e a Mudança na Gestão do Estado e da Guerra

Enquanto a Europa construía uma série de impérios ultramarinos ao redor de todo o globo, os Estados Unidos conduziram um ambicioso e veloz projeto de desenvolvimento, especialmente após a Guerra da Secessão (1861–1865) (MORRIS, 2013; MOORE JR., 1983). A utilização ampla de ferrovias, embarcações encouraçadas e a vapor e a utilização da conscrição pelo Exército da União não só antecipou tecnologias que foram aplicadas apenas em menor escala nas guerras de unificação alemã como também escalaram a intensidade da guerra ao ponto de prefigurar a mobilização em massa da Primeira Guerra Mundial (MCNEILL, 1982b).

Até a irrupção da guerra civil, seu efetivo era de apenas 16 mil homens acostumados a tarefas de defesa costeira, patrulha de terras no Oeste e guerras de conquista

contra indígenas e contra o México (MCNEILL, 1982b; WEIGLEY, 2001). Esse reduzido exército regular, historicamente complementando pela formação de milícias locais e voluntárias, era fruto de uma cultura política e cívica resistente à existência de um Exército permanente e centralizado, bem como ao fortalecimento de capacidades estatais centralizadas no governo federal (IZECKSOHN, 2015).

Essa organização militar descentralizada teve suas limitações demonstradas no início da Guerra Civil, quando a ilusão de que se poderia vencer a guerra em um curto espaço de tempo e com poucos recursos se mostrou equivocada. A necessidade de promover uma ampla reorganização do Exército da União foi demonstrada após a derrota na Batalha de Bull Run, quando Congresso concedeu à presidência a prerrogativa de convocar 500 mil voluntários e emitir empréstimos da ordem de 400 milhões de dólares (AMEUR, 2010, p. 62).

A fase inicial de tentativas de grandes operações ofensivas foi sucedida por um impasse e uma guerra de atrito, que levou ambos os Exércitos a se reestruturarem e a uma mudança na natureza das operações. As formações em coluna se mostraram incompatíveis com o aumento da letalidade das novas armas leves, sobremaneira com o uso do projétil Minié, fazendo com que as unidades de infantaria se entrincheirassem para trocar fogo com o inimigo. As baixas em quantidades sem precedentes, como no caso da batalha de Antietam, levaram à adoção da conscrição por ambos beligerantes: em 1862 pelo Sul e em 1863 pelo Norte. Conforme cresciam as baixas e aumentava a necessidade de recrutas, foi oferecida a possibilidade de recrutamento aos afro-americanos no norte antes mesmo da abolição da escravatura (STANLEY, 2015; AMEUR, 2010)¹⁶.

Esta nova situação levou o Norte a empreender uma guerra de atrito, focando em cortar linhas de suprimento e em provocar o colapso das estruturas administrativas do adversário. Embora o uso de navios (seja em rios ou no mar) tenha sido central, a grande novidade se deu no uso de ferrovias para tanto, uma vez que elas se mostraram centrais para o transporte de suprimentos e unidades, como ocorria simultaneamente nas guerras de unificação alemã. A condução da vitória nortista pelo General Ulysses Grant demonstra

¹⁶ O Ato de Alistamento (*Enlistment Act*), de 1865, concedeu liberdade permanente para as mulheres e filhos dos negros, além deles próprios, que se voluntariassem para servir no Exército da União, enquanto a Terceira Emenda, que abolia a escravidão, ainda era debatida no Congresso. O Ato gerou um debate constitucional por permitir que escravos no Norte fossem libertados pelo Estado sem o pagamento de compensações aos seus donos, algo que a Constituição não permitia. Enquanto se haviam criado instrumentos legais anteriores para libertar escravos do Sul (como "confisco de propriedade" de senhores rebelados), não havia nada parecido no próprio Norte (STANLEY, 2015).

que se compreendeu nos EUA, antes do que na Europa, o caráter da guerra industrial emergente (MCNEILL, 1982a).

Diferentemente das rápidas vitórias do exército prussiano em guerras limitadas, a Guerra de Secessão se assemelhou mais à frente ocidental da Primeira Guerra Industrial, quando a elevação do poder de fogo levou a uma longa e desgastante guerra de trincheiras, centrada no atrito. Foi esta mobilização ampla dos recursos humanos, materiais e financeiros da nação para empreender uma estratégia de ocupação do território inimigo e destruição de seus recursos até a obtenção da vitória que Russel Weigley caracterizou como o “modo americano de fazer a guerra” (WEIGLEY, 2001).

Por fim, foi a pressão sistemática e simultânea aplicada em todas as frentes contra um Sul cada vez mais debilitado, somado a um bloqueio naval e a campanhas de controle de entroncamentos ferroviários e a ofensivas lentas e decididas nos territórios dos Estados separatistas que permitiram a vitória do Norte (HSIEH, 2014). Esse exército, contudo, foi desmobilizado após o fim da guerra, e as forças armadas americanas retornaram a moldes similares aos de antes da guerra, embora com muito mais capacidade de mobilização em caso de necessidade do que antes.

As principais consequências da guerra, contudo, se dariam na mudança que causou no plano da gestão do Estado, resultando no desenvolvimento, nos Estados Unidos, de um modelo alternativo de capitalismo, que formou as bases para o estabelecimento da hegemonia estadunidense. No plano político de projeto de Estado, como demonstrado por uma ampla literatura, a Guerra Civil se configurou fundamentalmente como um embate entre duas estratégias nacionais irreconciliáveis: o norte desenvolvimentista e industrialista e o sul agrário e escravagista (BENSEL, 2003; SILVA, 2013; MOORE JR., 1983).

A necessidade de coordenação das capacidades industriais para o conflito logrou desenvolver uma série de instrumentos burocráticos e administrativos no âmbito do governo federal, além da consolidação de uma coalizão de classes mais homogênea, unindo o capital financeiro, industrial e o governo (BENSEL, 2003; FIORI, 1999). Uma vez livre do obstrucionismo sulista, Lincoln e os republicanos whigs aprovaram uma série de leis pró-desenvolvimentistas que foi alcunhada de a “Segunda Revolução Americana” (MORRIS, 2013)¹⁷.

¹⁷ São alguns exemplos: o *Homestead Act* (1862) que garantia terras para qualquer colono que trabalhasse nela por um período de tempo; o *Pacific Railway Act* (1862), que reservava faixas de terreno para a União ao longo das ferrovias construídas; o *College Act* (1862), que foi a base da disseminação e da universalização do sistema de ensino superior estadunidense (MORRIS, 2013).

Se a vitória de uma coalizão entre determinadas classes e o Estado possibilitou que um projeto nacional industrializante e desenvolvimentista triunfasse, o desenvolvimento das técnicas administrativas durante a guerra forneceu o substrato para reorganizar o sistema produtivo, mesmo no âmbito privado. Como demonstrado por Melandri (2013), a burocracia e a disciplina do Exército serviram como base para a reprodução de burocracias também verticalmente integradas nas corporações estadunidenses, como resposta à “crise de controle” verificada na coordenação entre diferentes setores da indústria (MELANDRI, 2013). A expansão das ferrovias fora fundamental para a disseminação do capitalismo britânico ao longo da maior parte do século XIX; nos Estados Unidos, sua expansão se deu em ritmo mais acelerado ao final da Guerra da Secessão, contribuindo de maneira decisiva para a construção do capitalismo estadunidense de corporações (MELANDRI, 2013; ARRIGHI, 1994).

Essa fase de crescimento acelerado durou pelo menos 40 anos depois da Guerra Civil e foi o maior “milagre econômico” já visto até então. Nesse período, os métodos de produção nascidos no Sistema Americano de Manufaturas se converteram de fato em um sistema de produção e consumo em massa (MORRIS, 2013). Alfred Chandler (1977) chamou de “revolução organizacional” o crescimento espetacular de hierarquias administrativas e estruturas burocráticas que se desenvolveram após a Guerra Civil dos Estados Unidos (CHANDLER, 1977). Tendo se iniciado em cerca de 1850 e sofrido um *boom* no início do século XX, as corporações norte-americanas, caracterizadas pela propriedade em forma de sociedade anônima, integradas verticalmente e geridas por um corpo administrativo e burocrático, tornaram-se as unidades dominantes do processo de acumulação de capital no período (ARRIGHI, 1994).

Industriários como Rockefeller e Carnegie criaram as primeiras economias de escala ao integrar toda a cadeia produtiva de um mesmo ramo de indústria (MORRIS, 2013). Sua inovação consiste na internalização das atividades e transações antes dispersas entre várias empresas. Assim, passa-se a integrar todos os campos organizacionais de uma atividade industrial: a mesma empresa controlava desde a extração de matéria-prima e captação de insumos até a produção e distribuição dos produtos. É, portanto, uma economia de velocidade, que barateia os custos finais dos produtos, uma vez que os custos são reduzidos e a produtividade por trabalhador aumenta (ARRIGHI, 1994, p. 247).

As grandes corporações se desenvolveram para gerenciar esses grandes empreendimentos. Assim, se estabeleceram grandes contingentes de escriturários, i.e. trabalhadores ocupados com funções burocráticas nas empresas, uma vez que o trabalho de

escritório substituiu os mercados internos entre diferentes empresas e artesãos que ocupavam a cadeia produtiva antes. A estrutura administrativa para gerenciar os trustes e monopólios que passaram a dominar a economia estadunidense surgiu do gerenciamento das economias de escala (MORRIS, 2013; CHANDLER, 1977; KLEIN, 2007).

Tanto a variante cartelista alemã quanto a variante corporativa americana se desenvolveram na esteira da crise de 1873, resultado da intensificação da competição intercapitalista. Os efeitos da competição irrestrita interempresarial não tardaram a empurrar as taxas de lucro para baixo, fazendo com que o empresariado, em meados da década de 1890, já não considerasse tolerável a continuação dessa competição desregulamentada (ARRIGHI, 1994, p. 259). Nas décadas de 1880 e 1890 ocorreu uma centralização de capital simultaneamente na Alemanha e nos EUA, embora a variante estadunidense fosse caracterizada pela integração vertical (através das estruturas das corporações) e a alemã fosse marcada pela integração horizontal (formação de cartéis) (ARRIGHI, 1994).

2.6 Conclusões parciais

Há uma diferença fundamental nas duas de mudanças no Perfil de Forças baseado no uso da conscrição, como se buscou demonstrar ao longo da descrição feita neste capítulo. As Revoluções Francesa e Americana representaram uma espécie de impulso, logo restringido pela Restauração na Europa sob a hegemonia britânica. Já as posteriores modificações no Perfil de Força feitas pelos Estados Unidos e pela Prússia tiveram resultados mais duradouros e profundos.

Se o primeiro momento da conscrição representou uma mobilização popular para a guerra revolucionária, o segundo foi a implementação pelo Estado de uma organização militar baseada no serviço militar obrigatório. Foi mais institucionalizada, organizada e cuidadosamente implementada, portanto. Muitas classes dirigentes ainda temiam eventuais insurreições populares que poderiam resultar de armar extratos das classes não proprietárias, como o proletariado e o campesinato, de modo que foi necessária uma repactuação no contrato social, com uma concessão maior de direitos sociais e econômicos por parte dos governantes aos governados.

A industrialização da guerra, que em muito se deveu ao aumento da escala de recursos humanos e materiais mobilizados, forneceu o substrato material para esta segunda fase da guerra de massas. Não seria possível armar, transportar e alimentar os soldados nos

montantes que chegaram ao final do século XIX sem uma modificação profunda no aparato produtivo, possibilitada pela aplicação organizada de uma série de transformações tecnológicas. E foi essa fase inicial de industrialização da guerra que fez com que ascendessem novos modos de gestão do Estado e da Guerra. Esses processos de industrialização da guerra foram conduzidos com mais sucesso nos Estados Unidos e na Prússia, que lograram se industrializar ao adotar medidas de intervenção ativa do Estado na economia. A maneira pela qual esses processos foram conduzidos representou um desafio ao regime de acumulação vigente, provocando seu declínio.

Esta transição, contudo, só ocorreria após um processo que se desdobrou em duas grandes guerras mundiais e uma profunda crise econômica no seu interlúdio. A Primeira Guerra Mundial foi o passo seguinte nesse processo, e o grau de destruição, além de uma série de padrões no modo de fazer a guerra, foi prefigurado pela Guerra Civil dos Estados Unidos.

A experiência da guerra nos Estados Unidos, contudo não foi emulada pelos Estados europeus em função da desmobilização do exército da União ao fim da guerra e a arrogância dos europeus, que desconsideraram a experiência militar de uma ex-colônia que se acreditava atrasada. Assim, as Forças Armadas e governos europeus acharam que a concentração da massa e o ataque decisivo seriam o segredo da vitória, levando-os a adotarem doutrinas altamente ofensivas, baseadas no envolvimento estratégico, como se atestou em 1914. Os desdobramentos deste comportamento serão explorados no capítulo seguinte.

3 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL DE FORÇA E CONSEQUÊNCIAS INSTITUCIONAIS E NO REGIME DE ACUMULAÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de transformação no Perfil de Força ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial e suas consequências nos arranjos institucionais e no regime de acumulação. Desse modo, procuraremos mostrar como uma modificação no componente tático/operacional na estrutura das Forças Armadas beligerantes provocou uma mudança em seu componente estratégico e como foi exigida uma mudança nos arranjos institucionais dos Estados envolvidos.

A universalização da conscrição e a mecanização da logística e do combate foram as principais mudanças que se verificaram ao longo da conflagração. A escala e a natureza da mobilização de recursos para a guerra iniciada em 1914, como resultado de um grau mais avançado de industrialização da guerra, portanto, foram de tal ordem que provocaram uma ruptura com o modo de regulação concorrencial do capitalismo. Este já começara, conforme verificamos no último capítulo, a ser questionada pela industrialização da guerra e pela consequente disseminação dos métodos de produção em massa.

Estabeleceu-se, sem embargo, a partir do último quartil do século XIX, uma situação paradoxal em que a ascensão de novos modos de gestão da economia nacional em potências emergentes, de modo especial nos EUA e na Alemanha, ao mesmo tempo em que persistiam as instituições do capitalismo concorrencial no âmbito sistêmico, especialmente o padrão-ouro. Ou seja, havia uma desconexão entre o regime de acumulação, crescentemente baseado em métodos de produção em massa disseminados a partir da industrialização da guerra, e o modo de regulação, ainda concorrencial e advindo da ideologia dos mercados autorregulados, que colocava amarras à construção de arranjos institucionais mais intervencionistas por parte dos Estados.

A mudança para um novo modo de regulação, em nível sistêmico, só ocorreu plenamente ao final da Segunda Guerra Mundial. A Primeira Guerra, contudo, serviu como uma espécie de ensaio, uma vez que sua duração inesperada e a escala de recursos necessários para travá-la exigiu dos Estados a criação de novos mecanismos de administração, controle e mobilização de seu potencial econômico, industrial, tecnológico e humano para o esforço de guerra.

Este capítulo é dividido em quatro seções, além desta introdução e de uma breve conclusão. Primeiramente, será traçado um panorama básico da disseminação da produção

em massa e da ascensão do fordismo no período que precede a Primeira Guerra Mundial, como resultado da industrialização da guerra descrita no capítulo anterior, e como este processo resultou na ascensão de estruturas burocráticas privadas e estatais descoordenadas politicamente entre si. A segunda seção descreve como o caráter da Primeira Guerra Mundial impôs mudanças ao perfil das Forças Armadas no sentido de ampliar o alcance da conscrição e da mecanização, e de como as estratégias dos Estados beligerantes são adaptadas para o novo cenário. Em seguida, são descritas as transformações nos arranjos institucionais resultantes destes processos, nos campos político-institucional e técnico-administrativo. Por fim, são descritas as consequências dos casos em que se rompe o limite que a extração do Estado alcança, particularmente com a Revolução Russa. Alguns apontamentos são feitos ao fim do capítulo à guisa de conclusão.

3.1 O estranho paradoxo do final do século XIX

Entre o fim do século XIX e início do século XX, aprofundaram-se as consequências do processo inicial de industrialização da guerra, que teve como resultado o surgimento do capitalismo estadunidense baseado nas grandes corporações e o capitalismo monopolista e cartelista alemão (ARRIGHI, 1994 ; FIORI, 1999). Se este último ensejou um movimento de aumento do protecionismo por parte dos Estados europeus, o primeiro passou a ser exportado para a Europa através da internacionalização das empresas estadunidenses, que implantaram novos métodos de produção no continente (ARRIGHI, 1994).

A ascensão de ambas as variantes proporcionou um desafio crescente à manutenção do regime de acumulação flexível centrado no Reino Unido, pelo fato de representar tanto a emergência de dois concorrentes cuja capacidade de produção industrial já excedia a britânica, quanto pelo fato deste crescimento ter se fundamentado no desenvolvimento de novos arranjos institucionais, que creditavam um papel maior ao Estado no âmbito da regulação e do planejamento econômicos (ARRIGHI, 1994). Desse modo, o protecionismo se disseminou (POLANYI, 2012; FIORI, 1999). Uma das consequências deste aumento da competição com o Reino Unido foi a adoção da reconstituição do imperialismo em novas bases de conquista territorial como medida protetora, no que foi seguido por uma série de outras potências (VISENTINI, 2015, p. xiv).

Nas principais economias capitalistas europeias, a expansão colonial assumiu a função de proteger os mercados internos em relação à competição estrangeira. Desse

modo, se intensificava a competição pelos territórios na periferia do sistema, de modo a afastar os rivais imperialistas. Como resultado, os mercados nacionais assumiram feições oligopolistas e monopolistas, cujo eixo era, frequentemente, a indústria bélica, de modo que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. E o gastos governamentais no aparato militar tinham efeitos inflacionários, minando o poder de compra das classes trabalhadoras, incentivando os governos a ampliarem as conquistas imperialistas como forma de aliviar as pressões internas. O resultado foi a constituição de um círculo vicioso, que fez com que a competição intercapitalista se deslocasse da esfera interempresarial para a interestatal (SILVER; SLATER, 2001). Assim, a corrida armamentista que passou a se desenvolver entre as Grandes Potências permitiu a alta dos preços que havia garantido a prosperidade própria da *belle époque* (ARRIGHI, 1994, p. 277).

3.1.1 A disseminação do capitalismo estadunidense e a ascensão do fordismo

Na primeira década do século XX, as empresas norte-americanas passaram a se internacionalizar, iniciando operações em outros países, após terem concluído a integração do território continental. Uma onda de investimentos por parte da comunidade empresarial norte-americana na Europa chegou a ser caracterizada como a primeira “invasão americana” na Europa: em 1902, o investimento estrangeiro direto (IED) dos EUA na Europa chegava ao montante de 7% do PIB estadunidense (ARRIGHI, 1994, p. 249). Uma vez instaladas nos países de destino, invertiam recursos para sua integração vertical e passavam a se beneficiar do protecionismo imposto por esses próprios países. Desse modo, agiram simultaneamente tanto como agentes da dissolução do regime britânico, quanto como concentradores da liquidez e da riqueza mundial nos EUA, ao elevarem substancialmente o montante de ativos possuídos por parte do empresariado estadunidense (ARRIGHI, 1994).

Esta mudança nas estruturas do regime de acumulação capitalista, todavia, não representou uma ruptura sistêmica com o modo de regulação concorrencial, propugnado pela hegemonia britânica. Isso se deve, em muito, ao fato de que o surgimento dos novos concorrentes não causou um declínio imediato das classes dirigentes no Reino Unido. Elas continuaram ocupando o papel de principal entreposto comercial e financeiro do mundo, a despeito do declínio relativo no âmbito produtivo (ARRIGHI, 1994; LANDES, 2005). Por essa razão que a ascensão estadunidense e alemã, embora tomasse mercados das indústrias britânicas, não impôs uma ameaça especificamente à comunidade empresarial britânica,

que de fato se consolidou como eixo de serviços, financeiros e comerciais, do mundo no período entre 1870–1913. O capitalismo britânico era formado por empresas de médio e pequeno porte cujo aparato produtivo era fracionado em várias unidades dispersas no espaço geográfico mundial, tornando seu funcionamento, por definição, internacionalizado (ARRIGHI, 1994).

Esse elemento de continuidade da hegemonia britânica e seu papel no sistema comercial e financeiro internacional oferece uma explicação acerca da continuidade dos arranjos institucionais próprios do modo de regulação concorrencial, que se mantiveram prevaletentes entre a maior parte dos Estados e indubitavelmente em nível sistêmico. Isso ocorreu mesmo diante do estabelecimento de um novo patamar na produção em massa, provocada pelo advento do fordismo como técnica de gestão e produção industrial (LIMONCIC, 2009).

O marco de nascimento do fordismo como técnica de gestão e produção industrial costuma ser colocado entre os anos de 1908, com o lançamento do automóvel do modelo Ford T, ou em 1913, com a instalação da primeira planta produtiva organizada com uma linha de montagem completa em Hyde Park (RUTTAN, 2006; LIMONCIC, 2009). Em vez de um rompimento, contudo, a ascensão dos métodos fordistas representa o resultado de uma evolução a partir da reprodução dos métodos de produção em massa advindos do Sistema Americano de Manufaturas, que havia transbordado para a indústria de máquinas de costura e bicicletas (TREBILCOCK, 1969; MORRIS, 2008).

Um passo seguinte foi dado pelos métodos elaborados por Frederic Pope na produção de bicicletas, que havia desenvolvido plantas produtivas baseadas em princípios semelhantes aos de Ford nos Estados Unidos na virada do século (NORCLIFFE, 1997; TREBILCOCK, 1969). O que caracterizou o fordismo enquanto modo de produção diferenciado, portanto, foi a soma das técnicas de gestão do trabalho e da linha de produção tayloristas com princípios da administração de Fayol e a linha de montagem com a utilização da esteira rolante mecanizada (VISENTINI, 2014).

Nesse primeiro momento, portanto, o fordismo se configura somente como um processo de produção e de organização do trabalho, tal como caracterizado na tipologia exposta na introdução deste trabalho. No campo produtivo, representa o modo de organização do trabalho mais condizente com o capitalismo de corporações desenvolvido nos Estados Unidos a partir de meados do século XIX. É baseado numa estrutura verticalmente integrada e coordenada e leva o princípio da intercambiabilidade até o

campo da mão de obra, uma vez que é fundamentado em uma baixa especialização dos trabalhadores (LIMONCIC, 2009; GRAMSCI, 2008)¹⁸.

Essas características, somadas ao fato de que, por sua produção ser fundamentalmente de bens de consumo duráveis, torna o poder de compra possibilitado pelo salário uma condição para sua plena reprodução, são o que possibilitou que o fordismo passasse puramente da esfera da gestão e se tornasse o regime de acumulação em si, como notou inicialmente Gramsci (2001) e posteriormente por outros (JESSOP, 2003; JESSOP, 2013; FARIA, 2004; PECK; TICKELL, 2003). A expansão e disseminação do fordismo, todavia, ocorreu ao longo das duas guerras mundiais, sendo amplamente impulsionadas por essas conflagrações.

3.1.2 A ingenuidade mecânica do século XIX e a ascensão de doutrinas ofensivas

Quando a Primeira Guerra Mundial se iniciou, em agosto de 1914, por ocasião da cadeia de declarações de guerra que se seguiram ao assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, esperava-se um conflito curto, que acabasse “antes do Natal”. Esse fato é bastante demonstrativo da assincronia entre a disseminação dos incipientes métodos fordistas de produção em massa e o arcaico arcabouço normativo e institucional que regia a gestão do Estado e da guerra. Embora as estruturas burocráticas estatais e empresariais, tanto da indústria civil quanto da bélica, houvessem desenvolvido técnicas e mecanismos de gestão e planejamento racionalizados, inexistia uma coordenação mais ampla submetida ao controle político (MCNEILL, 1982b). O resultado foi algo que Daniel Yergin (1991) ironicamente chamou de “ingenuidade mecânica” do fim do século XIX e início do século XX (YERGIN, 1991, p. 167).

No campo civil, isso se reflete no fato de que o planejamento empresarial não se estendia à economia nacional como um todo: a oferta de produtos industriais crescia sem uma preocupação de distribuição do produto social que assegurasse a demanda necessária para manter o nível de produtividade (LIMONCIC, 2009). No campo militar, isso se refletia no desenvolvimento de planejamentos operacionais e táticos de crescente complexidade técnica, cuja intrincada lógica acabou por retirá-la do controle político (MCNEILL, 1982b). Cada vez mais a preocupação com as cadeias logísticas e de suprimentos, o desenvolvimento de novos armamentos e a mobilização dos contingentes de

¹⁸ Taylor afirmava que o objetivo era tornar o trabalho tão simples e repetitivo de modo que até um “gorila amestrado” seria capaz de executá-lo (LIMONCIC, 2009; GRAMSCI, 2008).

conscritos ficou interligada e gerida de maneira técnica, sujeita a cálculos de complexidade matemática, que, todavia, submetiam-na a uma lógica própria. Como colocado por Paul Kennedy (1989), a despeito do fato de as Grandes Potências terem entrado na Primeira Guerra Mundial de modo a perseguir seus objetivos estratégicos nacionais, sua decisão de ir à guerra foi afetada em grande medida por seus planejamentos de guerra.

O fato é que estes atores tinham em comum doutrinas ofensivas que creditavam à velocidade e à iniciativa a chave da vitória em um possível conflito, independentemente da causa específica da guerra (KENNEDY, 1989). Esse fenômeno foi chamado por Van Evera de “culto à ofensiva” e apontado por parte da literatura como uma das causas principais da Primeira Guerra Mundial (VAN EVERA, 1984). A experiência muito particular da vitória prussiana na Guerra Franco-Prussiana de 1871 foi tomada como regra: o vitorioso seria o que conseguisse mobilizar um grande contingente de modo mais ordenado e direcioná-lo para atacar o adversário em um espaço de tempo menor do que o oponente (MCNEILL, 1982b, O’CONNELL, 1989).

A derrota da França fora uma exceção, cujas razões para uma derrota tão rápida se deviam à assimetria em termos de grau de industrialização entre as duas partes e o fato de que fora uma guerra limitada (O’CONNELL, 1989). O exemplo da Guerra Civil dos Estados Unidos e da Guerra Russo-Japonesa¹⁹, de 1905, já havia prefigurado a tendência das conflagrações assumirem um caráter estacionário e prolongado como consequência da construção de trincheiras e fortificações de campanha na frente de batalha, como defesa contra um poder de fogo mais elevado representado pela metralhadora, pelos rifles de retrocarga e pela artilharia com fogo de barragem (HAMMOND, 2014; FINER, 1975; O’CONNELL, 1989, VAN EVERA; 1984).

Pela própria lógica de uma estratégia guiada por tal pensamento doutrinário, que coloca a velocidade da mobilização para desferir um ataque em profundidade como condição da vitória, ambos os oponentes são incentivados a tomarem a iniciativa, comprimindo o espaço de tempo reservado para decisões políticas e prospecção de alternativas à conflagração militar (MEARSHEIMER, 1982). Como notou Van Evera (1984), uma consequência disso é a adoção de uma política externa mais agressiva e expansionista, além de mais apta a iniciar ataques preventivos (VAN EVERA, 1984).

¹⁹ A Guerra Russo-Japonesa (1905), causada em torna da disputa pelo estratégico território chinês de Port Arthur, na Manchúria, foi um conflito de proporções significativas. O cerco de Port Arthur, em especial, quando tropas japonesas tiveram seu avanço contido pelas trincheiras com arame farpado e metralhadoras do Exército Russo, prefigurou em muito a frente ocidental da Primeira Guerra Mundial (HAMMOND, 2014).

Em nenhum outro lugar o pensamento doutrinário ofensivo se desenvolveu tanto quanto na Alemanha; extraindo-se as lições decorrentes na vitória na Guerra Franco-Prussiana, adotou-se uma estratégia de envolvimento estratégico, materializada no Plano Schlieffen, que preconizava um avanço rápido e massivo contra a França, através da Bélgica²⁰ (ROTHENBERG, 2001; VAN EVERA, 1984). Uma condição para o funcionamento desse planejamento meticuloso de ataque era que, como colocou McNeill (1982b), uma vez emitida a ordem de mobilização, não havia como recuar. O funcionamento de toda a operação dependia do fluxo de homens e suprimentos sendo enviados ao local certo na hora certa, tal como ditado pelo plano (MCNEILL, 1982b).

Em graus variados de intensidade, as outras Grandes Potências envolvidas no conflito partilharam de prioridades semelhantes. O planejamento do Império Austro-Húngaro, por sua vez, sugeria um ataque à Sérvia ou da Galícia como prioridade inicial; a Rússia se comprometia a um ataque na direção oeste, contra o leste alemão ou contra o Império Austro-Húngaro; a França desenvolveu o Plano XVII, de invasão da Lorena. Mesmo o Reino Unido, cuja insularidade garantia maior isolamento e tendia a favorecer uma postura defensiva, elaborou planos de envio de forças expedicionárias à França e à Bélgica (KENNEDY, 1989; VAN EVERA, 1984).

Em consequência, ocorreu uma subordinação dos fins políticos ao aparato militar, na contramão da política delicada de manutenção do equilíbrio de poder na Europa levada a cabo por Bismarck (KISSINGER, 2014). Essa rigidez no planejamento militar, bem como a bipolarização da Europa em blocos de alianças que se formaram no início do século²¹, levou a uma espécie de automatização nas decisões relativas à entrada na guerra. Uma vez iniciada a fagulha que deu início à mobilização interna e externa dos Estados envolvidos, foi desencadeada a “máquina do juízo final”, como caracterizada por Kissinger (KISSINGER, 1994). Quando eclodiu a crise de fato, em 1914, “os diplomatas não teriam

²⁰ O Plano consistia na invasão no norte da França, através da Bélgica, de modo que se contornassem as fortificações posicionados ao longo da fronteira Franco-Alemã. Desse modo, o avanço conquistaria primeiramente a região mais industrializada e mais rica em minérios da França, para em seguida conquistar Paris (VISENTINI, 2014, p 44).

²¹ Entre os anos de 1904 e 1907, uma série de crises diplomáticas locais deu origem a blocos de alianças rígidos, que puseram fim ao Concerto Europeu (também conhecido como Equilíbrio Europeu), entendido enquanto o arranjo político de contrabalança entre as grandes potências europeias, que impediu a eclosão de guerras centrais ao longo do século XIX. Em 1904, foi assinada a *Entente Cordiale* entre a Inglaterra e a França, seguida pela Entente Anglo-Russa de 1907, que encerrava o Grande Jogo na Ásia Central. Assim, o Reino Unido aproximou-se de uma Rússia que já havia se consolidado como aliada da França desde o final do século anterior, formando o bloco de alianças conhecido como Tríplice Entente (KENNEDY, 1989; MCNEILL, 1982b; POLANYI, 2012; VISENTINI, 2014).

muito tempo antes que os planejadores estratégicos assumissem o comando” (KENNEDY, 1989, p. 254).

Cabe, contudo, ressaltar que a rápida escalada e evolução das crises que conduziram à Primeira Guerra Mundial não podem ser confundidas com uma espécie de acidente histórico. Havia uma vontade efetiva da maior parte das classes dirigentes, dos políticos e das populações europeias de se ir à guerra, a despeito de algumas notáveis exceções²², e a estruturação das doutrinas e planejamentos estratégicos da Europa sem dúvida indicava a vontade de conduzir ataques preventivos. O que foi inesperado na guerra foi a duração do conflito e a escala que ele assumiu, que acabaram por exigir uma transformação profunda da relação entre Estados, economias e sociedades.

3.2 A Primeira Guerra Mundial e as modificações no perfil de força

Uma vez iniciada a guerra, contudo, ela não ocorreu conforme os planos iniciais dos seus protagonistas. Esta afirmação deve ser compreendida em sua inteireza. Tanto no plano terrestre quanto no naval, os procedimentos, táticas, operações e estratégias para os quais os Estados-Maiores haviam preparado por décadas se mostraram inapropriados para a nova realidade de uma guerra industrializada em larga escala (MCNEILL, 1982). Embora, nas fases iniciais, o Plano Schlieffen tenha ocorrido praticamente como esperado, logo a ofensiva alemã se viu desacelerada pela extensão demasiada de suas linhas de suprimento e, na sequência, na ofensiva do Marne, desencadeada pela França (MCNEILL, 1982b; KENNEDY, 1989). No plano tático, as ofensivas com conduzir cargas de infantaria avançando em colunas através do campo aberto, típicas do século XIX, resultaram em grandes baixas ao confrontarem rifles de repetição e metralhadoras (FINER, 1975; MCNEILL, 1982b)²³.

Com a guerra de manobra tornada impossível, os vastos contingentes mobilizados foram forçados a se entrincheirar, estabelecendo grandes linhas de trincheiras altamente fortificadas, com canais de túneis, arame farpado e metralhadoras, das quais dificilmente poderiam ser desalojados (KENNEDY, 1989). Em menos de seis semanas após o início da

²² Duas destas merecem destaque. Jean Jaurés, líder da ala socialista pacifista do Parlamento Francês, que defendia a conversão do Exército do Francês em um aparato mais democrático e menos propenso a iniciar guerras ofensivas e coloniais através da ampliação do número de conscritos, diminuição do tempo de serviço e uma reforma na estrutura de comando; e o Partido Bolchevique, na Rússia, que, cindiu o Partido Social-Democrata quando do início da guerra de modo a se colocar contra o conflito.

²³ No lado francês, onde táticas deste tipo se mantinham predominantes, isto resultou em cerca de 640 mil mortos somente entre os dias 01 de agosto e 01 de dezembro de 1914, número correspondente à metade do número total de suas baixas ao longo de todo o conflito (MCNEILL, 1982b).

guerra, consolidaram-se posições ao longo de toda a frente ocidental, com trincheiras se estendendo do por 700 km, com cerca de um total de 2 milhões de homens lutando em ambos lados (MCNEILL, 1982b; MJØSET; VAN HOLDE, 2002; FINER, 1975; VISENTINI, 2014).²⁴ Também no mar se verificou uma situação semelhante: antes da guerra os almirantados haviam se preparado para travar grandiosas batalhas decisivas com couraçados, mas a geografia do Mediterrâneo e do Mar do Norte, bem como o uso mais intensivo de sistemas de armas novos como minas, torpedeiros e submarinos, produziu um efeito de estimular estratégias defensivas (KENNEDY, 1989).

O caráter estacionário que a frente de guerra assumiu — por mais de dois anos, as linhas de defesa na frente ocidental não se moveram mais do que 16 km para qualquer direção — levou os beligerantes a adotarem majoritariamente duas estratégias concomitantes: a de conduzir ataques diretos, de modo a romper as linhas de trincheira na frente ocidental; ou de executar manobras indiretas, como bloqueios econômicos e ataques às linhas de suprimento do adversário (YERGIN, 1991). Para ambas estratégias, cada vez mais se avançou na mecanização da guerra, uma vez que a ascensão do motor à explosão, possibilitou o desenvolvimento de veículos e máquinas para funções diversas, como transporte, reconhecimento e o combate. Como ressaltado por McNeill (1982b), esse processo de intensificação do uso de maquinário transcendeu os limites musculares na guerra terrestre antes colocados pelo uso de tração humana ou animal, da mesma maneira que já se fazia na guerra naval desde a metade do século anterior (MCNEILL, 1982b).

As tentativas de ataque direto ocorreram majoritariamente no plano terrestre e se caracterizaram de início por um aumento quantitativo de soldados na frente de batalha, de modo que se tentasse romper as linhas de trincheiras do inimigo. Essa fase da guerra, Samuel Finer chama (1975) de um segundo estágio da guerra, que se seguiu à frustrada fase de manobras: a guerra de mão de obra. Esta estimulou a universalização da conscrição, que foi adotada nos Estados que ainda não o haviam feito e ampliada nos que já o haviam feito. O uso mais intensivo de artilharia de barragem também foi utilizado para destruir trincheiras e aniquilar unidades inimigas, de modo a preceder os ataques da infantaria (HOGG, 1978). A profundidade das linhas defensivas e o uso da artilharia e do fogo de barragem pela defesa, contudo, provocaram um impasse, que impediu grandes avanços em toda a frente ocidental. Ademais, o posicionamento fixo e as maiores

²⁴ Uma evidência do choque que isto representou para o pensamento militar da época pode ser encontrada na afirmação de Lord Kitchener, Secretário da Guerra do Reino Unido, que, ao se referir à estagnação do campo de batalha na frente ocidental, teria dito “Eu não sei o que fazer [...] isto não é guerra” (YERGIN, 1991, p. 170).

dimensões das peças de artilharia, possibilitaram que estas passassem virtualmente o tempo todo disparando, aumentando de maneira substancial a quantidade de munição empregada, muito além do que se esperava que as economias nacionais tivessem que suportar (MCNEILL, 1982b). Para Finer, este seria o motivo do estabelecimento de um terceiro estágio na guerra: o saldo de material, i.e. a guerra de recursos industriais e naturais (FINER, 1975).

Uma carência crônica de munições assolou praticamente todos os beligerantes no início da guerra, como resultado dos fatores supracitados (FINER, 1975; MCNEILL, 1982b).²⁵ Com o crescimento exponencial da necessidade de insumos industriais, tornou-se estratégico garantir um fornecimento constante de insumos para o funcionamento da “máquina de guerra” bem como impedir o inimigo de obter o mesmo. Manobras de bloqueio econômico ou de destruição das capacidades industriais adversárias se disseminaram, portanto. As operações desse tipo se associaram mais à guerra no mar, com a utilização intensiva de submarinos — em especial por parte da Alemanha — para fustigar a marinha mercante, bem como a implantação de bloqueios de comida e suprimentos. Finer (1975) chega a caracterizar a amplitude do bloqueio econômico típico da Primeira Guerra como uma caricatura das guerras de cerco que predominavam no século XVIII, com a diferença de que agora eram países inteiros, e não cidades, que se buscava cercar e exaurir de recursos (FINER, 1975). Depois de 1915, o uso do bombardeio estratégico também passou a ser utilizado de maneira ampla, provocando uma erosão da distinção entre combatentes e civis: se a mobilização da população civil no plano doméstico era central para o esforço de guerra, passava a ser um alvo legítimo (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

Pode-se sumarizar, portanto, quatro grandes modificações do perfil de força provocadas pela nova configuração de guerra de atrito, somada à disseminação de novas tecnologias: (i) universalização *de facto* da conscrição masculina (inclusive na indústria doméstica, em alguns casos) causada por um substancial aumento dos contingentes militares (FINER, 1975; MJØSET; VAN HOLDE, 2002; KENNEDY, 1989); (ii) papel dominante da artilharia no campo de batalha (FINER, 1975); (iii) ampliação da mecanização nos transportes, com o uso mais intensivo de caminhões na locomoção de unidades e de suprimentos (YERGIN, 1991; MCNEILL, 1982b); e (iv) mecanização de

²⁵ Alguns números elencados por Finer (1975) demonstram isso: na batalha de Hooge (1915), os britânicos usaram 18mil projéteis de artilharia; na primeira batalha do Somme e na de Arras, no ano seguinte, o montante se elevou para 2 milhões em cada uma. Na batalha de Ypres, em 1917, os números já haviam alcançado 4,3 milhões. O custo desta quantidade de munições era de aproximadamente 22 milhões de libras, o que correspondia ao orçamento total do Exército britânico de 1913 (FINER, 1975, p. 161).

unidades de combate, no nível tático, com o uso de veículos blindados, submarinos e aeronaves (MCNEILL, 1982b; KENNEDY, 1989). Embora a maior parte dos Estados envolvidos já tivesse adotado a conscrição antes de 1914, como visto no capítulo anterior, a guerra exigiu uma ampliação do número de recrutas e universalizou de fato o serviço militar obrigatório (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Na França, as taxas de evasão do serviço militar, que antes da guerra chegavam a 50%, não tiveram esses problemas depois do início do conflito (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). O Reino Unido, que mantinha um pequeno contingente recrutado por um grande período de serviço em função do perfil expedicionário de suas Forças Armadas, viu-se obrigado a aumentar seus contingentes de modo que pudesse ter um impacto maior no equilíbrio das forças na frente ocidental (KENNEDY, 1989). Embora tenha tentado evitar impor o recrutamento no início da guerra por sua tradição liberal e forte antipatia popular pela conscrição, foi obrigado a fazê-lo em 1916, ano em que suas baixas atingiram as maiores proporções. Na Alemanha, mais tarde no mesmo ano, foi ampliado o recrutamento obrigatório de civis para a indústria, quando o “serviço patriótico auxiliar” conscreveu todos os indivíduos do sexo masculino entre 17 e 60 anos (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

Simultaneamente à ampliação da conscrição, ocorreu uma progressiva mecanização da guerra, para a qual o uso de novas tecnologias de motores de combustão interna se mostrou fundamental. Por serem menores do que as caldeiras de vapor, podiam ser usados em veículos menores do que uma locomotiva, como caminhões e carros, de modo que foi possível de se estabelecer todo um novo patamar de mecanização da guerra, uma vez que veículos assim são muito mais versáteis. Daniel Yergin (1991), ressaltando o papel desempenhando por este passo adiante na industrialização da guerra, afirmou que “a vitória dos Aliados sobre a Alemanha foi a vitória do caminhão sobre a locomotiva” (YERGIN, 1991, p. 171). Esse processo de intensificação da mecanização no combate e na logística pode ser dividido, *grosso modo*, em dois estágios básicos: primeiro uma utilização improvisada das novas tecnologias, seguido de um período de aplicação mais sistemática e organizada, com o desenvolvimento tecnológico deliberado colocado a serviço do esforço de guerra²⁶.

²⁶ Alguns números elencados por Yergin parecem convalidar esta tese. A Força Expedicionária Britânica que desembarcou na França em agosto de 1914 contava com 827 carros motorizados, e 15 motocicletas. Em 1918, nos últimos meses da guerra, o Exército britânico contabilizava 56 mil caminhões, 23 mil carros e 34 mil motocicletas. Só a Força Expedicionária dos Estados Unidos trouxe mais 50 mil veículos movidos à gasolina para a guerra em 1917 (YERGIN, 1991, p. 171).

As potencialidades do uso de veículos movidos por motores à combustão interna foram demonstradas inicialmente, de um modo um tanto quanto peculiar, na Ofensiva do Marne, já em 1914, quando o General Gallieni defendeu a cidade de Paris do avanço germânico lançando uma contraofensiva contra as linhas alemãs antes que estas chegassem até a cidade (MCNEILL, 1982b; YERGIN, 1991). Para deslocar as unidades alocadas na cidade até o ponto da ofensiva em tempo hábil, todos os cerca de 3.000 táxis disponíveis em Paris foram requisitados pelo Exército e, uma vez carregados de soldados, foram despachados para a frente de batalha. Tal improviso permitiu que, em apenas uma noite, deslocassem-se milhares homens até a frente de batalha, surpreendendo o comando alemão, que se viu forçado a frear o avanço. Um deslocamento decidido e planejado em espaço tão curto de tempo seria impossível se tivesse dependido de ferrovias já existentes, e assim prefigurou as colunas de infantaria motorizada (YERGIN, 1991).

O aprendizado decorrente da experiência do Marne foi utilizado na Batalha de Verdun, quando a França construiu linhas de suprimento com o uso de caminhões para sustentar a frente de batalha. O combate fez parte da “Operação Julgamento”, na estratégia alemã de estabilizar na frente leste de modo a permitir uma decisão na frente ocidental. Esta seria obtida através de uma batalha de atrito que esgotasse a França e a tirasse da guerra, forçando uma rendição por parte do Reino Unido e assim encerrando o conflito em 1916 (KEEGAN, 2000).

O plano original de batalha, tal como concebido pelo General Falkenhain, previa que se cercassem as fortificações em torno da simbólica e estratégica cidade de Verdun, na França. Em vez de conquistar a posição, o plano era que se fustigassem as posições francesas com intenso fogo de artilharia, exigindo que os franceses fossem obrigados e enviar esforços ao local sucessivamente. Assim, esgotariam uma quantidade significativa de recursos, sendo derrotados pelo atrito (KEEGAN, 2000; HOGG, 1978).

A determinação por parte dos comandantes franceses de que a posição de fato deveria ser defendida pareceu de início se encaixar à perfeição no planejamento alemão. Para sustentar as unidades que defendiam o local, foi improvisada uma estrada de chão que se estendia por 72 km de Bar-le-Duc até Verdun — a famosa *Voie sacrée* — por onde passou a circular um grande fluxo de caminhões modelo Berliet CBA e de ambulâncias. Dessa forma, era possível evacuar feridos, alternar combatentes no fronte e atrelar peças médias de artilharia (75 mm) para reposicioná-las. Assim, as unidades francesas que combatiam em Verdun puderam atingir taxas de rotatividade superiores, tendo alternado 42 divisões diferentes na frente de batalha, ao passo que os alemães só lograram utilizar 30

divisões. Ao todo, foram usados cerca de 12.000 caminhões Renault e Berliet, além de 600 ambulâncias modelo Ford T. Além disso, 16 batalhões de trabalhadores foram mobilizados para manter a estrada em condições de ser usada (KEEGAN, 2000).

O uso intensivo e a rápida construção da *Voie sacrée* foram demonstrativos da maior capacidade logística possibilitada pelo uso do motor à explosão, que se devia fundamentalmente à sua flexibilidade, uma vez que não é necessário depender de estradas de ferro fixas e, posteriormente, de cavalos. A principal função dos caminhões foi a de desenvolver a logística em um campo de batalha arrasado pela artilharia. Nesse cenário, batalhões de engenharia podem montar, com certa rapidez, vias transitáveis por caminhões podendo tornar mais eficaz a distribuição dos suprimentos (MCNEILL, 1982b).

Após esse período inicial de utilização das novas tecnologias de maneira mais improvisada, passou-se a dirigir esforços de maneira mais sistemática e organizada à inovação tecnológica. Esse processo criou uma situação inédita: a Primeira Guerra Mundial fez com que, pela primeira vez, utilizasse-se a tecnologia e a produção industrial para se criarem novos sistemas de armas durante a duração do conflito. A tendência de o Estado assumir a responsabilidade na promoção ativa de investimento na pesquisa militar, tendência que, como vimos, havia se iniciado em fins do século XIX, acelerou-se e se aprofundou após 1914 (MCNEILL, 1982b).

Se a frustração com o formato que a guerra assumiu já no seu início resultou no imprevisto administrativo para gerenciar economias de guerra, em um segundo momento se consolidou um planejamento estatal centralizado que conjugou as esferas militar e civil, promovendo inovações que serviam a fins estratégicos. Mais do que isso, o planejamento precedia o próprio processo de inovação, subordinando-o para seus fins (MCNEILL, 1982b; GIDDENS, 2001).

O desenvolvimento dos primeiros tanques de guerra demonstra a tese da “invenção por comando”, termo cunhado por William McNeill (1982b) para descrever essa submissão da pesquisa científica aos fins estratégicos dos Estados (MCNEILL, 1982b). Desde o estabelecimento das linhas de trincheira no início do conflito, o Alto Comando britânico encarregou o Almirantado de desenvolver “cruzadores terrestres”: veículos blindados e armados que fossem capazes de romper as linhas de trincheira, abrindo caminho para a infantaria (YERGIN, 1991; GIDDENS, 2001; MCNEILL, 1982b). O primeiro resultado foi o Mark I, utilizado na batalha do Somme, mas cujas falhas técnicas o impediram de desempenhar um papel decisivo. A partir de 1917, melhorias substanciais foram feitas e foi elaborado um plano para 1919 em que se utilizariam os Mark A, mais

robustos e velozes que seus antecessores, para romper as trincheiras e provocar disrupção nas linhas de suprimento e controle do adversário.²⁷ Isso significa que, pela primeira vez, foi elaborado um plano de guerra que dependia necessariamente de um sistema de armas inexistente, ainda em fase de desenvolvimento (MCNEILL, 1982b).

Embora a guerra tenha se encerrado antes que esse planejamento pudesse ser implementado, o uso de novos tanques, como o Mark V, em 1918, foi decisivo para a vitória Aliada (MCNEILL, 1982b; GIDDENS, 2001). A Batalha de Amiens, no mesmo ano, foi particularmente decisiva: 456 tanques britânicos romperam a linha de trincheiras alemã, colocando um fim à primazia da defesa e à guerra de caráter mais estacionário que havia se consolidado em 1914 (YERGIN, 1991).

Além dos tanques, o surgimento da guerra aérea e o desenvolvimento de aeronaves também são uma demonstração impressionante da capacidade de desenvolvimento de novos sistemas de armas no curso da guerra²⁸. Ao longo dos quatro anos de conflito, foram desenvolvidos novos modelos de aviões, além de formações e táticas de guerra aérea que, embora não tenham dado ensejo à criação de Forças Aéreas independentes, transformou as esquadrilhas em Armas dos Exércitos (YERGIN, 1991; MCNEILL, 1982b).

Nas operações terrestres a utilização do motor à combustão interna foi se deu com o uso de caminhões e tanques para organizar uma logística mais eficiente ou para romper a lógica da guerra estacionária de trincheiras, no mar serviu para conduzir uma guerra de atrito em torno das linhas de suprimento. A situação de impasse adveio da ausência de grandes batalhas marítimas entre os couraçados (até então as naus de maior destaque dos almirantados): a batalha da Jutlândia foi o único e último grande conflito entre couraçados da guerra e teve como resultado a manutenção do status quo de comando do mar pelo Reino Unido no Mar do Norte. Dado esse quadro, a Alemanha passou a se utilizar de uma ampla campanha submarina para fustigar as linhas de suprimento e da marinha mercante dos aliados. O número elevado de baixas e perdas materiais, que chegaram a totalizar 500 mil toneladas por mês em 1917, fez com que, em última instância, os Estados Unidos entrassem na guerra (KENNEDY, 1989).

²⁷ Operações baseadas neste princípio, em adição à coordenação entre operações aéreas e terrestres, formaram o núcleo da *Blitzkrieg*, implementada vinte anos mais tarde pela Alemanha do 3º Reich (MCNEILL, 1982b).

²⁸ Novamente, Yergin (1991, p. 172) traz números que demonstram um crescimento significativo na produção de sistemas de armas inexistentes antes do final da guerra: o Reino Unido produziu 55 mil aeronaves; a França, 68 mil; a Itália, mais de 20 mil; e a Alemanha 48 mil. Já os Estados Unidos, apenas durante seu um ano e meio de participação na guerra, foram capazes de colocar 15 mil aeronaves em funcionamento (YERGIN, 1991, p. 172).

De 1917 em diante, a guerra havia assumido um caráter de atrito em que cada beligerante parecia à beira de exaurir um o outro, ao ponto de provocar seu colapso, especialmente no caso da França, Alemanha, Rússia e Áustria-Hungria. A entrada dos Estados Unidos nesse mesmo ano, contudo, garantiu uma sobrevida os esforços dos Aliados, à exceção da Rússia, cuja posição geográfica dificultava o auxílio por parte do resto do bloco.

3.3 A Revolução Gerencial na Primeira Guerra Mundial

Esta situação nova, trazida pela industrialização massiva dos Exércitos envolvidos no conflito e pela frustração dos meticulosos planejamentos anteriores, compeliu os Estados protagonistas a improvisarem meios de organizar o esforço de guerra. Como colocado por Luiz Gonzaga Belluzzo (2009), pela primeira vez foi necessário mobilizar o conjunto das forças produtivas, devido à escala dos recursos exigidos. Os gastos militares entre as potências envolvidas na guerra, por exemplo, passou de uma média de 4% do PIB em 1914 para entre 25–33% após o início do conflito (KENNEDY, 1989).

Quadro 4 — Gastos militares absolutos e número total de forças mobilizadas (1914–1919)

	Gasto Total em preços de 1913 (bilhões de dólares)	Total de Forças Mobilizadas (milhões de homens)
Império Britânico	23,0	9,5
França	9,3	8,2
Rússia	5,4	13,0
Itália	3,2	5,6
Estados Unidos	17,1	3,8
Alemanha	19,9	13,25
Áustria-Hungria	4,7	9,0

Fonte: adaptado de Kennedy (1989, p. 274).

A maneira pela qual proceder para organizar as economias nacionais em um regime incipiente de acumulação fordista não poderia ser fornecida pelos mecanismos próprios do modo de regulação concorrencial. Desse modo:

Tal mobilização impôs o abandono drástico dos cânones da economia liberal, o que significou, então, a substituição dos mecanismos de mercado pela centralização das decisões nos órgãos estatais de coordenação, o abandono (de facto ou de jure) das regras de conversibilidade do padrão-ouro e a adoção de esquemas de financiamento do gasto governamental apoiados na elevação da

cara tributária e, sobretudo, na colocação de dívida junto ao público e ao sistema bancário (BELLUZZO, 2009, p. 183).

Com o colapso do modo de regulação vigente, acelerado pela ascensão de um novo tipo de perfil de forças, foi necessário promover uma mudança nos métodos de gestão do Estado e da guerra. Tal como ocorrera na fase inicial de industrialização da guerra, quando as novas estruturas das Forças Armadas vitoriosas nas Guerras de Secessão dos EUA e na Franco-Prussiana ensejaram a adoção de novos métodos de gestão do Estado e da guerra, agora o mesmo ocorria com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Contudo, a dimensão mais ampla da industrialização da guerra, devido à ascensão de um novo regime de acumulação incipiente, fazia com que a escala e a profundidade dessa transformação fossem incomensuravelmente maiores. Novamente, essa transformação nos arranjos institucionais dos Estados teve duas esferas: a político-institucional e a técnico-administrativa.

3.3.1 A metamorfose gerencial na Primeira Guerra Mundial: o embrião das economias de Comando

Essa transformação e repactuação política somou-se à necessidade de improvisar uma grande capacidade produtiva para exigir um novo aparato de intervenção do Estado, o que nos remete ao aspecto técnico-administrativo da metamorfose em curso. Além das mudanças de política econômica, foram criadas agências no âmbito dos governos para coordenar e planejar o esforço de guerra, desde o controle da rede de transportes, da produção bélica e civil, dos preços, das compras do governo e racionamento de alimentos e carvão²⁹.

O historiador William McNeill (1982b) chamou de “metamorfose gerencial” o processo pelo qual foram introduzidas as mudanças administrativas nos Estados, que, em particular, tiveram como efeito a integração das inúmeras estruturas burocráticas que coexistiam de maneira independente. Utilizando-se de uma metáfora muito descritiva, poderíamos ver o Estado convertido em uma grande firma para fazer a guerra, uma vez que

²⁹ Pierre Renouvin, falando sobre a experiência de economia de guerra francesa, descreveu-a como “um tipo de 'compromisso' entre a ideia de monopólio do Estado e as tendências opostas que desejariam 'desestatizar' os serviços públicos. De fato, no domínio dos transportes, das forças hidráulicas, das minas, a guerra mostrou que não era possível proteger as empresas de um controle mais rígido do poder administrativo. As soluções encontradas tentaram organizar esse controle e fundar a colaboração do capital privado e do Estado” (RENOUVIN, 1925, p. 132, tradução própria).

os métodos fordistas de gestão, antes restritos a determinada empresa, foram aplicados ao nível da sociedade como um todo.

Ao final da guerra, as diversas experiências corporativas ou reguladoras implementadas ao longo desta foram abandonadas e rejeitadas e se buscou restaurar as instituições do modo de regulação concorrencial (MCNEILL, 1982b). Todavia, o aprendizado decorrente de sua implementação na guerra foi de extrema importância para a construção de novos perfis de regulação do Estado sobre a economia e a sociedade depois de 1929 (GIDDENS, 2001).

Na Alemanha, o sistema produtivo nacional foi posto sob o controle dos militares. Embora o país tenha começado com uma capacidade industrial excedente, sendo capaz de ampliar seu esforço de guerra, com o passar do tempo essa cadeia de suprimentos foi sobrecarregada. Em agosto de 1916, após a demonstração de força e comprometimento britânicos na massiva ofensiva do Somme, Hindenburg e Ludendorff foram postos no Alto Comando de guerra alemão, dando início a uma mobilização irrestrita e irreal das capacidades nacionais, que terminaram por levar a uma exaustão da economia nacional, especialmente com a desarticulação do setor agrícola (MCNEILL, 1982b).

Na França, foi necessário estabelecer novas maneiras de produzir o material bélico necessário para impedir a derrota, uma vez que a ofensiva alemã inicial havia ocupado a região da onde se localizava a maior parte da planta metalúrgica do país (MCNEILL, 1982b). Assim, o restante da capacidade industrial existente no país foi convertido para a produção de material bélico e novas plantas produtivas foram erguidas continuamente no país ao longo de toda a duração da guerra. Para compensar as perdas humanas no período inicial do conflito, mais severas ali do que em qualquer outro Estado, foram empregados amplos setores da população, antes fora do mercado de trabalho, como mulheres, crianças, prisioneiros de guerra e militares feridos. Esta ampla reorganização do espectro produtivo permitiu que sua produção aumentasse em até 20 vezes, em alguns setores, de modo que sua produção de armamentos excedia a dos outros aliados em praticamente todas as categorias, à exceção de rifles e metralhadoras (MCNEILL, 1982b).

O Reino Unido e os EUA, embora não tenham tido seu território invadido, também necessitaram de uma reorganização de seus sistemas econômicos. No primeiro, a sobrecarga do Arsenal de Woolwich e das empresas privadas levou à Criação de um Ministério de Munições (MCNEILL, 1982b). Nos EUA, foram criados órgãos como o *Council of National Defense*, o *War Industrial Board*, o *United Nations Shipping Board* e o *Director General of Railroads*, responsáveis por coordenar diversas esferas logísticas ou

produtivas como parte do esforço de guerra (BELLUZO, 2009). Devido à sobrecarga das capacidades industriais francesas e britânicas, os EUA também passaram a exportar armamentos e emprestar o que fosse necessário para manter o fluxo de compras funcionando (MCNEILL, 1982b).

Essa reorganização da esfera econômica sob comando do Estado não ocorreu apenas no plano doméstico dos beligerantes, mas também em nível transnacional. Dado que os Estados combatiam em blocos de alianças, eles passaram a não depender unicamente de suas fontes internas de recursos, mas também externas. O sistema de coalizões originado nos anos anteriores à guerra, portanto, foi outro elemento que contribuiu para o caráter de atrito que o conflito assumiu após o período inicial em que se percebeu que não haveria vitórias rápidas proporcionadas por movimentos de manobra, já que encorajava e sustentava o esforço de permanecer lutando (KENNEDY, 1989). Mas não foi apenas a simples soma de recursos militares, tecnológicos e econômicos que garantiria a vitória, tampouco a combinação em nível estratégico: era necessária uma coordenação do sistema produtivo dos aliados, gerando uma espécie de divisão internacional do trabalho entre estes (MCNEILL, 1982b; GIDDENS, 2001).

A regulação dos fluxos internacionais de recursos foi organizada pelos Aliados a partir de conferências e da subsequente criação de agências administrativas transnacionais. Em 1917, como resposta à ampla campanha submarina de ataque às marinhas mercantes, conduzida pela Alemanha, o Reino Unido e a França criaram o Conselho de Transporte Marítimo Aliado (CTMA), que se tornou a principal instância de coordenação internacional de fornecimento ultramarino de recursos e de construção naval (GIDDENS, 2001; MCNEILL, 1982b)³⁰. No ano seguinte, os Estados Unidos e a Itália se juntaram a eles para uma Conferência Interaliada de Petróleo, para controlar especificamente os suprimentos do combustível e estabelecer comboios para proteger o seu transporte (YERGIN, 1991). O ápice da cooperação foi demonstrado pelo transporte de 2 milhões de soldados estadunidenses ao teatro de operações da Europa Ocidental em 1917, cujos caminhões e armamentos mais pesados foram produzidos pela França (MCNEILL, 1982b). A integração econômica resultante desse novo perfil de alianças teve consequências

³⁰ Como colocado por Mazower (2013), o CTMA é um exemplo de um órgão executivo internacional que não era dirigido por diplomatas, mas sim por expertos/técnicos. No âmbito internacional bem como no doméstico, a forma de governo foi remodelada pela ascensão, durante a guerra, de uma nova classe de burocratas. Não foi coincidência o fato de que a Liga das Nações recebeu para seu secretariado três especialistas em transporte marítimo do CTMA, entre eles Jean Monnet. Essas experiências também deram vazão ao surgimento do funcionalismo.

significativas ao final da guerra, entre elas substancial endividamento externo da França e do Reino Unido com os Estados Unidos (MCNEILL, 1982b; GIDDENS, 2001).

3.3.2 O corporativismo e a institucionalização das lutas de classe

No que se refere ao caráter político, a ampliação da conscrição e da mobilização de recursos como um todo aumentou o poder de barganha das classes não proprietárias, em especial do operariado (GIDDENS, 2001). Isso porque seus “esforços produtivos [...] tornaram-se um componente central dos esforços dos governantes para gerir o Estado e a guerra” (ARRIGHI, 1994, p. 64). Uma vez que era exigido que os cidadãos fossem morrer em campos de batalha ou ter sua vida diária e seu trabalho postos a serviço do Estado, este deveria prover não só sua segurança mas também seu bem-estar, de modo a garantir o funcionamento do esforço coletivo de guerra. (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Assim, a transição do “exército de cidadãos” para um “exército de trabalhadores e máquinas” exigiu uma repactuação dos direitos e deveres sociais: uma vez que a extração de insumos por parte do Estado aumentou, aqueles que contribuíam passaram a exigir uma maior distribuição de direitos e renda (ARRIGHI, 1994; GIDDENS, 2001; MANN, 1992; MALEŠEVIC, 2010). Maleševic acrescentaria que:

A pacificação institucional das relações de trabalho foi frequentemente alcançada por causa e através da guerra, já que a conscrição universal e a participação plena em guerras foi recompensada através de maior inclusão social e extensão dos direitos de cidadania logo após as guerras (MALEŠEVIC, 2010, p. 247).

O resultado de tal “barganha da conscrição”, portanto, teve como efeito uma repactuação dos direitos sociais e políticos das populações envolvidas. Esse se deu principalmente através da “institucionalização das lutas de classe” no âmbito do Estado (GIDDENS, 2001). De uma perspectiva fornecida por Tilly (1990), pode-se afirmar que o aumento da “extração” por parte do Estado incorreu num aumento da capacidade de “resistência” da população.

De modo a responder a essas inquietações, os Estados tiveram que ampliar seu papel de intervenção no sistema econômico e no provimento de bem-estar. Desse modo, se verificou um declínio do movimento socialista e trabalhista de caráter internacionalista, uma vez que os Estados nacionais se converteram no âmbito em que a proteção social e econômica que poderia ser demandada (SILVER; SLATER, 2001; CARR, 1945). No geral, como afirmou Giddens (2001, p. 248), o fato de “os sentimentos de nacionalismo triunfarem sobre o internacionalismo do movimento socialista [...] assinalou a importância

que a relação da soberania com a cidadania assumiram [...]”. Os movimentos socialistas, portanto, perderam seu caráter internacionalista, incorporando o “defensismo nacional” como princípio, em um processo que levou uma série de partidos europeus social democratas a adotarem, após a guerra, um caráter mais moderado e parlamentarista (ELEY, 2005).

Esta cidadania se manifestou tanto sob a forma de redistribuição do produto social quanto do reconhecimento de direitos políticos. O voto universal masculino foi instituído em uma série de países beligerantes ao longo da guerra ou ao seu final, como produto deste aumento da demanda popular por sua implementação (KEUCHEYAN, 2015; PRZERWORSKI, 2009). Não só isso, como o próprio Tratado de Versalhes legitimaria o princípio do plebiscito, algo inimaginável para as classes dirigentes aristocráticas de antes da guerra (tanto as de verve liberal quanto as conservadoras), que consideravam a democracia um princípio incompatível com a manutenção da propriedade privada (THERBORN, 2012).

Também, e de modo concomitante, as organizações sindicais industriais tiveram seu desenvolvimento impulsionado fortemente no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França ao longo da guerra. Neste último, o salário mínimo foi estabelecido em 1917 em todas as indústrias ligadas ao governo. Na Alemanha, as “tréguas de fortaleza” (*Burgfrieden*) entre a esquerda e o Estado fizeram com que a primeira concordasse em abdicar de promover greves e apoiar o esforço de guerra (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

O desenvolvimento de novas relações de trabalho durante a Primeira Guerra Mundial teve importância fundamental na criação de mecanismos de contratação coletiva do trabalho, que colocavam em questão um dos princípios básicos do modo de regulação concorrencial, i.e. a contratação individual do trabalho. Este aspecto particular teve imensa importância para a consolidação do fordismo como regime de acumulação e para sua disseminação dos EUA para a Europa. Nos Estados Unidos, a criação do *National War Labor Board* como uma agência governamental que mediava as relações capital-trabalho para garantir a continuidade da produção industrial garantiu como direitos de todos os trabalhadores a participação em sindicatos e a negociação coletiva com os empregadores, tendo mediado mais de mil greves e promovido a sindicalização de mais de mil trabalhadores ao longo de sua vigência (LIMONCIC, 2009, p. 92). Ademais, a situação particular trazida pela guerra fez com que os novos métodos de produção em massa, típicos do fordismo, pudessem ser tanto introduzidos quanto ampliados na Europa durante o conflito, uma vez que foram aceitos pelos trabalhadores agora sindicalizados e

historicamente resistentes à introdução de inovações no âmbito produtivo (GIDDENS, 2001, p. 252).

Esse processo de “empoderamento” de determinados grupos sociais não se limita ao recorte de classe, mas também no âmbito do gênero possuiu efeitos visíveis. Com a maior demanda de produção nacional para o esforço de guerra e com boa parte da população masculina engajada na luta, uma série de postos de trabalho passaram a ser ocupados por mulheres (GIDDENS, 2001). Como nota o sociólogo Siniša Malešević (2010, p. 299), a mobilização massiva dos homens combinada com o desenvolvimento de indústrias de grande escala significou que pela primeira vez na história moderna as organizações sociais tornaram-se dependentes do trabalho de mulheres³¹.

3.4 A Revolução Russa e a conclusão da Primeira Guerra Mundial

A seção anterior demonstrou como a conflagração da guerra — ápice do modo industrial de fazer a guerra — levou à ampliação do planejamento econômico para coordenar esse processo, bem como de uma repactuação social de direitos e deveres entre o Estado e as populações. No decorrer do confronto, ocorreram profundas revoluções gerenciais que centralizaram, sob o comando dos Estados nacionais, o controle das estruturas burocráticas e administrativas que haviam se desenvolvido na esteira das grandes corporações estadunidenses de gestão vertical (CHANDLER, 1977; MCNEILL, 1982b; MORRIS, 2013), bem como a repactuação dos direitos de cidadania simultânea à aplicação dos métodos fordistas de gestão do capitalismo.

Esta, contudo, não foi pacífica ou linear. Quando levada ao limite, a extração por parte dos Estados esbarrou na resistência colocada pelos governados. Quando rompia certos limites, gerou impulsos revolucionários, destacando-se o caso da Revolução Russa (1917), impulsionada pelos altos custos sociais da Primeira Guerra Mundial. Giovanni Arrighi identificou um efeito contraditório causado pelo processo de barganha social trazido pela guerra:

³¹ “O que esse exemplo ilustra é que segregação ocupacional por gênero tende a mudar somente em uma situação em que o antigo modelo organizacional se torna insustentável. Em outras palavras, a divisão de trabalho por gênero é profundamente arraigada na organização social e só pode ser transformada quando esta organização em si é transformada. Vale a pena notar que toda a retórica sobre a inabilidade física ou cultural das mulheres para trabalhar na indústria e em serviços militares auxiliares instantaneamente desapareceu quando seu trabalho se tornou indispensável para a própria sobrevivência da organização social de maiores proporções — o Estado” (MALEŠEVIĆ, 2010, p. 300, tradução própria).

Por um lado, ela aumentou o poder social dos não proprietários, direta ou indiretamente envolvidos no esforço militar-industrial dos governantes; por outro, cerceou os meios disponíveis para que estes últimos absorvessem este poder. Essa contradição evidenciou-se na Primeira Guerra Mundial, quando alguns anos de hostilidades declaradas foram suficientes para deflagrar a mais séria onda de protestos e rebeliões populares até então experimentada pela economia capitalista mundial. A Revolução Russa de 1917 logo se tornou no ponto focal desta onda de rebelião (ARRIGHI, 1994, p. 64).

O fato é que a extração por parte dos Estados, especialmente no uso da conscrição, se tornou de tal monta que provocou respostas por parte dos soldados e trabalhadores no front domésticos. Em torno de 1916, ocorreu um aumento geral da insatisfação popular, tornando mais complicada a manutenção das políticas de consenso. No ano seguinte, estas insatisfações se converteram em um processo mais amplo de radicalização (ELEY, 2005).

Resistência à convocação, insubordinação e deserção se tornaram práticas frequentes, mas ofensivas suicidas derivadas de descaso quase que completo com as vidas dos comandados por parte dos comandantes levaram a grandes motins a partir de 1917 (SILVER; SLATER, 2001). Na França, um grande motim eclodiu em resposta às condições de vida nas trincheiras e aos grandes números de baixas, e teve que ser sufocado com uma resposta estatal violenta (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Na Alemanha e na Áustria, a intensificação de rebeliões militares e protestos em favor da paz no plano doméstico acabaram por contribuir decisivamente para a derrota no ano seguinte.

Embora todos os Estados beligerantes tenham tido suas capacidades produtivas e de mobilização estendidas até o limite de ruptura, a Rússia Czarista, por uma série de razões, foi a que sofreu o maior colapso do Estado derivado de uma convulsão social causada pela guerra. Enquanto o Reino Unido e os Estados Unidos tiveram uma posição geográfica insular que colocou seus territórios nacionais fora dos principais teatros de operações e que os permitiu ter tempo de reorganizar e mobilizar suas forças antes de conduzir suas operações, a Rússia e a França tiveram que assumir o maior fardo de lutar contra a muito eficiente Alemanha devido à proximidade geográfica. Isso não lhes deixava, portanto, este mesmo período de tempo para se reorganizar (MCNEILL, 1982B, KENNEDY, 1989). Contudo, existem duas diferenças básicas entre a Rússia e a França que explicam como a última conseguiu se manter enquanto a outra foi engolfada por uma revolução. A Rússia, em primeiro lugar, muito por sua posição geográfica, não era capaz de receber recursos por parte dos Aliados como a França era, o que a tornava um membro um pouco deslocado da coalizão (KENNEDY, 1989). Ademais, as estruturas do Império Czarista se mostraram mais arcaicas e menos aptas a realizarem profundas transformações em seus arranjos produtivos como a França fez, tal qual descrito acima.

Um papel central foi desempenhado pelas Forças Armadas na Revolução (TILLY, MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Apesar de um desempenho razoável no início da guerra, a Rússia se mostrou profundamente inepta a travar uma guerra prolongada de atrito. A sua burocracia era pequena e ineficiente, seus corredores de logística eram pouco desenvolvidos e sua produção industrial era insuficiente para manter os soldados alimentados e armados. O numeroso Exército Russo, que em 1915 totalizava cerca de 9,5 milhões de soldados, havia atingido baixas da monta de aproximadamente 3,6 milhões de homens no ano seguinte (entre mortos, feridos e doentes), além de 2,1 milhões de capturados (KENNEDY, 1989). Neste ano, foram chamados os recrutas de segunda categoria, que correspondiam aos homens que eram os únicos provedores da família, uma situação que causou profunda insatisfação no campo e nas fileiras, entre os novos recrutas (KENNEDY, 1989).

Problemas na estrutura de comando eram recorrentes. Havia uma polarização política acentuada entre o oficialato de origem aristocrática e os soldados mal equipados, mal pagos e iletrados de origem camponesa. Ademais, havia um número muito restrito de oficiais não comissionados, que são os responsáveis por treinar e disciplinar as tropas. Desse modo, embora pudesse conscrever soldados em montantes superiores aos de qualquer outro beligerante, não era possível de se estabelecer uma cadeia de controle minimamente sólida. Derrotas sucessivas e com um número elevado de baixas também contribuía para manter o moral baixo entre as tropas. No plano interno, a contração de empréstimos internacionais somada à simples impressão de mais dinheiro levou a uma espiral inflacionária, somando-se à insatisfação gerada pela carência de comida e insumos à indústria civil causada pelo direcionamento de recursos prioritariamente à indústria bélica (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

Entre 1916 e 1917, eclodiu uma insurreição no Exército, em rebelião aos desmandos do oficialato, que frequentemente utilizava-se de métodos brutais de disciplinamento de modo a compensar a falta de não comissionados. Pedia-se uma rendição incondicional, e no processo ocorreram deserções em massa. A abdicação do Czar e a instalação do governo provisório de Kerenski, em março de 1917, não se mostrou suficiente para conter a escalada revolucionária. Parte fundamental do processo de radicalização foi construído no Exército e na Marinha: não só a prática da deserção se disseminou ainda mais, como também algumas unidades se sublevaram contra seus oficiais e implementaram práticas de autogestão (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Neste momento, a situação política do país era polarizada entre o governo parlamentar, os

Sovietae e a direita reacionária pró-czarista (RIBEIRO; VISENTINI, 2013). A situação atingiu o ponto de ruptura em novembro, com o retorno de Lenin do seu exílio na Suíça e a tomada de poder pelos bolcheviques, que se colocavam a favor de negociações de paz com a Alemanha imediatamente.

Na Alemanha, a resposta ao desafio soviético à legitimidade dos governos foi a intensificação do Plano Hindenburg, com um aumento das metas do comando militarizado da economia. Em seguida, foi lançada uma contraofensiva que logrou inclusive romper as linhas aliadas na França, e que, não fosse o reforço de 2 milhões de soldados estadunidenses, por pouco não conquistou a vitória. Por fim, as exigências irreais do plano somadas às derrotas militares resultaram na abdicação do Kaiser, na ascensão dos social democratas que assinaram o armistício e na eclosão de uma revolução socialista, que acabou sufocada (MCNEILL, 1982B; VISENTINI, 2014).

Uma série de revoluções, na esteira do exemplo russo e do colapso de regimes que haviam sucumbido na guerra, espalhou-se pela Europa Oriental e Central no início da década de 1920. O fim da Alemanha Imperial e da Áustria-Hungria causaram uma onda de revoluções nacionais, que se espalhava dos Bálcãs até a Europa Central. Na Alemanha, na Hungria, na Áustria, bem como na Finlândia, nos Estados bálticos, Polônia, Bulgária e Itália sofreram reverberações da onda de insurreição (SILVER; SLATER, 2001; POLANYI, 2012; VISENTINI, 2014). Prontamente, um significativo esforço contrarrevolucionário foi posto em ação para restaurar a legitimidade da ordem anterior.

Este impulso se aplicou também à Rússia, que foi invadida por uma coalizão de aliados e enfrentou uma guerra de vários anos (VISENTINI, 2012; MARTINS, 2013). As Forças Armadas da Rússia foram reorganizadas no Exército Vermelho, e o chamado comunismo de guerra foi implementado na União Soviética (RIBEIRO; VISENTINI, 2013). As forças armadas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), assumiram, a partir daí um papel importante na construção estatal e aglutinador das diferentes nacionalidades, que se manteria até o fim da URSS (MEDEIROS, 2008; GIDDENS, 2001).

3.5 Conclusões preliminares

A Primeira Guerra Mundial provocou um rompimento amplo com a ordem institucional do pré-guerra. O modelo de perfil de força que emergira na guerra prolongada de trincheiras foi fundamental para que se criassem novos mecanismos institucionais,

responsáveis por alterar o modo de gestão do Estado e da Guerra. Essas transformações foram necessárias para mobilizar e gerenciar o esforço de guerra que, agora industrializada, exigia uma demanda de recursos inédita. Também foram criados pactos sociais com o objetivo de criar coesão interna, promovendo uma repactuação, no nível doméstico, dos direitos sociais e políticos das classes não proprietárias. Esses dois processos foram levados às máximas consequências, levando, em vários casos, a rompimentos da ordem e à eclosão de sublevações e revoluções quando se extraía demais da população.

A guerra também foi essencial para a disseminação de um novo regime de acumulação, baseado no sistema fordista de produção em massa, de duas maneiras. Em primeiro lugar, gerou grande incentivo às indústrias automobilísticas e associadas, que lidavam com as tecnologias de motor de combustão interna, além de exigirem a massificação de uma série de produtos bélicos e incentivarem fortemente a inovação tecnológica.

No pós-guerra, se vivenciaria uma tentativa de retorno à ordem anterior a 1914, ocorrendo um amplo processo de dismantelamento dos perfis de força elaborados durante a guerra — que se acreditava que fossem as causas do conflito — e dos mecanismos institucionais associados a eles. Foi somente após a crise de 1929 que as experiências desenvolvidas na Primeira Guerra Mundial foram utilizadas em todo seu potencial.

4 DA DÉCADA DE 20 À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: COLAPSO DO CAPITALISMO CONCORRENCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO FORDISMO COMO REGIME DE ACUMULAÇÃO

Este capítulo analisa o período que se estende do entre guerras até o final da Segunda Guerra Mundial. Compreende, portanto, os períodos de tentativa de retorno à ordem do pré-guerra durante década de 1920, que é encerrado pela crise de 1929, de criação de novos modos concorrentes de Gestão do Estado e da Guerra, da Segunda Guerra Mundial em si e do imediato pós-guerra.

Em primeiro lugar, demonstraremos como se tentou, ao longo da década de 1920, desmantelar as mudanças nos arranjos institucionais e reinstaurar práticas e instituições do pré-guerra (VISENTINI, 2014; POLANYI, 2012). A principal delas foi o esforço internacional conduzido em torno do retorno ao padrão-ouro (POLANYI, 2012). O fato, contudo, é que a ascensão de métodos fordistas de produção, acelerada profundamente pela Primeira Guerra Mundial, criou uma nova realidade econômica de acumulação, que levou os Estados Unidos a atingirem taxas elevadas de crescimento econômico (LIMONCIC, 2009). Na Europa, contudo, a imposição do padrão-ouro e as previsões do Tratado de Versalhes causaram uma recessão econômica. Constitui-se, portanto, uma grande desigualdade de renda tanto no nível doméstico (nos Estados Unidos) quanto no externo (entre os Estados Unidos e a Europa) (LANDES, 2005; LIMONCIC, 2009). A conjunção destes fatores levou a uma crise econômica causada tanto pelo superinvestimento quanto pela especulação financeira (BUENO, 2009).

A grave crise econômica iniciada em 1929 fez com que novos modos de Gestão do Estado e da Guerra, amplamente inspirados na experiência da Primeira Guerra Mundial, emergissem (GIDDENS, 2001). O New Deal nos Estados Unidos; as diversas colorações dos governos corporativistas e nazifascistas na Europa; a adoção dos planos quinquenais na URSS; a ascensão do governo militar no Japão; todos fizeram parte desse processo (POLANYI, 2012). Ao longo da década de 1930, portanto, surgiram modelos competitivos de gestão do Estado e da guerra, que buscaram internalizar o centro de decisão econômica próprio da Segunda Revolução Industrial, baseado na siderurgia, na eletroquímica e na produção fordista de massa, através do rearmamento militar (MARTINS, 2013).

A expansão territorial, por meio da conquista militar, foi o meio pelo qual os regimes autoritários e reacionários da Alemanha e do Japão buscaram se inserir neste

processo (OVERY, 1983; KENNEDY, 1989). Como resultado, eclodiu a Segunda Guerra Mundial, que levou a industrialização da guerra ao seu patamar de consolidação, com predomínio de unidades mecanizadas, uso de rádio e radares e amplas operações combinadas. O caráter da guerra, com maior uso de máquinas e com uma incipiente guerra eletrônica (rádio) fez com que as operações integrassem diferentes domínios (ar, terra, mar), em um nível antes inexistente (GIDDENS, 2001).

O fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória aliada, permitiu que o modelo de gestão do Estado e da guerra elaborado nos Estados Unidos se internacionalizasse. Isso ocorreu com a manutenção do Perfil de Força e os consequentes mecanismos de gestão do Estado e da guerra elaborados durante a guerra. A imposição da Guerra Fria e o amplo processo de rearmamento da Europa, como sistema militar subordinado aos EUA em função da OTAN, foram fundamentais neste processo (ARRIGHI, 1992; ANDERSON, 2015). Este foi o passo final para a consolidação do fordismo/keynesianismo como regime de acumulação.

4.1 O colapso do regime de acumulação britânico e a crise de 1929

Ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, assistiu-se ao desmantelamento geral das estruturas administrativas intervencionistas montadas durante a guerra entre os beligerantes (MCNEILL, 1982b). Boa parte das restrições ao comportamento de agentes privados, impostas durante a guerra, também foi eliminada (MCNEILL, 1982b). Nos países vencedores e derrotados, nos EUA e na URSS, foram reintroduzidos arranjos e práticas próprios do modo de gestão do Estado do pré-guerra. Isso se devia tanto a um repúdio geral à guerra e suas consequências quanto ao medo de revolução, que dominou a Europa até meados de 1923, em função da onda de levantes populares que havia sacudido uma série de países da Europa Oriental e Central ao final da guerra (MCNEILL, 1982b; POLANYI, 2012; VISENTINI, 2014).

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, os Exércitos massivos criados para o período de guerra foram desmobilizados e a conscrição foi suspensa (MCNEILL, 1982b). O Exército britânico se voltou para missões de auxílio na defesa antiaérea do território nacional e de policiamento do Império³², por conta de um afastamento deliberado de um

³² Ao final da guerra, o Império Britânico havia atingido o ápice de sua extensão territorial, uma vez que absorvera partes dos territórios coloniais alemães e do desmembrado Império Turco-Otomano

comprometimento com travar uma guerra no continente (MEARSHEIMER, 1981). Nos Estados Unidos, verificou-se um padrão semelhante. O Exército foi restringido a um contingente de cerca de 140 mil regulares, utilizado basicamente em intervenções na América Latina³³ (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; SCHULZINGER, 2002; ANDERSON, 2015). Na França, o número elevado de baixas forçou uma redução no efetivo do Exército, mas a conscrição foi mantida em uma base de serviço de um ano, como parte da pressão dos socialistas³⁴, e uma doutrina bastante defensiva foi adotada (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; MCNEILL, 1982b).

Se no plano interno as potências vencedoras reduziram seu aparato militar e administrativo, no plano externo, ao longo da década de 1920, foram feitas tentativas de se garantir a retomada do *status quo ante*, e desenvolveu-se uma agenda diplomática multilateral voltada para tanto. Robert D. Schulzinger (2002) a caracterizou como “Internacionalismo Conservador³⁵”, e Paulo Visentini (2014, p. 115) descreveu os objetivos deste período como sendo de uma “reconversão econômica” e de “contenção das tendências revolucionárias”.

A despeito dos diversos problemas da Liga das Nações, houve significativas medidas de concertação entre as Grandes Potências no período. A intervenção de uma coalizão multilateral na Guerra Civil Russa, por tropas estadunidenses, canadenses, japonesas e britânicas, foi uma primeira medida deste teor (MARTINS, 2013). Na sequência, foi assinada uma série de tratados na Conferência de Paris (1919) e na Conferência Naval de Washington (1921–1922) que promoviam o desarmamento das potências derrotadas e a contenção do Japão, da União Soviética e da Alemanha, que Visentini caracterizou como o “Sistema de Versalhes” (VISENTINI, 2014). Como parte significativa das provisões dos tratados consistiu em imposições acerca do perfil de forças dos Estados, cabe aqui uma breve exposição destes.

O Tratado de Versalhes impunha o desarmamento permanente e unilateral dos países derrotados, impedindo a reconstrução do equilíbrio de poder que sustentara a ordem

(ARRIGHI, 1994; VISENTINI, 2014). Somente em 1938, após a Conferência de Munique, o Reino Unido reincorporou a conscrição em tempo de paz (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

³³ Mantendo a política intervencionista do governo Wilson, os Estados Unidos mantiveram tropas na República Dominicana, Cuba, Haiti e Nicarágua (SCHULZINGER, 2002; ANDERSON, 2015).

³⁴ O Partido Socialista queria um tempo mais restrito, de oito meses, emulado do modelo de milícias suíças (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

³⁵ Lista dos responsáveis por esta política durante o governo Harding, nos Estados Unidos: Hughes (Secretário de Estado), Hoover (Secretário de Comércio) e Mellon (Secretário do Tesouro), inspirados por Henry Cabot Lodge: EUA deveriam ficar fora da Liga das Nações, mas participar ativamente da política econômica (SCHULZINGER, 2002, p. 125).

do pré-guerra (POLANYI, 2012). Além do mais, estabelecia a cobrança de indenizações da Alemanha que cobrissem os custos da guerra e da reconstrução posterior por parte dos países vencedores. Desse modo, tornava impossível uma recuperação econômica sustentada do país, cujas altas taxas de crescimento por muito tempo forneceram um incentivo ao comércio no continente³⁶ (LANDES, 2005). Com a economia devastada pela guerra e incapaz de aumentar impostos para cobrir os custos das indenizações devido ao alto custo social em que estas incorriam, o governo da República de Weimar recorreu à impressão de mais dinheiro, levando a inflação a taxas mais elevadas do que quaisquer outras no continente (LANDES, 2005).

O desarmamento imposto à Alemanha buscava, em vasta medida, dismantlar todas as modificações no perfil de força que se verificaram na Alemanha desde as reformas prussianas e que se percebiam como causadoras do conflito. O país ficava impedido de possuir uma Marinha, além de unidades mecanizadas, incluindo tanques e aeronaves. Mais importante, o Artigo 173 do Tratado proibia a conscrição na Alemanha: seu Exército deveria ser restrito a 100 mil voluntários que serviriam por um período de tempo de 12 anos. O argumento do Reino Unido para esta medida, que venceu a proposta francesa (que propunha um Exército de conscritos que servissem por um ano) é que um corpo de soldados profissionais seria controlável pelo governo civil e democrático, além de que a abolição da conscrição em massa acabaria com o militarismo da sociedade. O que de fato ocorreu, no entanto, foi o contrário (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

Por definição, um Exército de voluntários profissionais se encontra mais insulado da sociedade do que um composto por conscritos. A fragilidade das instituições políticas da República de Weimar, em muito resultante das condições impostas pelo Tratado, contudo, fez com que o governo dependesse do aval do Exército para poder governar (HUNTINGTON, 1996). Desse modo, o Exército acabou se tornando um “Estado dentro do Estado” e não uma corporação a serviço do mesmo e submetido ao controle das instituições políticas deste (MJØSET; VAN HOLDE, 2002; HUNTINGTON, 1996). O funcionamento da República, que dependia do apoio dos militares, ficava sujeito, portanto, ao apoio de uma instituição sujeita a lógicas e debates próprios e que abrigava indivíduos

³⁶ Uma crítica mordaz dos resultados da Conferência de Versalhes foi feita por John Maynard Keynes em seu “As Consequências Econômicas da Paz”, em especial à aceitação estadunidense da proposta francesa e britânica de incluir o custo das pensões e indenizações de serviço militar nas indenizações que deviam ser pagas pela Alemanha. Devido ao tamanho dos exércitos de conscritos arregimentados durante a guerra, este acréscimo tornava muito mais elevado o montante total. Como demonstrado pelo autor, o custo das reparações correspondia a 3 bilhões de libras esterlinas, enquanto que a adição das pensões e indenizações aumentava este valor em 5 bilhões totalizando 8 bilhões de libras a serem pagas (KEYNES, 2002; ABREU, 2002).

profundamente ressentidos com os social-democratas que, no seu entender, haviam traído a Alemanha ao assinar a rendição em 1918.³⁷ Este processo demonstrou suas consequências mais profundas quando o nazismo emergiu, igualmente com apoio dos estamentos militares (HUNTINGTON, 1996).

Se o Tratado de Versalhes ditou os termos da paz na Europa, fruto basicamente da diplomacia anglo-francesa, a Conferência Naval de Washington estabeleceu o *status quo* na Ásia e demonstrou o papel dos Estados Unidos na nova ordem (SCHULZINGER, 2002; PIKE, 2010). Através da assinatura de quatro tratados diferentes, a Conferência “denominou e hierarquizou as grandes potências através da discriminação do perfil de força de suas frotas de superfície”, o que foi feito através de uma limitação do número de couraçados, cruzadores e porta-aviões dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália e Japão (MARTINS, 2013, p. 186).

Esse mecanismo buscava fundamentalmente conter uma potencial corrida naval no Pacífico, já que uma corrida semelhante no Atlântico fora percebida como uma das causas da Primeira Guerra Mundial. Ademais, se garantia a integridade territorial da China, de modo a conter a expansão japonesa e evitando disputas imperialistas na região (SCHULZINGER, 2002; KERSHAW, 2008; PIKE, 2010). Ademais, foi referendada a equiparação da Marinha estadunidense com a britânica, uma vez que a marinha dos EUA havia passado, desde o final da guerra, por um acelerado ritmo da construção naval promovido pelo então Secretário da Marinha, Franklin Delano Roosevelt (BUCHANAN, 2009).

Ao longo da década de 1920, a URSS permaneceu mais focada em tarefas de reconstrução e reorganização interna, a despeito da paranoia anticomunista no resto do continente. Após as experiências das milícias dos Guardas Vermelhos e outras forças voluntárias, o Partido Bolchevique adotou a conscrição para conter as ameaças da guerra civil e a invasão da coalizão antirrevolucionária. Ao terminar a guerra, o Exército contava com 5 milhões de homens, dos quais apenas um décimo exercia funções de combate, enquanto o resto se empenhava em funções auxiliares, de apoio logístico e administrativas (ZIEMKE, 2009; MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Em 1924, uma reforma estabeleceu uma formação híbrida, composta por um contingente de conscritos com tempo de serviço

³⁷ A partir do final da Primeira Guerra, desenvolveu-se nos meios militares uma tensão entre os militaristas que se voltavam contra os social democratas por conta do que percebiam com uma traição contra o governo militar ao final da guerra e os militares profissionais, típicos da tradição prussiana. Os primeiros tinham como principal expoente o próprio Hindenburg, que chegou a se tornar presidente da República em 1925 (HUNTINGTON, 1996).

de dois anos e uma força regular que servia por cinco anos, totalizando 1 milhão de soldados; número que, em tempos de guerra, poderia ser decuplicado (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

4.1.1 O retorno do padrão-ouro, a ascensão do fordismo e a crise de 1929

Esta breve seção tratará da tentativa de restauração do padrão-ouro, a instituição máxima do pré-guerra, e as consequências desse processo. No fim do século XIX, o protecionismo havia sido disseminado e as economias haviam se tornado aut centradas; não haviam, contudo, abalado a crença no padrão-ouro. Com a suspensão da ordem anterior pela guerra, cabia agora restaurá-la. Dessa maneira, compreende-se a diferença entre os Estados individualmente adotarem, no âmbito das unidades, mudanças nos seus arranjos institucionais, e se processar uma mudança no modo de regulação do capitalismo a nível sistêmico. O primeiro processo havia se iniciado há tempos; o segundo só se consolidaria após a Segunda Guerra Mundial.

Ao fim da guerra, as reservas de ouro do Reino Unido eram maiores do que antes do conflito e sua posse de direitos a rendas externas era considerável, ainda que menor do que antes da guerra. Parecia razoável, assim, retornar ao padrão-ouro com sua paridade do pré-guerra (ARRIGHI, 1994, p. 279). Apesar das condições econômicas do Reino Unido que justificassem isso, deve-se compreender o papel das instituições e dogmas liberais herdados do pré-guerra na reconstrução deste sistema. De fato, praticamente todos os governos ocidentais, apesar das ideologias seguidas, retomaram o padrão-ouro e apoiaram Londres nesse intento (ARRIGHI, 1994). Polanyi (2012), ao demonstrar a centralidade da instituição do padrão-ouro na ordem liberal do século XIX, ressalta a determinação com que os mais variados estadistas e intelectuais se agarravam a este, que se tornara o único pilar de sustentação da ordem anterior na década de 1920³⁸.

O apoio à restauração do sistema monetário anterior foi aplicado por governos tão distintos quanto os Estados Unidos de Wilson e Hoover, o Reino Unido (em governos liberais, conservadores e trabalhistas), a França, a Alemanha da República de Weimar

³⁸ “A crença no padrão-ouro se tornou a religião daquele tempo. Onde Ricardo e Marx tinham a mesma opinião, o século XIX não conheceu a dúvida. Bismarck e Lassalle, John Stuart Mill e Henry George, Philip Snowden e Calvin Coolidge, Mises e Trotski aceitaram igualmente esta fé. [...] Seria difícil encontrar qualquer divergência a esse respeito entre os pronunciamentos de Hoover e Lenin, Churchill e Mussolini. Na verdade, a essencialidade do padrão-ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais” (POLANYI, 2012, pp. 26-27).

governada pelo Partido Social Democrata, bem como a Itália de Mussolini (ARRIGHI, 1994; POLANYI, 2012). Mesmo na União Soviética, os bolcheviques restauraram o valor da sua moeda em termos de ouro e implementaram a Nova Política Econômica (NEP), que se utilizava de mecanismos de mercado para retomar o crescimento e dismantelar o “comunismo de guerra” que exaurira a economia do país para o esforço de guerra (RIBEIRO; VISENTINI, 2013; MCNEILL, 1982b).³⁹

O fato é que os Estados Unidos participaram ativamente desse processo de restauração da ordem econômica anterior liderada pelo capital financeiro britânico (ARRIGHI, 1994; POLANYI, 2012). Os EUA, todavia, ainda não eram capazes de gerenciar o sistema monetário internacional, a despeito de o dólar ter se convertido em uma moeda internacional, de tanto peso na “produção e regulação do dinheiro mundial” quanto a libra esterlina, sem, contudo, substituí-la (ARRIGHI, 1994, p. 279).⁴⁰

A principal razão para isso é a relação íntima desenvolvida entre as elites financeiras e indústrias estadunidenses com os banqueiros britânicos, dentro da ordem construída pelas últimas. O *Federal Reserve System* havia sido criado em 1913 sob os auspícios da casa dos Rothschild, representantes máximos das altas finanças britânicas, que desempenhavam um papel ativo na diplomacia europeia do século XIX (POLANYI, 2012; BUENO, 2009). Esse pacto de elites transatlântico teve papel essencial na tentativa de constituição do sistema monetário sob liderança britânica, bem como da diplomacia que lhe deu apoio (ARRIGHI, 1994, p. 279–80; BUENO, 2009; POLANYI, 2012). Esse foi o componente econômico e de interesse de classes que torna possível compreender o caráter inerentemente conservador da década de 1920 (POLANYI, 2012).

Foi necessária uma combinação de medidas deflacionárias e amplo uso de protecionismo para se restaurar a normalidade monetária, garantia *sine qua non* do padrão-

³⁹ A NEP foi lançada por Lenin em 1921, nas fases finais da guerra civil, como uma tentativa de estimular a economia russa em meio à profunda recessão econômica em que esta se encontrava, causada pelos anos de guerra e pela exaustão do campesinato russo ao comunismo de guerra. A moeda e o sistema bancário estatal foram reintroduzidos, bem como o trabalho assalariado, a privatização de pequenas empresas e o incentivo à investimentos diretos estrangeiros por meio de empresas mistas (RIBEIRO; VISENTINI, 2013).

⁴⁰ Antes da guerra, o Reino Unido acreditava que seus IED garantiriam uma provisão de capital suficiente para manter o país durante a guerra quando esta eclodisse, além de que os EUA poderiam lhes fornecer os suprimentos para travar a guerra. Quando começou a guerra, contudo, a demanda inglesa de armamentos, máquinas e equipamentos foi consideravelmente superior às projeções de 1905, sendo que grande parte do necessário só poderia ser produzido pelos Estados Unidos. Para pagar por isso, os ativos britânicos nos EUA foram liquidados, e estes é que passaram a emprestar para a Inglaterra e a França. Desse modo, O fim da guerra havia tornado sua balança comercial novamente superavitária, após os empréstimos significativos feitos aos países aliados, mas agora também possuíam ativos externos de modo que o excedente da balança comercial se converteu em excedente líquido na conta corrente (ARRIGHI, 1994, p. 278-279).

ouro⁴¹. Para tanto, lançou-se mão de mecanismos regulatórios e protecionistas, que tiveram como resultado o estrangulamento do livre-comércio, outro pilar importante da ordem liberal⁴² (ARRIGHI, 1994, p. 281–282). Desse modo, o Reino Unido conseguiu, em 1925, restaurar o padrão-ouro, através da combinação da diminuição dos níveis de comércio e das medidas deflacionárias (POLANYI, 2012). O custo deste processo, contudo, foi uma profunda recessão econômica no continente inteiro (LANDES 2005).

O fundamental aqui não é ressaltar os efeitos negativos de curto prazo sobre o desemprego ou a estabilidade econômica advindos de uma imposição do padrão-ouro. Essas consequências já se haviam manifestado no século XIX, especialmente durante a crise de 1873 (POLANYI, 2012). O que é essencial, e que diferenciava a década de 1920 deste período anterior, era a passagem do fordismo de modo de organização do trabalho para um regime de acumulação (LIMONCIC, 2009). No que se refere a isso, deve ser destacada a mudança substancial no caráter da indústria provocada pelo advento dos métodos fordistas de produção em massa.

A ascensão do fordismo se deu através da reorganização do trabalho, promovendo um substancial aumento da produtividade da mão de obra em setores produtores de bens de consumo duráveis — principalmente o automobilístico — que se tornaram os mais dinâmicos da economia. Sendo assim, desenvolveu-se nos Estados Unidos o primeiro mercado de consumo de massas. Para que o consumo crescesse, contudo, de modo a haver demanda para o desenvolvimento de um mercado de consumo de massas, seria fundamental que os salários crescessem em determinada proporção, de modo a acompanhar os aumentos na produtividade (LIMONCIC, 2009).

⁴¹ Como colocado por Landes (2005), um dos problemas principais em se efetivar o retorno ao padrão-ouro era que a conjuntura em que este sistema monetário fora gerado havia acabado: o “equilíbrio multilateral de contas internacionais que permitia a liquidações de débitos dentro de uma faixa muito estreita de flutuações cambiais” (LANDES, 2005, p. 385). A guerra havia tido um caráter altamente inflacionário, e, mais importante, de grande disparidade nas taxas de inflação, tornando os valores reais das moedas bastante díspares entre si. Se durante a guerra as cotas de mercado, os tetos de preço e os racionamentos haviam se encarregado de comprimir os preços, o final da guerra tendia a fazê-los disparar novamente (LANDES, 2005). Os casos mais graves de descontrole inflacionário se deram na Áustria, na Hungria, na Polônia, na Rússia e na Alemanha. Na Inglaterra e na França o processo de controle da inflação foi relativamente mais estável, pelo fato de ter tido poucos danos ao território nacional, no primeiro caso, e pelo fato das indenizações alemãs terem financiado parte da reconstrução, no segundo (LANDES, 2005).

⁴² O caso do Reino Unido, neste quesito, é emblemático: em 1915, estabeleceu a tarifa sobre importações McKenna, que foi mantida ao final da guerra. Em 1919, foi garantida a preferência comercial para países que fizessem parte do Império e, em 1921, a Lei de Salvaguardas de Indústrias taxou em 33,33% do valor dos bens de indústrias consideradas de importância para a defesa nacional. Destaca-se o fato de que o Estado propulsor do retorno à ordem liberal era o mesmo que estabeleceu estes mecanismos protecionistas, de modo que, como colocou Landes (2005, p. 384) “o retorno da Grã-Bretanha ao protecionismo privou o mundo do maior porto livre que ele jamais conhecera”.

O fato é que, por conta da manutenção dos mecanismos de contratação individual do trabalho, que impediam a sindicalização e a negociação coletiva dos salários, esse aumento da produtividade não era acompanhado de aumentos salariais substantivos (LIMONCIC, 2009). Apesar da euforia da classe média com o consumo crescente de eletrodomésticos, automóveis e outros bens, os baixos salários resultaram em um aumento veloz na concentração de renda (VISENTINI, 2014).

O resultado era a diminuição dos níveis de crescimento da demanda agregada, levando a uma perda de dinamicidade dos setores automobilístico, têxtil, entre outros. Este processo fazia com que, apesar de ainda haver potencial significativo de expansão da economia, os investimentos direcionados às novas tecnologias e processos produtivos da Segunda Revolução Industrial configurassem uma situação de superinvestimento, e a farta disponibilidade de liquidez resultou em um movimento especulativo de capitais (BUENO, 2009)⁴³.

A esta crise de superinvestimento, portanto, sobreveio-se uma crise especulativa (BUENO, 2009). Como parte do estímulo e apoio dos Estados Unidos no seu intento de reestabelecer o padrão-ouro, o FED manteve as taxas de juro baixas, de modo a desestimular movimentações de capital de Londres para Nova York (POLANYI, 2012, p. 27). Devido a essa política monetária expansionista ao longo da década, vastas quantidades de dólares fluíram dos EUA para a Europa em empréstimos de curto prazo, que elevavam suas taxas de juro de modo a atrair os investimentos para fins de reconstrução ou para fechar as suas balanças de pagamentos (KENNEDY, 1989, p. 282). O resultado foi uma difusão cada vez mais acelerada de movimentações de capital especulativo (ARRIGHI, 1994, p. 282).

Com o uso de dinheiro de curto prazo para fins de longo prazo, em economias vivenciando uma estagnação comercial e produtiva, que, portanto, fazia com que novas dívidas tivessem que ser contraídas para se pagar pelas antigas, o sistema começou a colapsar, resultando no *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929 (KENNEDY, 1989; BUENO, 2009; POLANYI, 2012; ARRIGHI, 1994).⁴⁴ Este gerou uma suspensão dos

⁴³ “Nesse período, há uma rápida difusão das tecnologias incipientes através de um investimento especulativo nas novas infraestruturas necessárias. O capital financeiro abundante permite que a infraestrutura do paradigma seja construída em escala inimaginável em termos econômicos ‘racionais’, pois a lógica criada pressupõe que estes investimentos continuarão a valorizar indefinidamente” (BUENO, 2009, p. 20).

⁴⁴ As dívidas dos países credores com os EUA aumentaram, gerando profundos desequilíbrios nos balanços de pagamento mundiais, e acumulando nos EUA acumularam ativos em moeda estrangeira em quantidades que chegaram a mais de US\$ 8 bilhões em 1929. Um boom doméstico na economia americana em 1928 fez com que as taxas de juros se elevassem, de modo a conter a espiral especulativa, fazendo

empréstimos dos EUA e fugas de capitais, levando os países europeus a protegerem suas moedas através de desvalorizações ou da implementação de controles de câmbio (ARRIGHI, 1994).

4.2 A “revolução mundial” e a diversificação institucional e de perfis de força

A crise iniciada em 1929 teve consequências até então sem precedentes, em termos econômicos e sociais: inúmeras moedas nacionais perderam seu valor, houve fugas de capital e os níveis de desemprego chegaram a taxas bastante elevadas. O esforço coletivo dos Estados em estabilizar suas moedas resultara num fracasso estrondoso, e, como disse Polanyi (2012, p. 29), “nos países que mais sofreram durante a prolongada luta pelo inatingível, forças titânicas se desprenderam como reação”.

Com o fim da conversibilidade da libra esterlina com o ouro, em 1931, instaurou-se uma “revolução mundial”, que abriu o caminho para o desenvolvimento de modos de gestão do Estado e da guerra inteiramente novos, fazendo com que as relações entre o Estado, a economia e a sociedade fossem redesenhadas (POLANYI, 2012, p. 283). As experiências desenvolvidas na Primeira Guerra Mundial, abortadas após o seu fim, agora serviram como exemplo para governos e regimes políticos tão distintos quanto o New Deal, os planos quinquenais soviéticos, o fascismo e o nazismo (GIDDENS, 2001).

O protecionismo se disseminou e a competição interestatal se intensificou; uma vez que haviam colapsado os interesses e mecanismos de garantia da manutenção da ordem conservadora e da paz, o interesse por esta última se tornava secundário (POLANYI, 2012). Como antes, o processo de industrialização da guerra ensejou a adoção de políticas protecionistas e altamente intervencionistas por parte dos Estados. No final do século XIX, a fase inicial de industrialização da guerra, que girava em torno dos métodos de produção do Sistema Americano de Manufaturas, da siderurgia e da energia a vapor, fizera com que os Estados lançassem mão de meios protecionistas para adquirirem este tipo de capacidade industrial (CHANG, 2002). Na década de 1930, em um estágio mais adiantado da industrialização da guerra, demonstrado na Primeira Guerra Mundial, fez com que uma maior intervenção estatal surgisse como resposta ao desafio posto pela produção em série, pela siderurgia, e pelo motor à combustão, entre outros (MARTINS, 2013). Na ausência de um modo de regulação em nível sistêmico que impusesse alguma forma de restrição ou

com que os investimentos se desviassem da esfera produtiva em direção a empréstimos na bolsa, na área financeira (KENNEDY, 1989; BUENO, 2009).

constrangimento, como até então fora o modo de regulação concorrencial, surgiram diversas variações institucionais no âmbito dos Estados.

Nosso objetivo aqui é compreender a relação dos diferentes modos de gestão do Estado e da guerra com seus respectivos perfis de força. Para fazê-lo, agruparemos as potências da época em torno de três grupos principais. O primeiro era composto pelas potências do status quo, i.e., França e Reino Unido, que foram os que mais demoraram a implementar transformações mais significativas como resposta à crise. Foram, assim, alguns dos mais afetados por ela. O segundo é composto por Estados Unidos e União Soviética. Ambos se caracterizam como Estados de grande proporção continental e que estavam conduzindo um acelerado processo de modernização econômica e, com horizontes temporais distintos, de rearmamento.

Por fim, elaborou-se uma coalizão de potências “reacionárias” proponentes de ideologias totalitárias que propugnavam um modelo militarista, alimentado em muito pelo medo da URSS, tanto pela ameaça doméstica (medo da revolução) quanto pelo obstáculo que esta colocava em sua expansão territorial (ARRIGHI, 1994; VISENTINI, 2014). Esses Estados — nominalmente, Alemanha, Japão e Itália — conduziram acelerados processos de rearmamento em massa, dando início a uma nova corrida armamentista. A União Soviética, embora com um sistema de planejamento mais planejado, também passou a empregar métodos de economia de guerra para construir capacidades voltadas à defesa nacional (GIDDENS, 2001). Embora a França, os Estados Unidos e o Reino Unido tenham se demorado mais a empreender processos de rearmamento, e desenvolvido uma diplomacia de apaziguamento para evitar a guerra, o fizeram conforme foram forçados pelas circunstâncias (KENNEDY, 1989). A Tabela 1 apresenta um panorama da evolução dos gastos militares das Grandes Potências ao longo da década de 1930.

Tabela 1 — Gastos em Defesa das Grandes Potências em milhões de dólares (1930-1938)

	Japão	Itália	Alemanha	URSS	Inglaterra	França	EUA
1930	218	266	162	722	512	498	699
1933	183	351	452	707	333	524	570
1934	292	455	709	3479	540	707	803
1935	300	966	1607	5517	646	867	806
1936	313	1149	2933	2933	892	995	932
1937	940	1235	3446	3446	1245	890	1032
1938	1740	746	5429	5429	1863	919	1131

Fonte: Kennedy (1989).

Devido ao estágio da disseminação do fordismo, mais do que nunca o esforço de guerra se tornava subordinado às capacidades industriais e tecnológicas do Estado. Este

período de rearmamento, como o anterior à Primeira Guerra, foi acompanhado por um aumento na velocidade do progresso técnico. Contudo, devido à maior integração da ciência e da tecnologia com o esforço dirigido para o rearmamento, a velocidade com que novos sistemas de armas eram desenvolvidos e com que outros sistemas ficavam obsoletos se acelerou enormemente (KENEDY, 1989; GIDDENS, 2001). Aeronaves, tanques, submarinos e vasos de superfície começaram a ser alterados a partir da introdução de radares, rádio e sistemas de detecção. Desse modo, era colocado um dilema acerca da modernização equipamento militar dos Estados: rearmar-se muito rapidamente e em grande quantidade, arriscando-se a ter um arsenal obsoleto em pouco tempo, ou se demorar no processo de aquisição e não ter as capacidades necessárias quando fosse necessário (KENEDY, 1989; MCNEILL, 1982b).

O caso da Itália fascista demonstrou as consequências de seguir a primeira opção. Embora tenha construído uma grande frota submarina e de superfície no início da década, poucos anos depois esta já era bastante obsoleta. Adicionalmente, as campanhas conduzidas na Abissínia e na Guerra Civil Espanhola durante a década de 1930 produziram aumento substantivo nos gastos militares sem um aumento proporcional nas aquisições de armamentos, de modo que a Itália gastava uma proporção do PIB maior que a de todas as potências da época, à exceção da URSS, e, todavia, mantendo-se bastante atrasada em termos de modernização da indústria bélica (KENEDY, 1989, p. 296).

A necessidade de expansão territorial por parte dos Estados fascistas e autoritários era parte do processo de construção do que Martins (2013) chamou de Estado-região, e se refletiu na estruturação das Forças Armadas destes Estados através da adoção de doutrinas ofensivas, que visavam a uma conquista territorial rápida com baixos custos humanos e materiais. Os processos acelerados de rearmamento e modernização militar empreendidos na Itália, no Japão e na Alemanha, portanto, obedeceram a esse pensamento estratégico expansionista. O objetivo final, em termos de grande estratégia, seria o estabelecimento do *lebensraum* alemão, o *tairiku* nipônico e o *mare nostrum* italiano (ARRIGHI, 1994).

A razão para tanto reside na obtenção de economias de escala, que se configurava como condição para uma inserção bem sucedida na Segunda Revolução Industrial. Formar uma indústria nacional, e introspectiva, exigia obter uma integração continental, como possuída pelos Estados Unidos ou a URSS, de modo a integrar toda a cadeia de extração de matéria-prima, a indústria de transformação em um mercado doméstico integrado (MARTINS, 2013).

A emulação do regime de fordista de acumulação, portanto, teve como consequência externa a busca pela construção de um Estado-região, de proporções continentais. Já no plano interno, a busca por reproduzir a organização fordista do trabalho tem como resultado o caráter corporativo e fascista do regime político, uma vez que o Estado aumenta o aparato repressor às últimas consequências para evitar o rompimento do contrato social com a revolução. Gramsci (2008), observando o início do movimento corporativista italiano, nota que este era uma tentativa de emulação do fordismo em seu sentido de racionalização do trabalho e de organização do capitalismo. De modo a atingir estes objetivos, ocorreram, nesses Estados, “revoluções pelo alto”, que estabeleceram governos de caráter autoritário e corporativo, que empreenderam uma reorganização do capitalismo de modo que se mantivesse a propriedade privada das classes apoiadoras do regime (VISENTINI, 2012; MOORE JR, 1983).

Estes tinham na União Soviética seu principal rival, tanto pelo medo da revolução quanto pelo obstáculo físico que esta impunha a suas expansões territoriais. A maneira pela qual conduziram esta expansão, contudo, fez com que enfrentassem primeiramente as potências conservadoras, defensoras do status quo (RIBEIRO; VISENTINI, 2013; POLANYI, 2012). O amplo esforço de rearmamento conduzido por estes, contudo, incorreu em um excessivo direcionamento dos recursos existentes à indústria bélica, gerando um problema de escassez de matérias-primas e insumos industriais. A escassez crônica de matérias-primas necessárias para a indústria e para os novos sistemas de armas associados a ela, i.e., cobre, bauxita, níquel, petróleo e borracha, mostrou-se um problema comum aos Estados do Eixo, e figura como uma das razões pela qual a expansão territorial se tornou fundamental para a estratégia destes (MARTINS, 2013).

De fato, a própria Segunda Guerra Mundial foi, em grande medida, a unificação de dois teatros de guerra, oriundos de conflitos locais separados. A lógica expansiva levou Japão e Alemanha a, cada vez mais, avançarem contra territórios que consideravam fundamentais para o esforço de guerra, entrando assim em choque com as potências do status quo (MARTINS, 2013; PAINE, 2012).

Uma diferença precisa ser estabelecida entre os casos asiático e europeu de Estado reacionário e autoritário. Embora no Japão a guinada fascista após a década de 1930 tenha sido empreendida pelos militares, associados às antigas classes samurais e ligados a uma tradição militarista e a um projeto de engrandecimento nacional, na Alemanha e na Itália não foram elites militares que promoveram a militarização da sociedade, e sim grupos civis (MOORE JR, 1983; PAINE, 2012). Os “militaristas civis” tiveram que primeiro subverter

e ocupar os Estados-Maiores e Comandos das Forças Armadas, além de apelar para o racismo, a glorificação do passado e o revanchismo para mobilizar as populações e aparatos estatais para seus fins (MJØSET; VAN HOLDE, 2002). Desse modo, empregaram métodos de economia de guerra para organizar a sociedade em tempos de paz. No caso alemão, em particular, Huntington ressaltou a maneira pela qual o Partido Nazista solapou as hierarquias e cadeias de comando das Forças Armadas, promovendo uma ampla substituição dos oficiais profissionais por seus quadros (HUNTINGTON, 1996).

Nas subseções que se seguem, observaremos brevemente as inovações institucionais que se desenvolveram a partir de suas mudanças no perfil de forças, bem como a corrida armamentista que teve como conclusão a Segunda Guerra Mundial. Para os propósitos deste trabalho, delimitaremos a análise aos casos que promoveram modificações mais profundas no modo de gestão do Estado e da guerra: Alemanha, Japão, União Soviética e Estados Unidos.

4.2.1 A ascensão do nazismo e o rearmamento da Alemanha

Em 1935, Hitler denunciou as regras do Tratado e reinstituuiu a conscrição, fazendo o Exército se expandir de uma força de sete para 36 divisões (LANDES, 2005, p. 430; KENNEDY, 1989). Três anos mais tarde, o número já alcançava 42 divisões ativas, oito de reservistas e mais 21 de milicianos da reinstituída *Landwehr*, e o orçamento militar era da ordem de 52% dos gastos do governo, correspondendo a 17% do Produto Nacional Bruto (PNB) (KENNEDY, 1989). No ano seguinte, quando da invasão da Polônia e do início da guerra, a ordem de batalha alemã contava com 103 divisões no total (KENNEDY, 1989). A força aérea (*Luftwaffe*) e a Marinha, além de regimentos de tanques, cuja própria existência fora prescrita pelo Tratado, tiveram um crescimento substantivo também (KENNEDY, 1989).

Além do mais, foram criadas duas Forças paralelas, além do Exército regular (HUNTINGTON, 1996). O primeiro foi a *Waffen-SS*, uma força criada a partir de paramilitares nazistas, que integrava o Partido Nacional-Socialista, e que chegou a atingir o número de 22 divisões. A outra foi a própria *Luftwaffe*, a Força Aérea comandada por Göring e criada em 1935, que na prática era independente da cadeia normal de comando. Além do mais, construiu 20 “divisões de campanha” para luta terrestre, na prática montando mais um Exército paralelo (HUNTINGTON, 1996).

O tradicional Estado-Maior Geral do Exército, criado durante as reformas de Gneisenau e Scharnhorst, também começou a ter sua autoridade minada quando foi estabelecido um Alto-Comando da *Wehrmacht*. Posteriormente, em 1943, seriam criados os cargos de oficiais de doutrinação política, com uma cadeia de comando paralela à do oficialato. Desse modo, se estabelecia uma série de cadeias paralelas de comando e controle, tornando a condução dos assuntos militares, na prática, mais centralizada na pessoa de Hitler (HUNTINGTON, 1996).

Utilizando-se de experiências da primeira guerra mundial, implementada pelos “militaristas militares” como Luddendorf e Hindenburg, o Plano Quadrienal nazista de 1936 colocava trabalhadores da indústria civil sob regulação e disciplina militar (KENNEDY, 1989). A expansão deste processo, em 1938 e 1939, virtualmente aboliu o mercado privado de mão de obra, colocando-o diretamente sob controle do Estado (LANDES, 2005).

No curto prazo, dado o amplo subemprego e desemprego, o processo de acelerada modernização e reconstrução das Forças Armadas servia como um estímulo keynesiano para o crescimento da economia: os programas de construção de obras públicas, o aumento de oferta de emprego no complexo militar-industrial e a conscrição em si reduziram as taxas de desemprego quase que por completo (KENNEDY, 1989; LANDES, 2005). Contudo, no médio e no longo prazo, provocou uma série de desequilíbrios na economia. A despeito das melhoras substantivas dos índices econômicos, do incentivo à inovação tecnológica e à produção de armamentos, o fato é que a mobilização e o direcionamento dos recursos eram bastante ineficientes⁴⁵ (LANDES, 2005).

Como Overy (1982) demonstrou, a grande estratégia alemã estava baseada em duas fases. A primeira consistiria na consolidação de um núcleo militar e econômico para o Reich, englobando a Áustria, a Tchecoslováquia e a Polônia, a serem conquistadas com uma doutrina de *Blitzkrieg*, que resultaria em guerras limitadas de conquista. Um segundo

⁴⁵ A principal razão para isso é que a economia alemã, embora vivenciasse uma forte intervenção estatal nos mais diversos âmbitos, não era planejada centralmente, com alocação de prioridades entre Forças Armadas ou mesmo entre os setores da economia. Estes diferentes órgãos disputavam recursos e executavam metas próprias. De acordo com Landes (2005), dois fatores se destacam neste processo. Primeiramente, havia um elemento de não racionalidade na condução da política econômica alemã, uma vez que as metas principais eram frequentemente movidas por objetivos megalomaníacos e pouco objetivos. Em segundo lugar, a economia continuava sob controle da iniciativa privada. As expropriações e intervenções conduzidas pelo governo haviam tido resultados muito positivos para o grande empresariado, que se beneficiava da eliminação da concorrência judaica e das pequenas e médias empresas, especialmente as de caráter artesanal. Beneficiava-se quem possuía contatos e ligações com o governo (LANDES, 2005). Isto demonstra, portanto, que a extrema burocratização conduzida pela Alemanha nazista, portanto, não se refletia necessariamente em maior capacidade de planejamento ou subordinação das capacidades materiais aos fins do regime.

estágio corresponderia a uma guerra de maiores proporções contra as demais grandes potências (França, Reino Unido, Estados Unidos e URSS). O padrão de produção bélica e de construção de capacidades autárquicas, como a intensiva pesquisa de bens de substituição (*ersatz*), indicava uma preparação para uma guerra prolongada deste porte. Além do mais, os planos de modernização da *Luftwaffe* e da Marinha eram planejados para se completarem somente em torno de 1942 ou depois. O fato é que não se esperava que a invasão da Polônia fosse dar início ao conflito com a França e o Reino Unido, mas que, uma vez que isso ocorreu, foi necessário lhe dar seguimento (OVERY, 1982)⁴⁶.

Em termos de doutrina, ocorreu um aprendizado contraditório a partir da experiência da Primeira Guerra Mundial. Passaram a coexistir, no oficialato alemão, prussianos conservadores que defendiam um aumento quantitativo nas divisões tradicionais de artilharia e infantaria, e um grupo de oficiais inovadores e radicais, defensores da adoção de uma estratégia baseada na alta mobilidade e mecanização. Estes, entre os quais se destacavam Erich Rommel e Heinz Guderian, propugnavam a o desenvolvimento e aquisição de material bélico que permitisse maior mobilidade (BLUMENSON, 2001; MACKSEY, 2001).

Pela natureza do regime, em que cada corporação disputava recursos e projetos sem uma coordenação vertical mais centralizada, resultou que a natureza das Forças Armadas alemãs expressou essa contradição de projetos diferentes em sua composição: possuía tanto um vasto número de divisões de mobilidade reduzida, em que se utilizavam ainda tração animal, em alguns casos, quanto certo número de divisões de alta mecanização e grande mobilidade. Em conjunção com a *Luftwaffe*⁴⁷, estes produziram um perfil de força voltado para uma estratégia de *blitzkrieg*, de caráter altamente ofensivo (KENNEDY, 2013).

Este era composto por três tipos de unidades fundamentais: (i) unidades *Panzer* independentes; (ii) unidades de infantaria (quando possível, motorizada) altamente treinadas e de alta mobilidade, que serviam como força de apoio aos *Panzer* e; (iii) força aérea responsável pelo fogo aéreo aproximado, utilizando-se de bombardeios de mergulho,

⁴⁶ Esta estratégia de dois estágios explica o padrão contraditório que emerge de uma observação da condução do processo de rearmamento e da mobilização da indústria alemã como um todo desde 1933. Como já vimos, foi estabelecido um amplo processo de mobilização e intervenção estatal na economia voltada a (i) construir capacidades industriais autárquicas, como bens *ersatz* (sintéticos de borracha e petróleo); (ii) reconstruir capacidades militares da aeronáutica e da marinha no longo prazo; (iii) maximização de poder militar de capacidades específicas para missões de *blitzkrieg* (HARRISON, 1988).

⁴⁷ Apesar da grande capacidade operacional em apoiar operações terrestres e do desenvolvimento de bombardeiros de médio alcance, não foi constituída uma unidade estratégica autônoma, como os comandos de bombardeiros anglo-americanos, muito por conta da alocação de prioridades, no curto prazo, para a conquista territorial e o papel de fogo aéreo aproximado a ser desempenhado na *blitzkrieg* (KENNEDY, 2013).

como os *Junkers 87 Stuka*. Estas unidades desenvolveram uma doutrina operacional ousada e agressiva, com uma interoperabilidade entre a força aérea e a terrestre só possível graças ao uso do rádio (VAN CREVELD; CANBY; BROWNER, 1994; KENNEDY, 2013).

O esquema básico consistia em um avanço das unidades de tanques, que abriam brechas na defesa do inimigo, abrindo caminho para a infantaria que se deslocava rapidamente enquanto a força aérea fazia fogo aéreo aproximado, minando as cadeias de controle, comando e comunicações do adversário, que era cercado pelas forças terrestres em bolsões, enquanto o avanço prosseguia (VAN CREVELD; CANBY; BROWNER, 1994; KENNEDY, 2013). Não raro, utilizava-se a rápida movimentação no campo de batalha para recuar e se reagrupar, atacando novamente em um ponto de surpresa ou de maior fragilidade. Essa doutrina ofensiva tinha como objetivo, em última instância, promover ataques de pinça, envolvendo o adversário. Era uma versão moderna e mecanizada das doutrinas ofensivas do Estado-Maior Prussiano de antes da Primeira Guerra Mundial, que, de fato, teve bastante sucesso ao enfrentar nações menores e menos industrializadas, e mesmo uma França mal preparada para a guerra (KENNEDY, 2013).

4.2.2 O fascismo militar japonês e o expansionismo na Ásia

No Japão, o radicalismo militarista e nacionalista encontrou terreno fértil para se desenvolver quando os efeitos da crise de 1929 aumentaram as taxas de desemprego, colocando fim a um período democrático de ocidentalização e crescimento econômico, denominado Democracia Taisho (1918–1927) (PIKE, 2010). A introdução de uma economia de guerra no Japão obedeceu a uma lógica semelhante à da Alemanha, mas teve início antes por conta do país ter saído da Primeira Guerra Mundial mais fortalecido, e, portanto, não necessitando efetuar uma reconstrução da economia e das Forças Armadas tão profunda. No entanto, a indústria bélica foi responsável por liderar o crescimento substancial experimentado pela indústria pesada, que cresceu em 500% ao longo da década (GIDDENS, 2001). Por conta de seu caráter insular, e da grande ausência de matérias-primas, ainda mais aguda que os casos italiano e alemão, o país logo se lançou na busca pelo estabelecimento de um Estado-Região (PAINE, 2012; PIKE, 2010).

Como referido anteriormente, no Japão, foram os estratos militares que conduziram a transição para um regime autoritário. Alguns dos defensores da linha mais radical pertenciam ao Exército de Kwantung, que guardava os territórios japoneses na Manchúria,

conquistados após a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e a Guerra Russo-Japonesa, de 1905 (KERSHAW, 2008, p. 131). Em 1931, este grupo iniciou uma ocupação não oficial da Manchúria pelo Exército, por conta dos recursos naturais existentes na área (PAINE, 2012).

Mesmo não sendo ordenada pelo governo de Tóquio, a invasão foi aceita pelo governo, demonstrando a falta de controle que o Estado-Maior detinha sobre alguns setores do Exército e da crescente influência das decisões destes no delineamento da política externa japonesa (KERSHAW, 2008, p. 131). A região foi transformada em um Estado-fantoches, recebendo investimentos substanciais por parte do Japão, convertendo-se em um centro industrial e extrativo de grande porte. Essa expansão prosseguiria para o restante da China em 1937, o que colocou o Japão em uma prolongada guerra de atrito contra um inimigo que conduzia operações regulares e irregulares (PAINE, 2012).

A guerra prolongada levou a uma sobrecarga dos recursos japoneses. Cerca de 40% do total de suas tropas (em torno de 700 mil) encontrava-se lutando em solo chinês, com baixas estimadas em cerca de 70 mil soldados mortos ainda em 1937 (KERSHAW, 2008, p. 137; KENNEDY, 1989). Os esforços foram intensificados, e se adotou uma estratégia de destruição maciça, baseada no uso irrestrito da violência contra a população civil (PAINE, 2012).

O avanço sobre o Sudeste Asiático garantiria novas fontes de recursos naturais e matérias-primas, além do corte da linha de suprimentos para o Exército Nacionalista chinês através da Birmânia. Em 1940, com a ocupação de vários países europeus pela Alemanha Nazista, o Japão assinou o Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, tornando-se aliado destas, vendo assim uma oportunidade de lançar uma ofensiva para ocupar as colônias europeias na região (KERSHAW, 2008). No ano seguinte, lançou uma vasta ofensiva naval, ocupando as colônias britânicas, holandesas e norte-americanas no Sudeste Asiático, ao mesmo tempo em que atacava de surpresa a base americana de Pearl Harbor, dando início ao envolvimento estadunidense na Segunda Guerra Mundial (PAINE, 2012). Uma ofensiva bastante veloz colocou a Indochina Francesa, a Malásia e a Singapura britânicas, a Indonésia Holandesa e as Filipinas, colônia dos Estados Unidos (PIKE, 2010).

O fato é que, em termos de doutrina e mesmo de planejamento estratégico e operacional, havia uma bipolarização profunda entre o Exército e a Marinha japoneses (KENNEDY, 1989)⁴⁸. Enquanto o primeiro se voltava para o continente, tendo como

⁴⁸ Essa disputa, entre outras imensas limitações, impossibilitou o desenvolvimento de uma doutrina em que o poder aéreo tivesse caráter estratégico (KENNEDY, 2013).

adversários prioritários a China e a URSS, a Marinha acreditava que seria necessário travar um conflito naval contra as potências ocidentais. Em termos de doutrina, isso se refletiu em um Exército japonês com um baixo nível de mecanização, uma vez que o terreno acidentado e as frágeis pontes de madeira da China e do Japão não eram adequados para o uso de tanques (KENNEDY, 1989; KENNEDY, 2013). Sua força, assim, residia no amplo contingente de conscritos altamente disciplinados e motivados por um nacionalismo fervoroso e uma cultura belicista (KENNEDY, 1989).

A Marinha desenvolveu um perfil de forças adequado a uma doutrina operacional voltada à ofensiva no sudeste asiático (PEATTIE, 2011). A aviação naval japonesa foi de longe a mais bem desenvolvida até o início da guerra (KENNEDY, 1989). A ideia era utilizar a projeção da aviação a partir de porta-aviões e de bases terrestres, de modo a conduzir operações combinadas com os vasos de superfície em operações anfíbias e aeronavais. Nesse quesito, foram desenvolvidos torpedos (os mais avançados utilizados na guerra) disparados a partir de bombardeios de mergulho (PEATTIE, 2011).

A aviação naval, conjugada com o uso dos torpedos, teve resultados tão positivos nos embates contra as forças navais das potências ocidentais no Mar do Sul da China, que passaram a dominar o planejamento operacional nipônico. A ideia de projeção naval foi abandonada, em detrimento de uma doutrina mahaniana⁴⁹, em que seus porta-aviões, apoiados por outros vasos de superfície, seriam capazes de derrotar outras marinhas em grandes batalhas decisivas em águas azuis (MAGNO, 2015). Após o sucesso de Pearl Harbor, que pareceu convalidar este ideário, tentou-se fazer o mesmo em Midway, levando a uma derrota fragorosa (PEATTIE, 2011).

4.2.3 Os planos quinquenais soviéticos e a economia de guerra socialista

A União Soviética, embora insulada das redes financeiras das economias capitalistas, também deu uma guinada na condução de sua política industrial a partir do rearmamento na transição da década de 1920 para a de 1930 (GIDDENS, 2001; POLANYI, 2012). Já entre 1928 e 1929 fora implementado o Primeiro Plano Quinquenal (1928–1932), que continha uma retórica ligada à necessidade de coletivizar a agricultura e

⁴⁹ Inspirada no pensamento de Alfred Thayer Mahan, estrategista naval estadunidense que propugnava a construção de grandes esquadras, que seriam capazes de estabelecer o comando do mar, além do controle de portos e colônias ao redor do mundo como requisitos para o poder mundial. No plano operacional, defendia uma doutrina focada em travar batalhas decisivas, que destruíssem a frota adversária em um combate (CROWL, 2001).

acelerar o processo de industrialização como modo de se estar preparado para a tarefa de defesa nacional (RIBEIRO; VISENTINI 2013). O Segundo Plano Quinquenal (1932–1937), contudo, deixou mais evidente a necessidade de rearmamento. Apesar dos altos custos humanos, a União Soviética se tornou, em uma década, uma potência industrial e militar (GIDDENS, 2001; RIBEIRO; VISENTINI, 2013).

Baseado na experiência da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa, o General Tukhachevskiy elaborou uma doutrina em que a massa e o escalonamento de unidades militares, juntamente com o uso intensivo de unidades mecanizadas, que se conduzisse operações de manobra em profundidade (ZIEMKE, 2009). Devido ao gigantismo de recursos da URSS, foi colocada uma ênfase no elemento quantitativo, de modo que a infantaria foi mantida como o ponto de gravidade do Exército, estando a artilharia, a cavalaria e a aviação aérea subordinadas operacionalmente a esta (ZIEMKE, 2009).

O número de conscritos, e conseqüentemente, o tamanho do Exército Vermelho foram bastante elevados (600 mil em 1932; 940 mil em 1934, 1,3 milhão em 1935 e 4,3 milhões em 1941), ao mesmo tempo em que a produção de tanques e aeronaves cresceu exponencialmente (KENNEDY, 1989). A partir de então, o Exército foi burocratizado e modernizado, com aumento substancial no número de tanques e aeronaves, processo só interrompido pelos expurgos de 1937–1938, que eliminou 3.500 oficiais — incluindo Tukhachevskiy — e desorganizou o restante dos quadros (ZIEMKE, 2009; MJØSET; VAN HOLDE, 2002; KENNEDY, 1989). As conseqüências seriam um substancial enfraquecimento do Exército, deixando a URSS mais despreparada para a guerra quando ela começou do que estava antes dos expurgos (KENNEDY, 1989).

4.2.4 O papel do New Deal na construção do Pacto Social e do rearmamento nos Estados Unidos

O New Deal, como passou a ser chamado o conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas nos Estados Unidos durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933–1945) foi uma resposta institucional à crise econômica, que buscou resolver a crise primordialmente através de renda na distribuição de renda. A lógica seria a de superar o aumento das desigualdades que gerara, na concepção de Roosevelt, a própria crise (LIMONCIC, 2009). Para nossos fins no trabalho, o New Deal deve ser entendido como a gestação de um novo modo de regulação que proporcionou a reprodução

sustentada do regime de acumulação fordista que, com a vitória na Segunda Guerra, foi disseminado para o resto do sistema. Desta maneira, foi um mecanismo central na consolidação do regime de acumulação a nível global (ARRIGHI, 1994; ANDERSON, 2015).

Ele foi composto por uma série de programas de apoio a obras públicas, a criação de frentes de trabalho, estímulos à indústria e uma transformação nos sistemas de seguridade social e legislação trabalhista (RAUCHWAY, 2008). Para nossos propósitos, contudo, nos interessa a maneira pela qual incidiu na criação de mecanismos institucionais. Nesse sentido, o New Deal pode ser dividido, *grosso modo*, em duas fases (LIMONCIC, 2009). A primeira consistiu na aprovação do *National Industry Recovery Act* (uma tradução livre seria “Lei de Recuperação da Indústria Nacional”). Este criava códigos de competição entre as empresas, tirando a redução dos salários como parte de suas estratégias para aumentar a competitividade. A lei, contudo, fracassou, não sendo capaz de gerar os resultados esperados (LIMONCIC, 2009).

A inovação mais profunda e duradoura foi a criação do National Labour Relations Board a partir do National Labour Relations Act (respectivamente, o “Conselho Nacional das Relações Trabalhistas” e a “Lei Nacional das Relações Trabalhistas” seriam traduções aproximadas). Estes garantiram o estabelecimento de um regime de negociação coletiva do trabalho. Inspirado nos pactos sociais gestados durante a Primeira Guerra Mundial, portanto, implementava-se um modelo que garantia ao proletariado maior unidade e força na discussão sobre os salários⁵⁰ (LIMONCIC, 2009). Desse modo, produzia-se uma maior redistribuição do produto social, estabelecendo um modo de regulação apropriado para a reprodução do fordismo como regime de acumulação (LIMONCIC, 2009).

A plena recuperação econômica dos Estados Unidos, contudo, foi garantida através do acelerado processo de rearmamento que fez com que os Estados Unidos obtivessem a vitória na Guerra, juntamente com o restante dos aliados. Foi só entre 1937 e 1938 — época em que o país passava por um momento de recessão — que Roosevelt começou a pressionar por um aumento nos gastos militares. Ainda nesta época, era a potência, dentre

⁵⁰ Logo após a deflagração da crise, os veteranos da Primeira Guerra Mundial começaram a demandar o saque de um bônus de 1000 dólares que o Congresso havia aprovado em 1924, para ser sacado em 1945. Um fluxo de veteranos começou a se dirigir para Washington, reivindicando que o Congresso antecipasse a emissão dos bônus. Em breve, um grupo de mais de 20 mil veteranos e suas famílias, desempregados e empobrecidos, estavam instalados na frente do Capitólio. Como se recusavam a sair, um contingente do Exército foi chamado a retirá-los. Comandados pelos generais MacArthur e Patton, as tropas federais atacaram os veteranos com ampla violência, ferindo mais de cem e matando um (LIMONCIC, 2009; RAUCHWAY, 2008).

os casos analisados, que, em proporção ao seu PIB, menos gastava em defesa (KENNEDY, 1989).

O fato é que a economia estadunidense ainda se encontrava, em vasta medida, subutilizada. Embora a produtividade da mão de obra fosse bastante elevada, a redução da jornada de trabalho como resultado das negociações coletivas do *New Deal*, somada ao desemprego que ainda atingia 10 milhões de trabalhadores em 1939, fazia com que os números absolutos não fossem tão elevados quanto poderiam ser, devido à demanda reprimida (KENNEDY, 1989). O maciço programa de rearmamento conduzido a partir de então, que tem um salto em 1940, elevou a demanda agregada, não só estimulando enormemente a economia americana, mas também possibilitando que os Estados Unidos, em um curto espaço de tempo, se tornassem a maior potência militar do planeta (KENNEDY, 1989).

Já em 1938, a produção de aeronaves havia dobrado em relação ao ano anterior e fora aprovada no Congresso uma lei que permitia uma expansão da frota marítima (KENNEDY, 1989). Foi em 1940, contudo, que foi dado um verdadeiro salto, quando foram autorizadas: a duplicação da esquadra de combate da Marinha; a ampliação da esquadra da Força Aérea do Exército (nessa época, ainda era uma arma do Exército, não uma força autônoma) e; a adoção da conscrição (pela primeira vez adotada em tempos de paz), dotando o Exército de um contingente de cerca de 1 milhão de homens (KENNEDY, 1989; SCHULZINGER, 2002).

O elevado grau de mecanização das Forças Armadas dos Estados Unidos e o desenvolvimento de uma doutrina adequada ao seu uso, associada ao caráter insular dos EUA, fez com que este país liderasse em dois aspectos. Eles representaram uma inovação significativa na mudança do Perfil de Força associada à Segunda Guerra Mundial: o uso de bombardeio estratégico⁵¹ e de operações anfíbias. A rivalidade entre a Marinha e o Exército dos Estados Unidos manteve a existência de duas Forças Aéreas separadas, uma subordinada à Marinha e outra ao Exército. Nesta, contudo, desenvolveram-se teorias, conceitos operacionais e unidades voltadas especificamente para o bombardeio estratégico⁵² (KENNEDY, 2013).

⁵¹ O conceito de bombardeio estratégico esteve associado ao próprio surgimento das Forças Aéreas como unidades militares autônomas. Uma vez que se baseava na ideia de utilizar aeronaves para missões cujo objetivo consistiria em golpear em profundidade a indústria civil e militar do adversário, fazia sentido criar unidades independentes da Marinha e do Exército (KENNEDY, 2013).

⁵² No Reino Unido, contudo, onde a memória dos bombardeios de Londres ainda eram vívidas, que os Corpos Reais Aéreos do Exército e da Marinha se fundiram no Ministério da Aeronáutica e na Real Força Aérea. A incidência deste padrão nos dois países se deve a duas razões principais, uma de ordem

A condução de operações anfíbias, como foram os desembarques em Guadalcanal, nas ilhas Guibert e nas Marianas, bem como o Dia D, na Normandia, representaram a apoteose do conceito de operações combinadas. Para executar esse tipo de manobra, especificamente no caso do Pacífico, foi necessária uma configuração de perfis de força bem particulares que os EUA foram capazes de desenvolver desde a década de 1920: (i) o desenvolvimento do Corpo de Fuzileiros Navais; (ii) grupos de porta-aviões mais voltados para operações combinadas; (iii) bombardeiros B-29; (iv) corpos de engenheiros navais, responsáveis por montar bases, instalações e fortificações em meio do mar; (v) uma frota de submarinos (KENNEDY, 2013).

4.3 A Segunda Guerra Mundial e as modificações no Perfil de Forças

Parte substantiva das transformações nos perfis de força e as consequentes reestruturações organizacionais nos modos de Gestão do Estado e da Guerra ocorreram durante a década de 1930, e não na Segunda Guerra Mundial em si. Estas modificações foram deliberadamente voltadas a impedir uma repetição do tipo de confronto que havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial, de modo que uma ênfase foi colocada na mobilidade por parte dos beligerantes que tomaram a ofensiva. Sem embargo, a realidade tática e operacional da guerra e a escala da mobilização necessária para o esforço de guerra novamente colocaram dificuldades não antevistas pelos planejadores militares. Assim, ocorreu um novo conjunto de transformações nas Forças Armadas dos beligerantes.

Pode-se sumarizar o conjunto destas mudanças, enquanto: (i) surgimento de unidades blindadas autônomas, como as divisões Panzer (KENNEDY, 1989); (ii) a ascensão de operações combinadas, como a *blitzkrieg* e operações anfíbias (KENNEDY, 2013); (iii) emergência dos porta-aviões, com a emergência da guerra aeronaval (PEATTIE, 2011); (iv) bombardeio estratégico, e o consequente estabelecimento da força aérea como força independente (KENNEDY, 2013); (v) o substrato material que possibilitou isso tudo, a guerra eletrônica incipiente, com uso de rádio e radar

geográfica e outra de ordem teórica. A primeira é que ambos compartilham uma posição de insularidade, embora com uma significativa diferença de distância. A segunda é a influência mahaniana sobre o pensamento estratégico de suas Forças, que creditavam à desarticulação econômica do adversário pelo mar — e agora pelo ar — seria central para a vitória. Desse modo, foram capazes de estabelecer o domínio do ar, iniciando com a manutenção desta em determinada área, na Batalha da Inglaterra, até o estabelecimento da supremacia aérea sobre a Alemanha, conquistada na Operação Pointblank (KENNEDY, 2013).

(KENNEDY, 2013); (vi) reestabelecimento e ampliação da conscrição (MJØSET; VAN HOLDE, 2002).

4.3.1 Visão geral estratégica do conflito

A adoção de uma doutrina de *Blitzkrieg*, somada a uma grande capacidade tática e operacional e ao uso inovador de uma série de sistemas de armas de desenvolvimento recente, possibilitou uma rápida expansão territorial por parte da Alemanha. Como colocado por Harrison (1988), a doutrina alemã visava a derrotar o adversário antes que este fosse capaz de mobilizar suas capacidades e se preparar para uma guerra prolongada. Nesse sentido, o sucesso da *blitzkrieg* dependia basicamente de fatores militares (HARRISON, 1988).

Nações pequenas, sem um parque industrial significativo ou com forças reduzidas, não tinham condições de fazer frente ao avanço nazista (HARRISON, 1988). Isso explica as rápidas vitórias sobre a Áustria, a Tchecoslováquia, a Polônia e, depois que a invasão desta última provocou uma declaração de guerra por parte da França e do Reino Unido, a sobre Dinamarca, Bélgica, Holanda e França, além de ter derrotado a Força Expedicionária Britânica em Dunquerque, com aparente facilidade (KENNEDY, 2013).

Mesmo as Forças Armadas de países de maiores proporções territoriais, dotados de capacidades produtivas mais significativas, demoraram até desenvolver maneiras de deter uma *blitzkrieg*. O Reino Unido, a União Soviética e os Estados Unidos buscaram, portanto, ganhar tempo para desenvolver capacidades na proporção necessária para travar a guerra e deliberadamente se utilizaram do atrito para conter a ofensiva alemã e depois lançar uma contraofensiva (KENNEDY, 2013).

Uma comparação entre os gastos com munição como porcentagem do gasto militar total entre Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e Alemanha feito por Harrison (1988) mostra que o padrão de rearmamento seguido pela Alemanha foi de criar uma força muito grande em termos quantitativos no curto prazo, sem grande redundância de capacidades (ver Tabela 2). Já os Aliados tinham que construir capacidades com redundância, uma vez que sabiam que travariam um conflito de longa duração e de atrito, de modo que seus processos de rearmamento seguiram o padrão de serem mais intensivos em investimentos em mecanização e produção de munições (KENNEDY, 2013). Foi somente nas fases finais da guerra, no entanto, que a Alemanha passou ter números que

relevam um aumento na produção de munições, devido à maior mobilização do esforço nacional (HARRISON, 1988).

Como demonstrado por Paul Kennedy (2013), após o expressivo avanço do Eixo na Europa, os Aliados passaram por certo período de reestruturação estratégica. O ponto de virada, que mudou o curso da guerra, se deu entre 1943 e 1944, e seguiu um certo padrão. O percurso que levou os Aliados à vitória, portanto, teve as seguintes fases: a contenção da Blitzkrieg; o estabelecimento do domínio do ar e do mar, de modo a assegurar o funcionamento das linhas marítimas de comunicação; e uma fase final, de contraofensivas, caracterizada pela conjunção de um desembarque anfíbio de grandes proporções na Normandia com o avanço em profundidade soviético (KENNEDY, 1989).

Tabela 2 — Gasto em munição por soldado (US\$ em 1994/homem) entre 1940–1944

	EUA	Reino Unido	URSS*	Alemanha
1940	2800	1500	1200	1100
1941	2800	1900	...	800
1942	5400	2200	1100	900
1943	4200	2300	1300	1200
1944	3700	2200	1400	1400

Fonte: Harrison (1988).

*A URSS, ao contrário do que os números reais parecem mostrar, também seguiu este padrão de alocação orçamentária, mas o fato do custo de suas munições ser bastante mais caro em rublo, por não possuir capacidades industriais, como as dos EUA e Reino Unido, não produziu os mesmos resultados, uma vez que o custo da munição era mais elevado (HARRISON, 1988).

No Pacífico, a guerra seguiu uma lógica própria, mas que possuiu similaridades com o teatro ocidental de operações. Também lá a ofensiva nipônica se caracterizou por um avanço rápido, que colocou praticamente todo o sudeste asiático sob domínio japonês em questão de poucas semanas (KERSHAW, 2008). O caráter mais insular da região fez com que as operações combinadas propugnadas pela doutrina japonesa fossem caracterizados por uma dimensão aeronaval. Assim, os Estados Unidos tiveram que empreender uma progressão utilizando-se de desembarques anfíbios conjugados com uma campanha de bombardeios estratégicos de alta magnitude (KENNEDY, 2013). Também aqui estes contavam com um avanço soviético em profundidade, executado ao ocupar a Manchúria (FRIEDRICH, 2011).

4.3.2 Consequências da Segunda Guerra Mundial no âmbito da Gestão do Estado

Na Primeira Guerra Mundial, os blocos de alianças já haviam sido essenciais para a manutenção do esforço de guerra, através do envio de suprimentos e da produção coordenada de material bélico. Embora ambos os lados, na Segunda Guerra, fossem desenvolver mecanismos de cooperação transnacional, os Aliados, contudo, foram capazes de desenvolver um esforço mais coordenado, muito em função da Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease Act*) aprovado em 1941 nos Estados Unidos. Este esforço coletivo, portanto, criou uma nova divisão internacional do trabalho, que tinha no seu centro os Estados Unidos, possibilitando a manutenção do esforço de guerra britânico e soviético (GIDDENS, 2001).

Mas havia uma diferença significativa em relação à Primeira Guerra. Na Segunda Guerra Mundial, cada um dos principais combatentes já tinha uma base transnacional ou regional de produção e transporte de suprimentos para o esforço de guerra. A Inglaterra e a França possuíam significativos territórios ultramarinos. Os Estados Unidos e a União Soviética eram Estados de dimensão regional em si mesmos, fruto de mais de um século de expansão continuada. E o esforço da Alemanha, Japão e Itália de constituírem Estados-regiões, que deu início à guerra, lhes havia possibilitado incorporar em seu território as capacidades dos conquistados. Assim, se tomava a indústria, os recursos naturais, as reservas internacionais e mesmo a população, que podia ser escravizada (e de fato, o era) de modo que no meio da guerra, cerca de um quarto de toda a força de trabalho do Terceiro Reich não era alemã (MCNEILL, 1982b; GIDDENS, 2001).

Este caráter mais amplamente transnacional do esforço de guerra fez com que uma nova dimensão fosse incorporada à repactuação de direitos sociais e políticos. Não só a relação capital-trabalho teria que ser renegociada no plano doméstico como também com as massas nas colônias e semicolônias que, agora, ocupavam posição essencial no esforço de guerra:

Assim como os operários das indústrias de armamentos do centro ocupavam uma posição estratégica nos complexos militares-industriais das nações beligerantes, os enclaves coloniais de exportação ocupavam posições estratégicas na estrutura de necessidades de recursos das potências imperiais (SILVER; SLATER, 2001, PP. 209-210).

A Grã-Bretanha, frente a essa situação, teve que desenvolver uma ampla estrutura de mediação e conciliação de greves em todo o seu império durante a guerra, devido a uma onda de greves e manifestações, que passaram a adquirir maior importância uma vez que os movimentos nacionalistas nas colônias se ligavam às pautas trabalhistas (SILVER; SLATER, 2001). Desse modo, a tendência exposta no capítulo anterior, de repactuação dos

direitos sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial, foi aprofundada e ampliada, tanto em escala quanto em caráter geográfico, tendo, contudo, efeitos mais duradouros após o final da Segunda Guerra Mundial (GIDDENS, 2001).

Isto ocorre basicamente em função de que ao final da primeira, no afã de se retornar à ordem anterior e de se impor o desarmamento completo da Alemanha, se gestou uma ampla crise social e econômico que tendeu a gestar regimes autoritários e totalitários (POLANYI, 2012). Desse modo, foi só ao final da Segunda Guerra Mundial que ocorreu a revolução do sufrágio universal (KEUCHEYAN, 2015).

O final da segunda, ao contrário, foi seguido de uma manutenção dos perfis de força que haviam sido gestados (embora, é claro, com uma diminuição dos imensos contingentes mobilizados emergencialmente para a guerra). Ademais, foi imposto para os derrotados não um desarmamento, mas um rearmamento: tanto a Alemanha, quanto o Japão, e mesmo os seus aliados europeus que tinham tido vitórias pírricas, tornaram-se parte essencial da arquitetura de segurança global dos Estados Unidos, montada para a Guerra Fria (GIDDENS, 2001). Como parte desse processo, os mecanismos institucionais elaborados nos Estados Unidos foram implementados, com algumas variações, juntamente com o processo de rearmamento (ARRIGHI, 1994).

Como ressaltou Giddens (2001), as modificações nos arranjos institucionais nos Estados beligerantes causados pelas mudanças nos perfis de força na Segunda Guerra Mundial foram mais profundos do que na Primeira. A diferença é que agora não houve uma reação liberal ou tentativa de retorno à ordem anterior. A concentração de poder econômico e militar havia se reduzido fundamentalmente às duas potências de fato vencedoras da época.⁵³ A mudança social que resultou da guerra, portanto, manifestou-se de três maneiras diferentes. Nas potências vencedoras, mostrou-se uma continuidade em relação às transformações verificadas ao longo do conflito. Nas nações derrotadas, dos dois lados, essas mudanças foram impostas pelos vencedores. E nas colônias ou protetorados, movimentos nacionalistas e revolucionários eclodiram como resultado tanto do ganho de

⁵³ Se no plano militar e industrial ocorreu uma reconcentração substancial de poder, nos EUA e na URSS, no plano financeiro esta centralização foi ainda maior, tendo se concentrado somente nos EUA. O impacto sobre a balança comercial reproduziu, em escala ampliada, os efeitos da Primeira Guerra. Pela primeira vez, os direitos dos EUA sobre rendas geradas no exterior ultrapassaram os direitos estrangeiros sobre rendas nos EUA. Isso teve como efeito uma concentração muito exacerbada da liquidez mundial nos EUA: 70% das reservas de ouro do mundo pertenciam a eles em 1947. Como havia uma demanda imensa por dólares no mundo, esta concentração por liquidez era ainda maior, bem como uma concentração ainda maior de capacidade produtiva e geração de demanda efetiva (ARRIGHI, 1994, p. 284).

importância das classes trabalhadoras no esforço de guerra quanto como consequência direta das derrotas das potências coloniais, como ocorreu na Ásia.

4.4 A reconstrução do pós-guerra e a consolidação do regime de acumulação fordista/keynesiano

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a atuar de maneira mais ativa na governança do Sistema Internacional. Os ataques a Pearl Harbor, portanto, bem como as possibilidades abertas pelo advento das armas nucleares, foram utilizados por Roosevelt como o esteio da proposição de que os EUA deveriam abandonar o isolacionismo e começar a perseguir uma política de liderança nos assuntos internacionais (ARRIGHI, 1994, ANDERSON, 2015).

O cerne da visão de mundo de Roosevelt consistia em uma espécie de internacionalização do New Deal, uma exportação dele para o resto do mundo. Se o New Deal inovara ao propugnar um Estado forte para garantir segurança e justiça social, agora atuaria de modo a levar segurança para o resto do mundo (ANDERSON, 2015; ARRIGHI, 1994; SILVER; SLATER, 2001). Ajudar os países mais pobres seria a garantia de evitar que se convertessem em revolucionários contra a ordem, tornando-os responsáveis, em um paralelo aos sindicatos na implementação do New Deal. E o resultado dessa reconstrução do resto do mundo seria a retomada do comércio internacional e o crescimento conjunto (ARRIGHI, 1994, p. 285–286). Este processo corresponderia a utilizar a posição internacional única dos Estados Unidos, em termos de capacidades militares e econômicas, para tornar o fordismo um regime de acumulação de capital a nível sistêmico, agora regido por um modo de regulação sustentável, representado pelas políticas keynesianas e regulatórias do New Deal.

A doutrina Roosevelt, todavia, não seria capaz de convencer um congresso e um empresariado racionalistas em suas decisões de alocação de investimentos a reconstruir o resto do mundo. Foi somente após a morte de Roosevelt e o final da Segunda Guerra, com a ascensão de Truman à presidência, que os passos decisivos na direção de uma ampliação do papel dos EUA no Sistema Internacional ocorreram (ARRIGHI, 1994).

A Doutrina Truman consistia em elaborar uma separação entre os mundos comunista e o livre (ARRIGHI, 1994, p. 286). O mundo comunista seria caracterizado como agressivo e expansionista, necessitando, criando um imperativo securitário para a consecução do projeto de internacionalizar o New Deal no “mundo livre”. Embora a

formulação fosse exagerada e deliberadamente superlativizada na época, o avanço da URSS nas fases finais da Segunda Guerra Mundial serviu de embasamento material para essa crença. Desse modo, a presença soviética na Manchúria (Extremo Oriente) e na Europa Oriental passou a ser interpretada como uma constante ameaça de expansão regular ou irregular (por meios subversivos e revolucionários) para a Europa Ocidental (FRIEDRICH, 2011; ANDERSON, 2015).

Desse modo, a Europa Ocidental e o Japão foram convertidos em baluartes e vitrines do mundo livre (GIDDENS, 2001; ARRIHI, 1994, p. 305). O Plano Marshal representava a pata econômica deste sistema, e o vasto programa de rearmamento militar, liderado por Dean Acheson (Secretário de Estado) e Paul Nitze (chefe da equipe de planejamento político), configurava a pata militar e securitária. Esta era, de fato, a base de sustentação da própria internacionalização do New Deal e do incentivo ao desenvolvimento (ARRIGHI, 1994). Isso porque o rearmamento nacional criava uma maneira de sustentar a demanda efetiva sem depender de um superávit de exportações, e a assistência militar continuada garantia a continuidade de prestação de ajuda mesmo após o fim do Plano Marshall (GIDDENS, 2001; ARRIHI, 1994). A Europa e o Leste Asiático (Coreia do Sul e Japão) foram convertidos em uma espécie de protetorados militares dos EUA (FIORI, 1995; ANDERSON, 2015).

Logo, chegamos à fase final de nosso argumento. O rearmamento e a reconstrução da Europa e do sistema de aliados que os Estados Unidos construíram na esteira da conclusão da Segunda Guerra Mundial foram os mecanismos de internacionalização do modo americano de gestão do Estado e da Guerra, resultando na consolidação do fordismo como regime de acumulação de capital a nível sistêmico. O Perfil de Força elaborado pelos Estados Unidos, portanto, agora era emulado e transferido para os seus aliados, que teriam papel subordinado na construção do sistema militar liderado pelos EUA.

4.5 Conclusões parciais

Este capítulo procurou demonstrar as consequências da fracassada tentativa conservadora de retornar às instituições que prevaleciam antes de 1914, e como a crise que eclodiu em razão de seu fracasso criou uma nova gama de possibilidades em termos de inovação institucional. As variantes institucionais de gestão do Estado que surgiram como resultado deste processo se confrontaram na Segunda Guerra Mundial, e o modelo

vitorioso, desenvolvido nos Estados Unidos, se disseminou como função do advento da Guerra Fria.

A crise de 1929 resultou fundamentalmente de uma incompreensão de que as causas da Primeira Guerra Mundial não só ainda permaneciam, como forma impostas pelos países vencedores, que empreenderam um ativo esforço diplomático para garanti-lo. O resultado foi o desprendimento de forças profundas, em função das tensões sociais que haviam, por anos, sido forçadamente suprimidas. Assim, a experiência das economias de guerra e o ressurgimento dos amplos Exércitos de conscritos foram trazidas de volta pelos distintos tipos de Gestão do Estado e da guerra que ascenderam após a década de 1930. A Segunda Guerra Mundial se configurou, portanto, como a apoteose da industrialização da guerra.

As consequências desta para a gestão do Estado se caracterizaram principalmente por dois elementos que a diferenciaram da Primeira Guerra Mundial. A primeira é o escopo geográfico das mudanças, que assumiu uma faceta global, uma vez que atingiu diretamente a periferia do sistema. A segunda é que as mudanças possuíram caráter mais amplo e permanente. As modificações no sentido de ampliar a democratização e mudar o papel do Estado em sua relação com a economia foram mantidos e aprofundados após a guerra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou demonstrar a relação entre o Perfil das Forças Armadas, a Gestão do Estado e os Regimes de Acumulação de Capital. Para se analisar a relação entre estas variáveis, foi escolhido um recorte temático e temporal: o conjunto de modificações no Perfil de Força que caracterizamos como, conjuntamente, compondo a “Industrialização da Guerra”, no período que vai de 1850 até 1950. Para tanto, propusemos uma breve tipologia na introdução acerca das fases gerais em que este processo ocorreu.

No primeiro capítulo foi feita uma breve retomada acerca dos Exércitos Revolucionários da França e dos Estados Unidos, no século XVIII. Isso se deveu ao fato de terem inaugurado o recrutamento militar obrigatório e tornado, assim, a guerra um fenômeno de massas pela primeira vez. Além do mais, tiveram, no âmbito da evolução do regime de acumulação, duas consequências. A série de conflitos que a Revolução Francesa desencadeou estimulou fortemente a Revolução Industrial Inglesa, e a vitória do Reino Unido lançou as bases para a existência do regime de acumulação flexível, baseado em princípios de livre-mercado. A ênfase colocada na engenharia militar pelo Exército Americano após a Revolução incentivaria o desenvolvimento do Sistema Americano de Manufaturas, base de toda a evolução da produção em massa.

O advento dos Exércitos Nacionais de Massa, em meados do século XIX, na Guerra Civil dos Estados Unidos e nas Guerras de Unificação Alemã, questionaria fortemente os mecanismos institucionais vigentes no que diz respeito à relação do Estado com o mercado e a sociedade. Além do mais, a disseminação dos métodos americanos de produção em massa para o continente europeu mudaria, lentamente, o regime de acumulação. Desse modo, a fase inicial de industrialização da guerra já colocava um desafio ao regime de acumulação e o modo de regulação da época. A crise de 1873 levaria uma série de Estados a empreenderem práticas protecionistas, utilizando-se dos arranjos institucionais desenvolvidos no processo de industrialização da guerra para tanto.

O segundo capítulo demonstrou como a disseminação de práticas protecionistas e a construção de monopólios nacionais como maneira de se inserir no processo de industrialização da guerra levaram a uma corrida armamentista a partir do final do século XIX. O processo de industrialização da guerra teve um salto, contudo, quando do advento da Primeira Guerra Mundial. Embora o pensamento doutrinário prevalecente na Europa do pré-guerra fosse de caráter ofensivo, a realidade tática e operacional da guerra plenamente industrializada demonstrou ser de caráter prolongado e de atrito. De modo a prover os

recursos necessários para se travar a guerra, seriam desenvolvidas novas formas de Gestão do Estado, bem como uma ampla repactuação dos direitos sociais das populações de quem estes recursos eram extraídos.

Já o terceiro capítulo se inicia analisando o retorno de práticas bastante conservadoras do pré-guerra aos Estados até então beligerantes. Por não compreenderem que a causa do conflito residia exatamente na implantação destes mecanismos institucionais, as potências vencedoras implementaram um amplo esforço coletivo no sentido de restaurar a ordem anterior. Parte essencial deste processo foi a supressão dos perfis de força desenvolvidos durante e antes da guerra: o Exército de cidadãos conscritos foi proibido para os derrotados e abolido, em grande medida, pelos vencedores. A crise de 1929 acabou com as tentativas de retorno e lançou o mundo num espécie de “revolução mundial”, em que novos modos de Gestão do Estado e da Guerra passaram a competir. Triunfou o modelo desenvolvido pelos Estados Unidos no New Deal, que institucionalizava uma repactuação de direitos sociais e políticos, garantido a reprodutibilidade do regime de acumulação fordista. Este se disseminaria e consolidaria no período do pós-guerra, quando os Estados Unidos lançaram programas de rearmamento e reconstrução da Europa e de países do Leste Asiático.

A transformação dos perfis de força na era das guerras industriais ainda seria transformada pelo advento das armas atômicas, posteriormente. Como a lógica do funcionamento destas reside na destruição virtualmente ilimitada do adversário e, possivelmente, do próprio Estado que inicia as agressões, fazia sentido voltar a limitar a conduta das operações a números menores. A continuidade desta lógica provocaria mudanças posteriores, no quartil final do século XX, e deve ser explorado em pesquisas futuras. O que se pretende argumentar com isso é que, de fato, a Segunda Guerra Mundial foi o ponto apoteótico da massificação da guerra provocada pelo advento dos Exércitos de cidadãos, de trabalhadores, de homens comuns.

Observando este macroprocesso como um todo, verifica-se alguns fatos. O ponto central, que relacionou a evolução das três variáveis principais analisadas na pesquisa (perfil de forças, gestão do Estado e regime de acumulação de capital) foi redistribuição do produto social decorrente do processo de industrialização da guerra. A disseminação da conscrição em massa, bem como um aumento de importância para o esforço de guerra das classes trabalhadoras, que acompanharam a industrialização e massificação da guerra, exigiu como contrapartida uma repactuação de direitos civis e econômicos. Isso fez com que, no longo prazo, se desenvolvesse um empoderamento das classes não-proprietárias

tanto na Europa, na Rússia e nos Estados, quanto, posteriormente, no mundo colonial. Este empoderamento foi responsável pela redistribuição de renda e direitos que, através de uma série de lutas trabalhistas e sociais, garantiu uma sociedade de consumo. Esta rodou um modo de regulação sustentável e condizente com o regime de acumulação fordista.

O segundo fato que merece nossa atenção é a não linearidade do processo descrito acima. Como se tratou de demonstrar ao longo dos capítulos, a repactuação dos direitos de cidadania simultânea à aplicação dos métodos fordistas de gestão do capitalismo não foi pacífica ou linear. Ela se deu através de processos de resistência e gerou impulsos revolucionários, destacando-se o caso da Revolução Russa (1917), impulsionada pelos altos custos sociais da Guerra Russo-Japonesa (1905) e, especialmente, da Primeira Guerra Mundial. Como meio de implementar o novo modo de acumulação inaugurado pelos Estados Unidos, e evitar a eclosão de episódios de insurreição popular, proliferaram-se regimes corporativos e autoritários como o nazismo, o fascismo, o franquismo e o salazarismo. Uma alternativa democrática de planejamento econômico, que permitiu maior dinamismo do que as vertentes corporativistas ou socialistas foi realizada pelo *New Deal*, nos Estados Unidos, que vira a locomotiva do modo de acumulação fordista-keynesiano que se torna dominante.

Ademais, parece necessário destacar que não foi a existência de exércitos nacionais de massas a causa das grandes guerras totais estudadas na pesquisa, e sim a adoção de doutrinas ofensivas, descoladas da realidade estratégica, bem como a manutenção de conflitos sociais profundos por meio da imposição de mecanismos institucionais deslocados da realidade produtiva e econômica. Dessa maneira, tampouco a transição de um modo de regulação da economia com maior intervenção do Estado pode ser visto como uma causa da ascensão das grandes conflagrações do século XX, em contraste com o século XIX, como determinadas interpretações o afirmam. Na verdade, o aumento da intervenção do Estado na esfera econômica e liberal foi efetuado como resposta a uma série de contestações de diferentes grupos sociais face a uma nova realidade do capitalismo mundial, e a demora em implementá-lo se deve em muito à resistência colocada pela ideologia do *laissez-faire*, cuja proposição era predominante mas a aplicação seletiva.

Ao se detectar o papel da mudança no perfil de força como variável central no processo pelo qual as diferentes fases históricas do capitalismo causam revoluções gerenciais ou administrativas nos Estados, é possível lançar certa luz sobre as origens do regime de acumulação predominante atualmente. As distintas interpretações variam entre classificá-lo como pós-fordista, como um retorno a uma forma concorrencial e flexível de

acumulação e mesmo como sendo uma fase de transição, até que se instaure um regime de acumulação mais consistente e sustentável. Uma prospecção mais aprofundada sobre a maneira pela qual o regime de acumulação fordista foi solapado a partir da década de 1970 e substituída pelo regime vigente em meados da década de 1980 deve ocorrer em fases futuras da pesquisa.

De todo modo, a compreensão de que os momentos de colapso de determinado arranjo institucional historicamente culminam em crises e guerras centrais pode servir para que se possa pensar em alternativas institucionais a nível nacional, regional e internacional, de modo a se antecipar a crises futuras. Pode-se constatar, portanto, que a chave para transições sistêmicas pacíficas no regime de acumulação ou na polaridade exigem profundas mudanças estruturais nos modos de regulação vigentes.

REFERÊNCIAS

- AMEUR, Farid. **Guerra da Secessão**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os Antecedentes da Tormenta: Origens da Crise Global**. São Paulo: UNESP, 2009.
- BENSEL, Richard Franklin. **Yankee Leviathan: The Origins of Central State Authority in America, 1869-1877**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BLUMENSON, Martin. Rommel. In: BARNETT, Correlli (Org.). **Os generais de Hitler**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 312–336.
- BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Champs Flammarion, 1985.
- BUCHANAN, Patrick J. **Churchill, Hitler e a “Guerra Desnecessária”**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUENO, Eduardo Urbanski. **Paradigmas Técnico-econômicos, Pactos de Elites e o Sistema Monetário Internacional**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CARR, Edward H. **Nationalism and After**. Londres: McMillan & Co. Ltd, 1945.
- CEPIK, Marco A. C. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 75-127, 2003.
- CHANDLER, Alfred. **The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business**. Cambridge: The Belknap Press, 1977.
- CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective**. London: Anthem Press, 2002.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 11, 2007.
- CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: O Historiador Naval. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2001. p. 589-631.
- DUARTE, Érico E. **A Independência Norte-Americana: Guerra, Revolução e Logística**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

ELEY, Geoff. **Forjando a Democracia**: a História da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

FINER, Samuel. State- and Nation-Building in Europe: The Role of the Military. In: TILLY, Charles (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1975. p. 84–163.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 67-110.

FRIEDRICH, Jörg. **Yalu: À Beira da Terceira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. p. 173-273.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a Violência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GILPIN, Robert. **Global political economy**: understanding the International Economic Order. With the Assistance of Jean M. Gilpin. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HAMMOND, Joseph. Siege of Port Arthur: Verdun in Manchuria. **The Diplomat**, 04 nov. 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/11/siege-of-port-arthur-verdun-in-manchuria/>. Acesso em: 06 out. 2015.

HARRISON, Mark. Resource mobilization for World War II: the U.S.A., U.K., U.S.S.R., and Germany, 1938-1945. **The Economic History Review**, v. 41, n. 2, p. 171-192, 1988.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

HOGG, Ian V. **História Ilustrada do Século da Violência**: Os Canhões 1914-1918: a guerra da artilharia. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1978.

HOLBORN, Hajo. A Escola Germano-Prussiana: Moltke e a Ascensão do Estado-Maior. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2001. p. 377-396.

HSIEH, Wayne. The strategy of Lincoln and Grant. In: MURRAY, W.; SINNERICH, R. H. **Successful Strategies**: Triumphant in War and Peace from Antiquity to the Present. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 189-213.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

IZECKSOHN, Vítor. A experiência miliciana norte-americana: antimilitarismo ou pragmatismo? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 83-111, 2015.

JESSOP, Bob. Fordism and post-Fordism: a critical reformulation. In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. J. (ed.). **Pathways to Regionalism and Industrial Development**. London: Routledge, 1992. p. 43-65.

JESSOP, Bob. Post-Fordism and the State. In: AMIN, Ash. **Post-Fordism: a Reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003. p. 251-279.

KEEGAN, John. **The First World War**. Toronto: Vintage Canada, 2000.

KENNEDY, Paul. **Engenheiros da Vitória: os Responsáveis pela Reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York: Vintage Books, 1989.

KERSHAW, Ian. **Dez Decisões que Mudaram o Mundo — 1940–1941**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

KESTNEMBAUM, Meyer. Citizen-Soldiers, National Service and the Mass Army: the Birth of Conscription in Revolutionary Europe and North America. In: MJØSET, Lars (Org.); VAN HOLDE, Stephen (Org.). **The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces**. Oslo: Elsevier, 2002, p. 117-144.

KEYNES, J. M. **As Consequências Econômicas da Paz**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

KEUCHEYAN, Razmig. Democracias Perecíveis. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 03 mai. 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1867>. Acesso em: 09 nov. 2015.

KISSINGER, Henry. **A Diplomacia das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1994.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014.

KLEIN, M. **The Genesis of Industrial America 1870–1920**. New York: Cambridge University Press, 2007.

LANDES, D. S. **Prometeu Desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental de 1750 até os dias de hoje**. São Paulo: Editora Campus, 2005.

- LIMONCIC, F. **Os Inventores do New Deal**: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MACKSEY, Kenneth. Guderian. In: BARNETT, Correlli (Org.). **Os generais de Hitler**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 458–479.
- MAGNO, Bruno. **Segunda Guerra Sino-Japonesa**: a guerra inacabada da Ásia. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MAHNKEN, T. G. **Technology and the American Way of War since 1945**. Nova York: Columbia Press University, 2008.
- MALEŠEVIC, Siniša. **The sociology of war and violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MANN, Michael. **States, war and capitalism**: studies in political sociology. Oxford: Blackwell, 1992.
- MARTINS FILHO, J. R. **A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- MARTINS, José. M. Q. Considerações Finais: Recomposição Hegemônica e Inserção Internacional do Brasil. In: MARTINS, José. M. Q. **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2**: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2013. p. 174-198.
- MAZOWER, Mark. **Governing the world**: the history of an idea, 1815 to the present. New York: Penguin Books, 2013.
- MCNEILL, William. H. The Industrialization of War. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 8, n. 3, p. 203–213, Jul., 1982a.
- MCNEILL, William. H. **The Pursuit of Power**: Technology, Armed Forces and Society since A.D. 1000. Chicago: Chicago University Press, 1982b.
- MEARSHEIMER, John. J. The British Generals Talk: a Review Essay. **International Security**, v. 6, n. 1, p. 165–184, Summer, 1981.
- MELANDRI, Pierre. **Histoire des Etats-Unis**. L' ascension 1865-1974. Paris: Tempus, 2013.
- MJØSET, Lars; VAN HOLDE, Stephen. Killing for the state, dying for the nation: an introductory essay on the life cycle of conscription into Europe's Armed Forces. In: MJØSET, Lars; VAN HOLDE, Stephen (Org.). **The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces**. Oslo: Elsevier, 2002, p. 3-94.
- MOORE JR., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORRIS, C. **Os Magnatas**: como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MÜLLER, Gustavo Gayger. **Parceria Estratégica Brasil-França: Perspectivas para o Desenvolvimento de Blindados**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NISBET, Robert. **Os Filósofos Sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NORCLIFFE, Glen. Popeism and Fordism: Examining the Roots of Mass Production. **Regional Studies**, v. 31, n. 3, pp. 267-280, 1997.

O'CONNELL, Robert. **História da Guerra**: Armas e Homens. Lisboa: Teorema, 1989.

OLIVEIRA, Carlos A. B. D. **Processo de Industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 2002.

OVERY, R. J. Hitler's War and the German Economy: A Reinterpretation. **The Economic History Review**, v. 8, n. 2, pp. 272-291, Maio, 1982.

PAINE, S. C. M. **The Wars for Asia, 1911-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PEATTIE, Mark R. The Dragon's Seed: Origins of the War. In: PEATTIE, Mark; DREA, Edward & VEN, Hans Van De. **The Battle for China**: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 48-78.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Searching for a New Institutional Fix: the After-Fordist Crisis and the Global-Local Disorder. In: AMIN, Ash. **Post-Fordism: a Reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003. p. 280-315.

PIKE, Francis. **Empires at War**: a Short History of Modern Asia Since World War II. Londres: I.B. Tauris, 2010.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRZERWORSKI, Adam. Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 39, n. 2, p. 291-321, 2009.

RAUCHWAY, Eric. **The Great Depression and the New Deal**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

RENOUVIN, Pierre. **Les formes du gouvernement de guerre**: l'organisation gouvernementale française pendant la guerre. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1925. (Histoire Économique & Sociale de La Guerre Mondiale).

RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, States and the Modern Mass Army**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RIBEIRO, Luís Dario; VISENTINI, Paulo G. Fagundes. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

ROTHENBERG, Gunther E. Moltke, Schlieffen; Doutrina do Envolvimento Estratégico. In: In: PARET, P. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 2001. p. 397-436.

RUTTAN, Vernon W. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SCHULZINGER, Robert. **American Diplomacy in the Twentieth Century**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Pedro Perfeito da. **O Papel do Estado no Desenvolvimento Econômico dos Estados Unidos entre 1860 e 1900**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, L. M. O.; OLIVEIRA, M. F. D. Schumpeter e as raízes históricas do Imperialismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, p. 65-96, fev. 2012.

SILVER, Beverly J; SLATER, Eric. As Origens Sociais das Hegemonias Mundiais. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (org.). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

STANLEY, Amy Dru. Not Waiting for Deliverance. **The Jacobin**, n. 18. Disponível em: https://www.jacobinmag.com/2015/09/lincoln-women-abolition-emancipation-enlistment-act/?w3tc_note=flush_all. Acesso em: 10 nov. 2015.

TAPIA, Jorge; ARAÚJO, Angela M. C. **Estado, Classes e Estratégias: notas sobre um debate**. Campinas: UNICAMP, 1991.

THERBORN, Göran. Class in the 21st Century. **New Left Review**, n. 78, p. 5-29, nov./dez. 2012.

TILLY, C. **Coercion, Capital and European States AD 990–1990**. Cambridge: Basil Blackwell Inc, 1990.

TREBILCOCK, C. "Spin-Off" in British Economic History: Armaments and Industry, 1760–1914. **The Economic History Review**, v. 22, n. 3, p. 474–490, dez. 1969.

VAN CREVELD, Martin; BROWNER, Kenneth S.; CANBY, Steven L. **Air Power and Maneuver Warfare**. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1994.

VAN EVERA, Stephen. **Guía para estudantes de ciencia política**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

VAN EVERA, Stephen. The Cult of the Offensive and the Origins of the First World War. **International Security**, v. 9, n. 1, p. 58-107, 1984.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia**: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas**: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Primeira Guerra Mundial e o Declínio da Europa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 1979.

WEIGLEY, Russell F. Estratégia Americana: dos Primórdios à Primeira Guerra Mundial. In: PARET, P. **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel à Era Nuclear. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. p. 543-588.

YERGIN, Daniel. **The Prize**: An Epic Quest for Oil, Money, and Power. Nova York: Simon & Schuster, 1991.

ZIEMKE, Earl F. Strategy for class war: The Soviet Union, 1917-1941. In: MURRAY, W.; KNOX, M.; BERNSTEIN, A. **The Making of Strategy**: Rulers, States and War. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. p. 498-533.